



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LITERATURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

MEMORIAL DE MARIA MOURA: UMA OBRA RESIDUAL DO MEDIEVO

THAÍS FERREIRA BARROS

**FORTALEZA
2024**

THAÍS FERREIRA BARROS

MEMORIAL DE MARIA MOURA: UMA OBRA RESIDUAL DO MEDIEVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Mestra em Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Stélio Torquato Lima

FORTALEZA - CE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B283m Barros, Thaís Ferreira.

Memorial de Maria Moura : Uma obra residual do medievo / Thaís Ferreira Barros. – 2024.
137 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Stélio Torquato Lima.

1. Memorial de Maria Moura. 2. Rachel de Queiroz. 3. Residualidade. 4. Medievo. 5. Nordeste Brasileiro. I. Título.

CDD 400

THAÍS FERREIRA BARROS

MEMORIAL DE MARIA MOURA: UMA OBRA RESIDUAL DO MEDIEVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Mestra em Literatura Comparada.

Aprovada em 07/02/2024

BANCA DE DEFESA

Prof. Dr. Stélio Torquato Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Mary Nascimento da Silva Leitão
Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE

Profa. Dra. Fernanda Maria Diniz da Silva
Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC-CE

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e sabedoria para escrever esta Dissertação.

À minha mãe, Maria Eloina Ferreira Barros, por ser a minha referência no caminho dos estudos.

Ao meu pai, Cícero Manoel de Barros, por ter acreditado na minha capacidade.

Ao meu orientador, Stélio Torquato Lima, por aceitar o convite de orientação e pelas correções que aperfeiçoaram a Dissertação.

Às professoras da Banca de Qualificação e Defesa, Mary Nascimento da Silva Leitão e Fernanda Maria Diniz da Silva por terem aceitado participar desses dois importantes momentos da minha formação e pelas contribuições para a melhoria do texto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, por repassarem seus conhecimentos com grande maestria.

À minha querida amiga Brenda Raquel Nobre Lopes Paz, pelo incentivo e apoio nos momentos em que eu precisei.

Aos meus colegas do Grupo de Estudo de Residualidade Literária e Cultural, pelo companheirismo de sempre.

RESUMO

O romance *Memorial de Maria Moura* (1992), escrito pela cearense Rachel de Queiroz (1910-2003), possui um valor imensurável para a cultura nordestina e a sua temática é composta pelo cangaço, pelo coronelismo, pelo matriarcalismo, pelo jaguncismo, pelas crenças populares, pelo beatismo e pelas grandes fazendas canavieiras. Esses elementos são eivados de resíduos medievais, pois foram trazidos pelos europeus e adaptados à nossa realidade tropical durante o processo de colonização do Nordeste brasileiro. Nessa perspectiva, o objetivo central desta pesquisa foi comprovar e examinar os substratos medievais presentes em *Memorial de Maria Moura*, identificando e examinando na obra os sedimentos com aspectos mentais, imaginários, culturais, religiosos, étnicos, físicos e estruturais. A investigação se desenvolve da análise comparativa, de cunho interdisciplinar, entre os referidos resíduos identificados na obra literária e as outras áreas do conhecimento como a História, a Sociologia, a Antropologia, entre outras áreas. Utilizamos como referencial teórico a Teoria da Residualidade Literária e Cultural que foi sistematizada pelo professor, ensaísta e poeta Roberto Pontes. A referida Teoria é composta pelos operadores denominados mentalidade, imaginário, hibridismo cultural, endoculturação e cristalização. Esses operadores seguem a concepção básica de resíduo proposta pelo sistematizador que diz o seguinte: “Na cultura e na literatura nada há original; tudo é remanescência; logo, tudo é residual”. (PONTES, 2020, p. 33). No tocante às obras que embasaram esta pesquisa através do diálogo com a referida teoria, cabe dar destaque também a trabalhos de autores ligados a outras orientações teóricas, como BASCHET (2006), BLOCH (1987), CARVALHAL (1986), DUBY (1980), FRANCO JÚNIOR (1988), FREYRE (2003), PRADO JÚNIOR (2011), SOUZA (1986) e VASSALLO (1993). Como conclusão desta pesquisa, acentuamos a preservação de elementos medievais no contexto rural descrito por Rachel de Queiroz. É o que se observa, por exemplo, em relação ao imaginário de cunho católico-medieval que se formou e se propagou no imaginário dos personagens da narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: *Memorial de Maria Moura*; Rachel de Queiroz; Residualidade; Medieval; Nordeste Brasileiro.

ABSTRACT

The novel *Memorial de Maria Moura* (1992), written by Rachel de Queiroz (1910-2003), from Ceará, has an immeasurable value for northeastern culture and its themes are composed of cangaço, coronelismo, matriarchalism, jaguncismo, popular beliefs, beatism and large sugarcane farms. These elements are full of medieval residues because they were brought by Europeans and adapted to our tropical reality during the colonization process of the Brazilian Northeast. From this perspective, the central objective of this search was to prove and examine the medieval substrates present in *Memorial de Maria Moura*, identifying and examining in the work the sediments with mental, imaginary, cultural, religious, ethnic, physical and structural aspects. The investigation is developed through comparative analysis, of an interdisciplinary nature, between the aforementioned residues identified in the literary work and other areas of knowledge such as History, Sociology, Anthropology, among other areas. We use as a theoretical reference the Theory of Literary and Cultural Residuality, which was systematized by professor, poet critic and essayist Roberto Pontes. This Theory is composed of operators called mentality, imaginary, cultural hybridity, endoculturation and crystallization. These operators follow the basic conception of residue proposed by the systematizer who says the following: “In culture and literature there is nothing original; everything is remnant; therefore, everything is residual.” (PONTES, 2020, p. 33). Regarding the works that supported this search by means of the dialogue with the aforementioned theory, it is also worth highlighting studies by authors linked to other theoretical orientations, such as BASCHET (2006), BLOCH (1987), CARVALHAL (1986), DUBY (1980), FRANCO JÚNIOR (1988), FREYRE (2003), PRADO JÚNIOR (2011), SOUZA (1986) and VASSALLO (1993). As a conclusion of this research, we emphasize the preservation of medieval elements in the rural context described by Rachel de Queiros. This can be observed, for example, in relation to the imaginary that was formed and propagated in the imagination of the characters in the narrative.

KEYWORDS: *Memorial de Maria Moura*; Rachel de Queiroz; Residuality; Medieval Age; Brazilian Northeast.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O NORDESTE MEDIEVAL NO <i>MEMORIAL DE MARIA MOURA</i>	16
2.1 Os primórdios do mundo de Maria Moura	17
2.2 Formação e endoculturação das crenças religiosas	42
3 CASA FORTE: UM MUNDO MEDIEVAL REGIDO PELAS ORDENS DE MARIA MOURA	58
3.1 Suseranos e vassallos: coronelismo e matriarcalismo em <i>Memorial de Maria Moura</i>	59
3.2 Resíduos cavaleirescos: a tropa militar de jagunços híbridos de Maria Moura	72
3.3 A fazenda Casa Forte: um castelo com resíduos medievais	85
4 A AÇÃO JESUÍTICA E O DUALISMO CATÓLICO-MEDIEVAL EM <i>MEMORIAL DE MARIA MOURA</i>	98
4.1 A catequese medieval praticada pelo Beato Romano	98
4.2 A luta entre Deus e o Diabo no imaginário medieval dos personagens da narrativa	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Memorial de Maria Moura (1992) é uma obra literária de narração polifônica que conta a história de vida da protagonista Maria Moura por meio das lembranças dela e de outros personagens. Moura começa a relatar sua trajetória desde quando era a sinhazinha do sítio do Limoeiro. Ela também narra algumas lembranças de sua infância fundamentais para compreender a evolução da sua personalidade que vai de sinhazinha a uma mulher madura e independente. O grande marco da sua vida é quando os seus primos tentam tomar a posse do seu sítio no Limoeiro. A protagonista não aceita entregá-lo facilmente, coloca fogo nele e sai pelas estradas do sertão, realizando assaltos com os seus “cabras” até encontrar a Serra dos Padres, onde irá construir a sua Casa Forte.

O romance em análise se destaca na representação da cultura e literatura nordestina de abrangência nacional, que são eivadas de resíduos medievais. Nessa perspectiva, o objetivo central do trabalho foi comprovar e examinar os sedimentos medievais presentes em *Memorial de Maria Moura*. Dessa forma, apontamos na obra, entre outros aspectos residuais, a presença de relações de suserania e vassalagem nos pensamentos e comportamentos de Maria Moura. Investigamos também a existência de resíduos cavaleirescos nos jagunços híbridos do bando da protagonista. Evidenciamos ainda que a fazenda Casa Forte possui resíduos das estruturas físicas castelos da Idade Média e comprovamos que a catequese praticada pelo Beato Romano é de cunho católico-medieval. Analisamos a polarização de elementos simbólicos de cunho católico-medieval no imaginário dos personagens da narrativa.

Toda sociedade possui um sistema cultural composto por hábitos e crenças que acabam por se tornar prática comum enraizada na cultura de cada povo de um determinado tempo e espaço. Esse sistema é construído a partir das vivências e interações sociais que formam as suas tradições no que se refere à música, às vestes, à comida, à dança e à língua. É comum encontrarmos em obras literárias traços culturais de uma determinada região, geralmente a cultura da região que o escritor nasceu, cresceu e teve contato por toda a sua vida.

O sistema cultural de uma determinada sociedade é complexo, pode receber contribuições de outros sistemas e variar durante o tempo até a sua consolidação. Alguns fatores como o período histórico, o processo de formação e a posição geográfica de uma sociedade influenciam diretamente na formação de um sistema cultural. Segue uma passagem que explica a complexidade desse processo:

A complexidade de uma cultura se encontra não apenas em seus processos variáveis e suas definições sociais – tradições, instituições e formações – mas também nas inter-

relações dinâmicas, em todos os pontos do processo, de elementos historicamente variados e variáveis. Naquilo que chamei de análise “de época”, um processo cultural é tomado como sistema cultural, com determinadas características dominantes; a cultura feudal ou a cultura burguesa ou uma transição de uma para outra. (WILLIAMS, 1979, p. 124).

É importante considerar também quais são os traços que contribuem para a caracterização de uma determinada cultura como: as comidas, as vestes, o vocabulário, as danças, os comportamentos, entre outros. Com a passagem dos séculos, a sociedade consolida um determinado padrão cultural que a caracteriza de um modo geral. Um exemplo disso é quando falamos em “cultura nordestina” que nos vêm à mente um conjunto de aspectos que juntos formam essa cultura.

O sistema cultural do Nordeste foi formado a partir do processo de colonização que contou com a presença dos povos indígenas, africanos e europeus. Cada uma das etnias mencionadas foi fundamental para a formação de uma cultura plural. Para a nossa análise, destacamos as experiências trazidas pelos europeus durante a Idade Média introduzidas e adaptadas à nova realidade da colônia considerando também a influência das etnias indígenas e africanas. Nesse contexto, entre outras, pode se destacar, em relação à formação da cultura do Nordeste,

a formação de hábitos e tabus alimentares foi determinada por forte influência indígena, pela presença do branco e do negro e pelas características geográficas que lhe são próprias (quanto mais distante as comunidades são entre si, maior será o grau de homogeneidade destas), gerando na alma deste povo uma miscelânea gustativa que facilmente o identifica ante os demais povos. (PEREIRA, 2015, p. 119).

Rachel de Queiroz é considerada uma escritora canônica para a nossa Literatura Brasileira. Um dos traços mais marcantes de toda a sua obra é a presença da cultura nordestina em seus diversos aspectos. Isso pode ser explicado pelo fato de a escritora ter nascido e crescido em contato íntimo com essa cultura, participado de movimentos culturais desse espaço e trocado opiniões e experiências com escritores do romance de 1930. Dessa forma, justificamos que a produção do presente trabalho de dissertação tem a intenção de contribuir para a valorização da cultura nordestina. No romance em análise, destacamos os aspectos culturais a seguir:

A autora, Rachel de Queiroz, aborda questões importantes como: a religiosidade do povo, o cangaço, as brigas entre famílias, o poder dos fora da lei. A religiosidade do sertanejo é muito forte e apresenta contornos moldados e transmitidos por seus ancestrais; na sua fé eles não distinguem o Bem do Mal. (VITORIANO, 2010, p. 16).

Maria Moura, nos seus domínios de terra e da Casa Forte, age como uma matriarca impondo a sua autoridade sobre todos que vivem debaixo da sua proteção. Além disso, Moura é um coronel que possui seus capangas que devem lealdade a ela em todos os momentos,

inclusive nos mais difíceis confrontos. Boa parte dos homens que entram para o bando da protagonista e se tornam seus capangas são jagunços que viviam sozinhos perambulando pelas estradas do sertão ou servindo a senhores de engenhos.

O fenômeno do fanatismo religioso é um fato na história do Nordeste brasileiro. O personagem Beato Romano é crucial para a nossa análise, uma vez que ele representa a continuação da propagação da fé cristã iniciada pelos padres e jesuítas no período histórico da colonização. O imaginário maniqueísta dos personagens é fruto da catequização recebida de personalidades religiosas como o Beato Romano, padres e jesuítas. A polarização entre, de um lado, santos católicos, anjos, Jesus e Maria e, do outro, a bruxaria, feitiçaria e superstições está presente no imaginário dos personagens representando respectivamente Deus e o Diabo.

Quando pensamos em “Idade Média” vem, em nossa mente, um conjunto de fatores que a caracterizam. Alguns dos mais conhecidos são eles: os castelos medievais, a cavalaria militar, a influência da Igreja Católica, os reis e senhores feudais. Isso acontece porque esses traços ficaram consolidados durante muitos séculos em nosso imaginário e seus modelos foram levados para o restante do mundo. Com base nisso, a Idade Média pode ser considerada também da seguinte forma:

Podemos considerar a sociedade medieval segundo várias perspectivas. Estas dependem em grande parte da maneira pela qual a moderna e, sobretudo, das ideias que fazemos da diferença entre ela e a Idade Média. Pode-se ver a Idade Média como o tempo do feudalismo e considerar a sociedade medieval como uma sociedade de ordens submetida a uma hierarquia estrita, como uma sociedade dominada pela Igreja e submetida à religião, ou então como uma sociedade "arcaica" na qual o indivíduo não podia ainda se afirmar ou estava em vias de emergir. Este tipo de interpretação permite apresentar a passagem da cultura ocidental da Idade Média para a época moderna sob dois ângulos opostos: de um lado como a história de um progresso de outro como a história de uma decadência. (OEXLE, 2002, p. 489).

Não podemos nos esquecer que o Feudalismo deu a sua contribuição social-econômica para a consolidação da Idade Média. A terra, nesse sistema econômico, tem valor inestimável. O senhor dono do seu feudo podia explorar a sua terra de diversas formas econômicas e, por meio direto ou indireto dela, enriquecer bastante. Os senhores plantavam, criavam animais em suas terras e concediam um lote delas. Por meio da concessão desse feudo, os senhores cobravam impostos e tiravam boa parte do que era produzido pelos servos.

A Idade Média está presente no nosso cotidiano mais do que pensamos. Esse período histórico da humanidade, por ter sido bastante duradouro, deixou marcas culturais que até hoje atraindo muitos turistas e pesquisadores para a Europa. É necessário destacar que o continente europeu é o grande foco da era medieval, mas levou para o restante do mundo alguns dos aspectos mencionados a seguir:

Concluindo, ainda que popularmente pouco entendida, a Idade Média está presente no cotidiano dos povos ocidentais, mesmo daqueles que, como nós na América, não tiveram um "período medieval". Mas falamos idiomas surgidos naquela época, temos ou pretendemos ter governos representativos, consideramos indispensáveis instituições como julgamento por júri e habeas-corpus, alcançamos maior eficiência com o sistema bancário, a contabilidade e o relógio mecânico, cuidamos do corpo com hospitais e óculos, alimentamos melhor o espírito graças à notação musical, à imprensa e às universidades, embelezamos a vida com a música polifônica e os romances. (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 178-179).

A análise da presença da Idade Média na cultura nordestina do *Memorial*¹ se formula por meio do método do comparatismo literário. A opção por esse método deveu-se em função de nos proporcionar um diálogo não apenas entre obras literárias, mas também destas com as mais variadas áreas do conhecimento. Nesse processo, o método se ajusta à essência comparatista da Teoria da Residualidade, que analisa o resíduo dialogando com as outras áreas das humanidades. Sobre o método comparativo, Carvalhal afirma que,

quando a comparação é empregada como recurso preferencial no estudo crítico, convertendo-se na operação fundamental da análise, ela passa a tomar ares de método – começamos a pensar que tal investigação é um "estudo comparado". Pode-se dizer, então, que a literatura comparada compara não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe. (CARVALHAL, 1986, p. 7).

Entre as diversas metodologias abordadas no âmbito da Literatura Comparada, optamos pelo método comparativo interdisciplinar, que faz o estudo da obra literária relacionada com as outras áreas do conhecimento, mais especificamente com as humanidades. No nosso trabalho, dialogamos como a história, a sociologia e a antropologia. Damos ênfase ao período histórico da Idade Média e do período colonial do Brasil.

É importante destacar que o método comparativo interdisciplinar, abordado por nós, leva em consideração a presença europeia na formação da cultura nordestina identificada no romance em análise. O hibridismo cultural identificado na obra literária nos proporciona examinar o aspecto cultural sob diversas óticas e entender a contribuição de outras culturas e etnias para a formação da nossa. Sobre o aspecto híbrido nos estudos literários, Bittencourt defende que

A proposta, identificada no pensamento do uruguaio Angel Rama e do Professor Antonio Candido, e mais recentemente, nos estudos de Ana Pizarro e de Eduardo Coutinho, no Brasil, nascera da constatação de que o objeto de estudo do comparatismo literário, ou seja, as obras literárias latino-americanas, era naturalmente híbrido, já que resultava do amálgama das tradições, ligadas às manifestações populares, aos mitos e às lendas, com a tradição literária herdada do colonizador

¹ A partir daqui, passamos a nos remeter ao romance em análise quase sempre com a primeira palavra do título apenas.

européu. O estudo dessa produção, sob o viés da Literatura Comparada tradicional resultava insatisfatório, pois não dava conta da diversidade cultural ali envolvida e nem das peculiaridades das sociedades pós-coloniais ali representadas. (BITTENCOURT, 2005, p. 46).

Para examinar as raízes medievais dos traços da cultura nordestina identificada no *Memorial*, adotamos a concepção de resíduo definida por Roberto Pontes. Ressaltamos que a nossa abordagem teórica é composta pelos conceitos operacionais formadores da Teoria da Residualidade Literária e Cultural que foi sistematizada pelo teórico mencionado. Frisamos que a seguinte concepção é a base para compreender a definição de resíduo que guiará a nossa análise:

Que é o *resíduo*? Está dito no meu livro *Poesia insubmissa afrobrasilusa*, também na minha tese *O jogo de duplos na poesia de Mário de Sá-Carneiro*, e nos vários escritos seguidamente elaborados e publicados em Anais e Atas de reuniões científicas nacionais e internacionais, em revistas, em livros: *resíduo* é aquilo que remanesce de uma época para outra e tem a força de criar de novo toda uma obra, toda uma cultura. O resíduo é dotado de extremo vigor. (PONTES, 2006, p. 3).

Com base na passagem anterior, constatamos que a ideia principal defendida pela Teoria da Residualidade é a de que o passado permanece vivo ao longo dos tempos. Ele está presente na cultura e na literatura sob uma nova roupagem adaptada ao momento atual. Os resíduos foram formados no passado e estão vivos no plano da literatura e no plano da nossa realidade. Ressaltamos que os sedimentos assumem diversos aspectos como: mentais, imaginários, físicos, étnicos, estéticos, religiosos, entre outros. Cada um deles, de forma particular, se insere e se adapta à sociedade contribuindo para a sua formação cultural.

Para compreender como os resíduos medievais chegaram ao Nordeste brasileiro e se inseriram à cultura da nossa região recebendo novas adaptações, temos que voltar para o período colonial. Essa retomada nos ajuda a compreender como os colonizadores europeus, que vivenciaram o período medieval, chegaram às terras brasileiras adaptando um modelo de sociedade já testado e vivenciado por eles:

Colombo vira a Índia na América, impregnado da leitura de obras como o *Livro das Maravilhas* de Mandeville e a *Imago Mundi* do Cardeal d'Ailly; homem preso ao universo medieval, *via* para escrever narrativas que, por sua vez, seriam *ouvidas*.⁶ Assim como, nele, o pensamento medieval se somou ao aventureiro intrépido de uma nova era - a das navegações e das descobertas - também o hábito de *ouvir* se aliou ao de *ver*, numa espécie de premonição do primado do visual caracteristicamente barroco.⁷ (SOUZA, 1986, p. 22-23).

É importante entender, de forma mais específica, como acontece o processo residual com a nossa cultura. Quando nos referimos à cultura nordestina, verificamos a existência de resíduos até mesmo nas comidas típicas e na nossa literatura. As origens desses resíduos são

diversas. Nessa perspectiva, Pontes explica que podemos conferir o processo residual desde a Península Ibérica até as terras brasileiras:

E assim ocorre com muitas manifestações da nossa cultura. O cuscuz, a coalhada, a técnica de fazer açúcar, o queijo, nada disso é genuinamente português nem nordestino. Todos são *resíduos* árabes. Assim também ocorre com a nossa cultura literária. No caso do Auto, este é a junção de uma cultura do Oriente com uma outra transplantada para cá, via Península Ibérica, trazendo elementos que são remanescentes. *Resíduos. Remanescências. Permanências.* (PONTES, 2006, p. 2).

Os dois primeiros conceitos operacionais que estudamos para analisar os resíduos da Idade Média no *Memorial* são os de mentalidade e imaginário. Eles estão intrinsecamente relacionados, uma vez que eles pertencem ao plano dos pensamentos.

O conceito denominado mentalidade está associado aos pensamentos, atitudes e comportamentos de uma sociedade circunscrita em um determinado tempo e espaço. Os sedimentos de cunho mental, analisados no romance, destacam o mandonismo e o autoritarismo de senhores feudais com seus vassalos presentes nas atitudes, nos pensamentos e no vocabulário da personagem principal que age como um coronel nordestino com seus capangas e como uma matriarca dentro da Casa Forte com seus agregados. Para entender o processo residual dessa mentalidade, leiamos a seguinte passagem:

a palavra *resíduo* pode funcionar como sinônimo de *mentalidade*; (iii) *mentalidade* seria o modo de agir, de pensar (modo de ver o mundo; crenças; valores, julgamentos) e de sentir (odores, medos) de um determinado grupo de indivíduos dum certo local e duma determinada época; (iv) a *mentalidade* possui um caráter espiritual (em oposição à material, porque se passa no interior dos indivíduos); inconsciente, uma vez que os indivíduos herdariam de seus grupos, ao nascer, determinados modos de agir, de pensar e de sentir, dos quais não saberiam as origens nem as verdadeiras causas. (TORRES, 2010, p. 75).

O segundo conceito operacional que compõe a Teoria da Residualidade é chamado de imaginário. A Igreja Católica, no período da Idade Média, teve uma considerável influência em diversos setores da sociedade. O homem medieval vivia em constante conflito existencial devido às forças maniqueístas simbolizadas por elementos representantes de Deus e do Diabo. A religiosidade popular do Nordeste assimilou esses elementos por meio da evangelização da fé católica praticada por padres e jesuítas europeus. Aplicamos o referido conceito no *Memorial* a fim de identificar e analisar a polarização desses elementos simbólicos no imaginário dos personagens. A seguir, trazemos uma explicação, na concepção de BACZKO (1985), acerca dos imaginários no meio social:

Por detrás dos imaginários, procuravam-se os agentes sociais, por assim dizer, no seu estado de nudez, despojados das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus sonhos e representações, etc. [...]. É singular, também, que a tendência para reduzir o imaginário a um real deformado se impusesse ao espírito numa época em que a

produção de ideologias e mitos políticos modernos se tornava particularmente intensa, implicando desse modo a renovação do imaginário colectivo tradicional, bem como os seus modos de difusão. (BACZKO, 1985, p. 297).

É por meio do conceito denominado hibridismo cultural que analisamos a presença de resíduos da cavalaria medieval na formação híbrida dos jagunços. Essa formação aconteceu por meio da miscigenação sucessiva entre as etnias indígenas, africanas e europeias. Ressaltamos que o processo de colonização do Nordeste resultou na formação de um povo miscigenado não só no Brasil, mas em toda a América Latina: “Os países latino-americanos são atualmente resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas.”. (CANCLINI, 2008, p. 73).

Os europeus chegaram em solo nordestino com um repertório de conhecimentos que adquiriram a partir de leituras diversas. Utilizamos o conceito operacional endoculturação para entender de que forma os resíduos católicos se incorporaram à formação de José Maria como padre. Ele inicia a sua história como o padre “Zé Maria” e sofre uma mudança passando da identidade de padre para a de Beato. Esse personagem funciona como uma explicação de como o meio popular do Nordeste aprendeu, por meio da catequese, conhecimentos católicos-medievais. A seguir, temos a definição do conceito operacional:

Nesse movimento espiral, o resíduo viaja no tempo e no espaço através dos processos de endoculturação e de hibridação cultural. A endoculturação ocorre no nível individual. O prefixo endo diz respeito a interno, dentro. Ao que vem de fora para dentro. Ou seja, àquilo que concerne ao eu, mas que procede dos outros, da comunidade pré-existente ao indivíduo, que a ela deve o que sabe em grande parte. Assim, ela se refere ao processo cultural vivenciado individualmente. E o percurso feito pelos seres humanos desde nascimento até a morte. Desde o momento que nasce, o indivíduo recebe heranças e as internaliza, através de um movimento contínuo de aprendizado que só se finda quando ele deixa de existir. (SILVA, 2019, p. 106-107).

Temos como último conceito operacional da Teoria da Residualidade a cristalização. Podemos compreender esse conceito como a permanência de resíduos ao longo dos tempos e espaços, guardando uma essência que receberá um polimento quando for ativado. Detemo-nos à Casa Forte de Maria Moura que é, na verdade, uma das fazendas canavieiras do Nordeste brasileiro. Analisamos a permanência, ao longo dos tempos, de resíduos das estruturas físicas de castelos medievais na propriedade de Moura. Sobre a definição do referido conceito, temos a seguir:

Cristalizar não é o mesmo que fossilizar. O fósil é matéria chegada ao estágio máximo de petrificação; o *resíduo literário*, de natureza cultural, é matéria dotada de Vigor, aproveitável a qualquer momento pela força criativa, em razão da faculdade que lhe é inerente, de vir a ser nova obra. A melhor imagem para traduzir a força do

resíduo a ser *cristalizado* é a da brasa acesa e oculta sob cinzas, à qual basta um sopro para voltar a ser chama. (PONTES, 2015, p. 113).

Nosso trabalho de dissertação será dividido em cinco seções. A primeira seção é de cunho introdutório. Nela, apresentamos o enredo na obra literária escolhida para ser analisada, os nossos objetivos gerais e específicos, a escolha da nossa teoria, que é a da Residualidade Literária e Cultural e a nossa metodologia interdisciplinar que dialoga com as outras áreas das humanidades.

Na segunda seção, que é dividida em duas subseções, damos ênfase à análise da presença dos resíduos nos diversos elementos da cultura nordestina do *Memorial*. Na primeira subseção denominada 2.1 “Os primórdios do Mundo de Moura”, temos como foco o processo de construção do mundo da protagonista até ela conseguir formar o seu grupo de cangaceiros e levantar a Casa Forte. Na subseção chamada 2.2 “Formação e endoculturação das crenças religiosas”, examinamos como aconteceu a inserção da religião católica pelos “padres da Companhia” que se instalaram na Serra dos Padres. A continuação desse processo se dará por meio das leituras religiosas realizadas pelo personagem José Maria para se tornar padre. Ele será o futuro catequizador dos jagunços de Moura.

Na terceira seção, que é dividida em três subseções, discorreremos sobre os jagunços de Moura, a Casa Forte e o auge da vida da protagonista como mulher madura. Nessa seção, a protagonista já se encontra no auge da sua trajetória de vida com o seu grupo de bandoleiros e sua Casa Forte construída. Na primeira subseção, efetuamos a análise comparativa entre as relações de suserania e vassalagem considerando a figura de Moura como uma matriarca dentro da Casa Forte e a de um coronel com seus capangas. Na segunda subseção, os jagunços foram analisados de forma comparativa com os cavaleiros medievais. Finalizamos realizando a análise das semelhanças estruturais da fazenda Casa Forte com a de um castelo medieval.

Dividimos a quarta seção em duas subseções. Na primeira subseção da quarta seção, analisamos a catequese de cunho medieval praticada pelo Beato Romano, baseada nas suas leituras católicas, com os jagunços e outros personagens do meio popular do Nordeste. Esse personagem assumirá a mesma função dos padres e jesuítas quando colonizaram a Serra dos Padres por meio da propagação da fé cristã. Na segunda subseção, examinamos como os elementos simbólicos da fé cristã, representativos de Deus e do Diabo, estão presentes no imaginário dos personagens. Para esse exame, destacamos a presença de santos, anjos e os milagres representando o plano divino e bruxaria, feitiçaria e superstições representando no plano diabólico.

Finalizamos o nosso trabalho de dissertação com a quinta seção denominada 5 “considerações finais” concluindo que existe um mundo medieval construído por Maria Moura com muita dificuldade. A protagonista precisou de muita coragem e valentia para enfrentar os obstáculos provocados por uma sociedade machista e conservadora da sua época. Ela precisou de muita coragem para construir a sua Casa Forte e comandar um grupo de jagunços. Além disso, demonstramos que Beato Romano representa, no *Memorial*, a continuidade da propagação das crenças religiosas de cunho medieval presentes de forma polarizada no imaginário dos personagens da narrativa.

Justificamos que, com a produção do presente trabalho de dissertação, desejamos contribuir para a área dos estudos de Literatura Comparada comprovando que a Idade Média está presente no romance *Memorial de Maria Moura* em seus variados tipos de resíduos mencionados no início da presente seção. A escolha dessa obra literária nos motiva pela sua riqueza de detalhes quanto aos aspectos culturais do Nordeste brasileiro. Nosso desejo é contribuir com uma análise de cada aspecto cultural, privilegiando a obra literária, ou seja, colocando-a sempre em primeiro plano em nossas análises do início ao fim.

2 O NORDESTE MEDIEVAL NO *MEMORIAL DE MARIA MOURA*

Nesta seção, damos ênfase à identificação e à análise de resíduos medievais encontrados na cultura nordestina do *Memorial*. Para realizar esse estudo, destacamos primeiramente a história de vida da protagonista desde quando vivia no sítio do Limoeiro até chegar à Serra dos Padres. Posteriormente, na segunda seção, nosso foco é a presença de padres na Serra mencionada e o processo de formação, durante o tempo de seminário, de José Maria para se tornar padre.

Na seção 2.1, “Os primórdios do mundo de Maria Moura”, analisamos o processo de amadurecimento de Maria Moura e dos acontecimentos que corroboraram para o florescimento da sua transformação de “sinhazinha” para “senhora Dona Moura”. Neste processo, voltamo-nos para a infância da protagonista com vistas a analisar os pensamentos diferenciados que ela tinha de outras mocinhas da sua idade e como o falecimento do pai e da sua mãe corroboraram para o desabrochar de uma mulher forte e aguerrida. A construção da liderança de Maria Moura, como uma personalidade poderosa do meio nordestino, foi analisada de modo comparativo com o mandonismo e o autoritarismo da época feudal. Para analisar essa evolução, utilizamos passagens do *Memorial* nas quais constam a narração da relação de Moura com os primeiros homens que entram para o seu bando.

Ainda na seção 2.1, tratamos da história da colonização da Serra dos Padres para compreender como os resíduos medievais e feudais chegaram e se adaptaram à essa sociedade. Esse estudo foi realizado por meio das lembranças que Maria Moura guardava do seu avô. Ele detalhava para a neta a história da colonização da Serra, a forma com que a herdaram e o seu sonho de tomar posse de um lote de terras. Moura será comparada aos colonizadores europeus que chegaram às terras brasileiras explorando as riquezas, fundando povoados e construindo moradias fixas.

Finalizamos essa seção com a seguinte subseção: 2.2 “Formação e endoculturação das crenças religiosas”. Nela, damos ênfase à presença de padres na Serra dos Padres como os primeiros evangelizadores da fé cristã de cunho medieval. Além disso, analisamos o processo de formação do personagem José Maria para se tornar padre. Nesse estudo, identificamos materiais religiosos eivados de resíduos da Idade Média que foram fundamentais para a formação do personagem. Ressaltamos que o processo de endoculturação terá continuidade após a formação do personagem como padre. Essa análise será fundamental para compreender como aconteceu o processo de aprendizagem dos resíduos medievais por um personagem que

dará continuidade ao processo de evangelização, como Beato, iniciado pelos padres e jesuítas na Serra dos Padres.

2.1 Os primórdios do mundo de Maria Moura

Para compreender o processo de amadurecimento da personagem principal, temos que voltar às suas origens, isto é, à sua infância. É por intermédio de suas memórias que notamos os primeiros indícios de que Moura sonhava com a sua liberdade. Podemos perceber, na passagem a seguir, que a imaginação da pequena protagonista se distinguia das outras sinhazinhas da sua idade:

Mas as viagens que eu fazia em menina eram mais uns passeios — uma légua, duas, raramente passava de três léguas, ida e volta. Eu sonhava em ganhar os caminhos, atrás dos comboieiros, tangendo tropa de burro. Teve um cantador no Limoeiro que, no desafio, quando um perguntou ao outro onde é que ele morava, o cabra soltou a voz e respondeu: “Em cima das minhas apragatas, em baixo do meu chapéu...” Fiquei sonhando com aquela liberdade. Meus sonhos de menina não eram sonhos de mocinha; Mãe se escandalizava. (QUEIROZ, 1992, p. 87).

Notamos a diferenciação da pequena Moura das outras sinhazinhas por meio da reação de sua mãe ao ouvir os sonhos da pequena mocinha. Outro fator importante para se destacar na passagem anterior, é a semelhança dos seus sonhos de infância com o seu futuro estilo de vida, isto é, uma mulher independente, livre e amadurecida pelas feridas da vida: “Essa jornada de Maria Moura bem pode significar, simbolicamente, o processo de individualização pelo qual ela passará. Durante esse processo, ela deixará de ser ‘sinhazinha’ do Limoeiro e se tornará na Dona Moura, proprietária da Casa Forte.”. (RIBEIRO, 2006, p. 154).

Maria Moura não é a única protagonista, das obras literárias de Rachel de Queiroz, que tem uma personalidade forte e uma trajetória de vida bastante difícil marcada por diversos problemas enfrentados pelo mundo feminino como o conservadorismo, o patriarcalismo, o machismo, entre outros. Como exemplos semelhantes à Moura, temos as personagens Conceição, do romance *O Quinze* (2010), e Maria das Dores, do romance *Dôra, Doralina* (2004), que se tornam mulheres fortes e independentes à medida que enfrentam a problemática do conservadorismo machista no espaço em que vivem.

Diante das protagonistas citadas anteriormente, podemos perceber que o tema do mundo feminino nas obras de Rachel de Queiroz é uma tônica frequente. Suas protagonistas, geralmente, iniciam as narrativas de forma vulnerável e dependente, isto é, como sinhazinhas do sertão. Rachel de Queiroz consegue romper com a imagem da mulher fragilizada à medida que as personagens enfrentam os obstáculos da sua época já citados. Ao narrar essas histórias,

a escritora consegue dar um toque de singularidade à forma com que as mulheres são geralmente vistas dentro do universo masculino:

Rachel de Queiroz acredita numa escrita capaz de mostrar o mundo da mulher de uma ótica diferente da masculina, que sempre a posiciona como frágil e necessitada de proteção. E as marcas dessa escrita estariam principalmente num discurso que combate a convenção do feminino, numa busca de afirmação de papel da mulher, com espaço para a sua rebeldia perante o lugar em que é colocada, para o raciocínio e argumentação que viabiliza melhor posição e reconhecimento. (TAMARU, 2004, p. 36).

Maria Moura passa por momentos muito difíceis ainda muito jovem. A protagonista perde a mãe, sofre abusos do seu padrasto e os primos tentam tomar a posse da casa na qual ela morava no Limoeiro. Esses são os primeiros momentos difíceis da sua vida. Esses acontecimentos, em vez de destruir Moura psicologicamente, irão levantar uma mulher que se tornará forte, aguerrida e com sonhos de liberdade no coração guardados desde a infância. No entanto, ainda irão acontecer muitas dificuldades e obstáculos para reconstruir a sua vida após o incêndio no Limoeiro. Na seguinte passagem, podemos constatar pensamentos que evidenciam o quanto Maria era forte mesmo nos momentos difíceis, isto é, antes de ter a casa invadida por seus primos:

É, eu me sentia encurralada. E o meu coração me pedia para sair dali. Sentia que tinha acabado o meu tempo no Limoeiro. Que me adiantava ficar no sítio, me aguentando a ferro e fogo, sem recursos, mulher sozinha, nova? Qualquer um podia tentar pôr a minha pessoa debaixo da mão.
Mas esse meu desejo de ir embora não tem nada a ver com o meu amor pela casa e pela terra: aqui nasci e me criei. Acontece que sempre chega a hora de largar o ninho. Do pinto quebrar a casca e pular do ovo.
O mundo lá fora era grande e eu não conhecia nada para além das extremas do nosso sítio. E tinha loucura por conhecer esse mundo. (QUEIROZ, 1992, p. 62).

No ambiente conservador e machista do Nordeste brasileiro do século XIX o papel das mulheres se resumia em cuidar da casa e dos filhos. A personagem Maria Moura é uma das poucas mulheres que irá conseguir se destacar como mulher forte e independente após enfrentar seus primos.

A protagonista Maria Moura, ao incendiar a sua própria casa e juntar seus cabras para realizar o sonho de construir a Casa Forte, rompe com esse modelo de sociedade conservadora que via a mulher como um ser frágil e vulnerável. Na passagem a seguir, podemos conhecer um pouco da inspiração da escritora Rachel de Queiroz ao construir a personalidade da personagem Maria Moura:

Foi seguindo o modelo de mulheres nordestinas que Rachel de Queiroz conheceu que se construiu a personagem Maria Moura. Segundo a Autora, em entrevista a nós concedida, há uma saga sertaneja representada por mulheres que se impõem, que se

armam quando cangaceiros. Esse é um tipo frequente no folclore nordestino. A história do Nordeste também se apresenta repleta de mulheres poderosas. Para Rachel de Queiroz, entre elas encontram-se Dona Bárbara de Alencar, Dona Fideralina e Dona Libânea. Segundo a Autora, no Cariri, ela conheceu algumas matronas que mandavam matar pessoas que julgassem, de alguma forma, inoportunas. (RIBEIRO, 2006, p. 157-158).

Memorial de Maria Moura foi o último romance escrito por Rachel de Queiroz. Nesse livro, podemos identificar traços de suas obras anteriores quando nos referimos à temática nordestina. O coronel, o jagunço, a sinhazinha, as descrições físicas da seca e a introspecção psicológica são constantes em suas obras. Isso acontece devido ao intenso contato da escritora com a cultura de onde nasceu e cresceu. A seguir, temos uma análise quanto à evolução da escrita de Rachel de Queiroz no que se refere aos temas do Nordeste:

Essa obra se constitui na culminância de toda uma carreira literária em que a escritora cearense se dedicou a reaproveitar as fontes, motivos e temas do Nordeste, dando-lhes um tratamento literário. Seu romance apresenta personagens e referências ligadas à oralidade, que permanecem na tradição do Nordeste do Brasil desde o período medieval ibérico. Essas narrativas procuram enfatizar os heróis do cangaço - no caso, heroína - e outros tipos sociais típicos, como o jagunço e o beato, o professor e o padre, separando nitidamente os malvados dos bons. (LOBO, 2015, p. 102).

Com base na citação anterior, podemos perceber a importância das narrativas da escritora Rachel de Queiroz não só para o seu estado do Ceará, mas para a literatura de abrangência nacional. É por meio das leituras das obras de Rachel que os brasileiros situados nas outras regiões do Brasil podem conhecer a cultura do Nordeste no plano literário. Os leitores podem conhecer um pouco mais sobre o cangaço e sua formação por meio da história de vida da protagonista Maria Moura após entrar em confronto com seus primos. Acontecimento primordial para o início da formação do bando de cangaceiros liderado por ela.

O primeiro grande confronto da vida de Moura acontece com seus primos. O recrutamento dos primeiros homens que formavam o bando da protagonista aconteceu para enfrentá-los, pois eles queriam a posse do sítio de Moura, em Limoeiro. No entanto, aquela não era a primeira vez que a protagonista convencia homens para protegê-la. Ela seduziu primeiramente Jardimino para matar o seu padrasto Liberato e, posteriormente, preparou uma emboscada para João Rufo para matar Jardimino. Aquele confronto com os primos seria o primeiro combate no qual Moura reuniria mais de um homem em prol dela. A seguir, o leitor conhece os primeiros homens que vão fazer parte do seu futuro bando:

Minha primeira ação tinha que ser a resistência. Eu juntava os meus cabras – os três rapazes, João Rufo (que em tempos antes já tinha dado as suas provas). Os dois velhos podiam servir pra municiar as armas, na hora da precisão. Eu queria assustar o Tonho. Nunca se viu mulher resistindo à força contra soldado. Mulher, pra homem como ele, só serve pra dar faniquito. Pois, comigo eles vão ver. E se eu sinto que perco a parada,

vou-me embora com os meus homens, mas me retiro atirando. (QUEIROZ, 1992, p. 40).

Moura rompe com as expectativas do mundo conservador e reage contra os seus primos, Tonho e Irineu. Eles acreditavam que seria fácil tomar a casa, uma vez que ela era mulher e vivia sem a companhia de homens. Além de romper com as expectativas, ela inverte a ordem da hierarquia tradicional da sociedade nordestina do século XIX que coloca o homem à frente das decisões. É Moura quem impõe as ordens de quando, onde e quem vai atirar no momento do combate. Essas atitudes demonstram que ela deixava de ser a sinhazinha do sítio para se tornar uma mulher temida e perigosa. Constatamos que as lutas por posse de terras e propriedades fazem parte da realidade cultural do Nordeste:

O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra — uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal. (FACÓ, 1976, p. 37).

A protagonista juntamente com o seu bando sai do sítio sem a certeza de um local fixo para residir. O imprevisto para sobreviver perambulando pelas estradas do sertão passava a ser um desafio dali para frente, uma vez que no século XIX a riqueza estava concentrada nas mãos dos grandes fazendeiros, gerando uma desigualdade social. Formavam-se, então, grupos armados que assaltavam pelas estradas como uma forma de sobrevivência num ambiente de miséria, fome e sofrimento.

Com base em nossos estudos, constatamos que o sentimento de insegurança também era bastante presente na época do período medieval. Além disso, nesse período o homem sobrevivia apenas com o básico para si e para a família, o que provocava um cenário de estilo de vida simples e humilde. Dessa forma, os homens do medievo sentiam a necessidade de pegar em armas para se proteger e conseguir sobreviver, assim como o grupo de cangaceiros conduzidos de Moura fazia:

Ao tratar do problema da guerra no período plurissecular que a convencionalmente de "Idade Média", convém situá-lo no campo delimitado por duas grandes premissas. Em primeiro lugar, como a Idade Média era época de insegurança endêmica, reconhecia-se na prática das armas uma atividade legítima e necessária, no âmbito da manutenção ou da restauração de um equilíbrio que se via continuamente perturbado ou ameaçado por forças exteriores à Cristandade ou por forças situadas no interior da própria Cristandade mas rebeldes a toda ordem. (CARDINI, 2002, p. 473).

Após incendiar o seu próprio sítio em Limoeiro, Moura sofre uma espécie de mudança em sua personalidade, pois ela deixa de ser sinhazinha para se tornar uma mulher temida e corajosa. A protagonista desabrocha uma personalidade que estava escondida no

íntimo do seu ser desde que era criança. Moura desejava ser reconhecida como uma mulher poderosa e aguerrida. Ela vai conseguindo esse reconhecimento pelo povo e por seus cabras aos poucos e à medida que ela enfrenta homens poderosos do seu entorno. Vejamos os pensamentos da protagonista no que se refere ao embate entre as suas personalidades de “inocente”, para a polícia, e de “temida”, para os outros:

E então, depois do incêndio e da fuga do Limoeiro, era nas costas de Maria Moura que a língua do povo açoitava de preferência. Deviam botar pra mim tudo que aconteceu de esquisito no sítio, coroado a mais com a minha fugida na companhia da cabroeira armada. E eu não dizia nada a ninguém, sequer deixei que alguém — mormente algum dos cabras — me tocasse naquelas mortes. Um que experimentou — eu olhei pra ele tão duro e de tão má cara que ele se afastou assustado. Pra polícia eu podia negar, me fazer de pobre menina inocente. Isso era parte do jogo, todo mundo entendia. Pelo outro lado, eu tinha que ser temida para ser respeitada. Senão me arrastavam em pessoa pela rua da amargura. Não fazia mal nenhum que eles desconfiassem do que eu podia fazer. Minha ideia era meter na cabeça dos cabras e na do povo em geral que ninguém poda avaliar do que Maria Moura é capaz. (QUEIROZ, 1992, p. 261).

Maria Moura, na passagem anterior, destaca que desejava ser “temida para ser respeitada”. Essa frase é bastante semelhante à célebre sentença do filósofo e historiador Nicolau Maquiavel “é muito mais seguro ser temido do que ser amado” (MAQUIAVEL, 1996, p. 80), registrado em seu *O Príncipe*, publicado postumamente em 1532. Fazendo uma comparação entre as frases, podemos deduzir que há uma convergência de pensamentos: o líder, para ser bem-sucedido perante seus subordinados, teria que ser necessariamente, temido. A frase que ficou bastante conhecida de Maquiavel foi escrita no século XVI. Esse século foi marcado por reinos absolutistas que, com as grandes navegações, colonizaram o continente americano.

Constatamos que existem as semelhanças de pensamentos apesar do distanciamento temporal. Isso acontece porque Moura guarda em sua mentalidade, de forma inconsciente, um imaginário eivado de pensamentos, vocabulários e comportamentos de reis e rainhas do século XVI. As palavras e seus significados possuem raízes bastante remotas. Elas trazem consigo um imaginário em volta desse campo semântico que é repassado ao longo dos séculos pelos falantes da língua. Como exemplo disso, destacamos a presença de vestígios bastante remotos nas lendas da época de Péricles e Cícero:

Observemos os gregos dos tempos de Péricles e os romanos dos tempos de Cícero: levam consigo marcas autênticas, e o vestígio indubitável de séculos mais remotos. O contemporâneo de Cícero — falo sobretudo do homem do povo — tem a imaginação cheia de lendas; essas lendas lhe vêm de tempos antigos, e são testemunhas de seu modo de pensar. O contemporâneo de Cícero serve-se de uma língua cujas raízes são extremamente antigas; essa língua, exprimindo o pensamento de épocas passadas, foi modelada de acordo com esse modo de pensar, guardando o cunho que o mesmo transmitiu de século para século. (COULANGES, 1961, p. 10).

Para aplicar os conceitos de mentalidade e imaginário na obra literária, escolhemos nos ancorar nos pensamentos do historiador francês Fustel de Coulanges (1961), uma vez que suas análises dialogam com a concepção dos referidos conceitos mencionados anteriormente. Roberto Pontes, sistematizador da Teoria da Residualidade, explica que o termo “vestígio” utilizado pelo historiador francês converge com o pensamento que temos acerca do processo residual de sedimentos mentais e imaginário ao longo dos tempos:

Além disso, é oportuno notar que o primeiro grifo da transcrição nos leva a pensar *mentalidade* do “contemporâneo de Cícero” cuja imaginação está cheia de lendas antigas, as quais moldam seu “modo de pensar”, isto é, sua mentalidade. O segundo grifo nos leva a compreender como a *mentalidade* se insere profundamente na raiz da fala e da escrita humanas, expressando “opiniões” e “costumes” os mais vetustos, dos quais nem sempre temos consciência ao manifestá-las ou praticá-las. O terceiro grifo nos faz ver que a *mentalidade* pode alcançar as “longas durações” (fazemos uso de uma expressão difundida por Fernand Braudel), no caso, a apontada por Coulanges, que permanece no imaginário dos contemporâneos de Cícero, com proveniência “de quinze a vinte séculos atrás”. (PONTES, 2020, p. 18).

Para analisar os resíduos medievais presentes nos pensamentos da protagonista, tomaremos como base a concepção de mentalidade pelos historiadores da *École des Annales* que se distancia do parâmetro de investigação positivista, o que acabou por gerar grandes contribuições para o meio científico e para as análises da área da Literatura Comparada. A seguir, temos uma explanação mais profunda sobre as inovações trazidas pela *École des Annales*, enumerando de forma didática os três caminhos explorados pelos historiadores nos seus estudos de cunho mental:

Entre os grandes canteiros abertos pela Escola dos *Annales*, três são particularmente mais inovadores: 1) o dos sistemas de parentesco, no qual se sobressai a influência de *Antropologia estrutural* de Claude Lévi-Strauss, e da história das mulheres, continente por muito tempo injustamente ignorado e ao qual Georges Duby consagrou suas últimas publicações; 2) a história dos corpos, cujas principais orientações articulam-se em torno dos comportamentos alimentares e vestimentais, as relações amorosas, as atitudes face à doença, ao sofrimento e à morte; 3) os sistemas de representações, enfim, que constituem o coração, o “núcleo duro” da história das mentalidades, deste imaginário medieval que Jacques Le Goff foi um dos primeiros a explorar, enquanto Jean-Claude Schmitt propunha uma Idade Média dos gestos e das imagens. De seu lado, Georges Duby passou do estudo do mundo rural do Ocidente medieval ao mergulho nas mentalidades medievais evocadas por meio das produções artísticas e estéticas do *Tempo das catedrais* (1976). (AMALVI, 2002, p. 548).

Trazemos a citação anterior para demonstrar o quanto os caminhos de análises explorados pela *École des Annales* contribuem e dialogam com a nossa perspectiva de estudo dentro da Literatura Comparada que são as reverberações dos pensamentos de Moura nos seus comportamentos, atitudes e ações. Destacamos também que convergimos com a Escola quando

examinamos tais aspectos mencionados anteriormente na construção da história de vida de Maria Moura, que se tornará uma grande mulher.

A análise da progressão dos pensamentos de Moura frente aos acontecimentos marcantes de sua vida convergia com a perspectiva de estudo da *École des Annales* na qual se propõe a estudar os distintos comportamentos frente aos diferentes momentos históricos da humanidade. A reputação de mulher temida se construía após sair pelas estradas do sertão com os seus homens sem moradia fixa, pelo fato de as mortes de Jardimino e seu padraço Liberato estarem sempre associadas à sua imagem.

Por meio dos pensamentos de Moura, percebemos a evolução deles no que se refere àqueles pensamentos de quando era menina, analisados no início da presente seção. Quando sinhazinha, a personagem pensava numa liberdade sem muitas ambições econômicas. Mas quando ela vai se tornando uma mulher forte, os desejos ficam bem evidentes e detalhados:

Eu sentia (e sinto ainda) que não nasci pra coisa pequena. Quero ser gente. Quero falar com os grandes de igual para igual. Quero ter riqueza! A minha casa, o meu gado, as minhas terras largas. A minha cabroeira me garantindo. Viver em estrada aberta; e não escondida pelos matos, em cabana disfarçada, como índio² ou quilombola. Mas num alto descoberto, deixando ver de longe o casarão lá em cima, telhado vermelho, paredes brancas caiadas. Cavalos de sela comendo milho na estrebaria, bezerro gordo escaramuçando no pátio. Quero que ninguém diga alto o nome de Maria Moura sem guardar respeito. E que ninguém fale com Maria Moura — seja fazendeiro, doutor ou padre, sem ser de chapéu na mão. (QUEIROZ, 1992, p. 125).

Examinando com cautela a trajetória de vida da protagonista e notamos que existe um padrão mental no que se refere à manipulação de pessoas, especificamente homens, para ela conseguir o que deseja. Na maioria das vezes, Moura quer a morte dos seus inimigos, mas não queria sujar as suas mãos de sangue para conseguir isso. Ao conhecer o estudo da História das Mentalidades, podemos entender que o funcionamento da mentalidade da personagem está intrinsecamente ligado às vivências dela como sinhazinha que desejava a sua liberdade e independência:

A história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram. Por outro lado, as lições que a etnologia traz à história poderão ser proveitosas. (LE GOFF, 1995, p. 78).

² O termo “índio” está presente em algumas citações da obra de Rachel de Queiroz e de outras referências devido ao tempo de escrita. Na atualidade, entretanto, passou-se a usar outras expressões para nos referirmos aos primeiros habitantes, tal como povos originários, povos da floresta ou indígenas.

Diante da passagem anterior, constatamos que a história das mentalidades precisa dialogar com a história dos sistemas culturais e das crenças. Acrescentamos essa perspectiva de análise dialogada à história do imaginário medieval, uma vez que a nossa proposta é mostrar que há um imaginário medieval, de forma inconsciente, repercutindo na mentalidade da protagonista. Destacamos que Moura está inserida em um espaço repleto de inimigos, rivalidades, mortes e intrigas. Constatamos que esse padrão de comportamento cultural reverbera na construção da personalidade dela.

A protagonista aperfeiçoa a sua capacidade de manipulação para conseguir o que deseja. Essa evolução é um importante fator que contribui para a construção de uma mulher madura e perspicaz, visto que ela está inserida num mundo de insegurança e violência. Para sobreviver nesse ambiente, a protagonista precisa elaborar bons planos para realizar assaltos. Se Moura quisesse ter uma vida bem-sucedida, no mundo conservador e machista em que ela vivia, teria que desenvolver essa habilidade de argumentar para convencer os homens a fazer o que ela mandasse.

Maria Moura, com muita sagacidade, vai construindo uma imagem de autoridade bastante respeitada entre os seus cabras. A personagem não precisava sujar as suas mãos de sangue pegando em armas para tirar a vida de pessoas, pois os seus homens faziam isso por ela. Diante dessa situação, é importante destacar que Moura possui esse costume desde muito cedo. Quando mocinha, ela seduziu Jardimino, campeiro do gado do sítio em Limoeiro, para matar o seu padraсто, Liberato. Para se tornar uma mulher aguerrida era necessário que Moura fosse firme e incisiva com as palavras de modo que seus homens a respeitassem e a obedecessem quando fosse necessário atirar:

Eu não podia ser apenas um bacamarte a mais, correndo as estradas na companhia deles; se nem arma de fogo eu tinha comigo. Fazia questão de só trazer na cinta o meu punhal de cabo de prata. Minhas armas andavam nas mãos deles. Como eu dizia: “Vocês atiram, mas sou eu que escolho a hora de puxar o gatilho”.

Eles me tinham medo ou respeito — não sei; as duas coisas, talvez. Mas nenhum se atrevia a me olhar no olho. De certo modo, as mortes do Liberato e do Jardimino — embora ninguém pudesse me culpar por elas — uma de tocaia que nunca se descobriu o mandante; a outra de um tiro dado por João Rufo, em defesa da minha honra; o fato, porém, é que essas duas mortes nunca tinham sido muito bem explicadas. No fundo, no fundo, muita gente achava mesmo que eu estava por trás delas, direto. Eu sabia disso muito bem. (QUEIROZ, 1992, p. 261).

Havia uma hierarquia na relação de Moura com seus capangas. Para se aproximar do mundo masculino e ser temida, ela passa a utilizar calças de homem, palavras e gestos que se aproximam do autoritarismo masculino visto nas fazendas de engenho do Nordeste brasileiro do século XIX. Além disso, ela evidencia com autoridade que haverá consequências sérias se

alguém ousar contra a honra de sua pessoa. Com base nessas características, podemos perceber que Moura se torna a chefe e líder principal do seu bando:

Sua autoridade quase soberana, apoiada na disciplina e nos meios de constringer à obediência indivíduos, escravos³ ou não, que ele utiliza como instrumento de poder ou simples peças de sua organização, parecia não sofrer outras limitações além das que lhes inspiravam os interesses de sua família e a consciência implacável das relações entre senhor e servidores. Dirigir, dirige o senhor de engenho as suas empresas, mas impondo sua vontade com uma moralidade de ferro, manobrando os subordinados, submetendo-os a um jugo arbitrário e mantendo-os nessa dependência com que a todos afasta, para conservá-los nos lugares por que se distribuem, nessa rigorosa hierarquia, fundada na propriedade da terra e nos princípios de dominação. (AZEVEDO, 1964, p. 88).

Moura se torna um senhor de engenho descrito na citação anterior, mesmo sem ter ainda levantado sua Casa Forte. Ela começa a se tornar um senhor de engenho quando impõe a sua autoridade de forma soberana a todos que desejavam a seguir pelas estradas do sertão. Posteriormente, com a sua Fortaleza já levantada, ela será um senhor de engenho cujas raízes são feudais.

Em nossos estudos, constatamos semelhanças entre a história de Maria das Dores, protagonista do romance *Dôra, Doralina* (2004), e Maria Moura. As duas, de forma gradativa, conseguiram se emancipar após a saída da fazenda de onde viviam como sinhazinhas. Por meio dos pensamentos de Moura na passagem anterior, podemos perceber que a líder tinha preocupação em ser respeitada pelos homens que estavam sob suas ordens dali em diante. A ligação da protagonista com a morte de dois homens que frequentavam o seu sítio do Limoeiro era bastante polêmica e gerava um clima de intimidação entre seus homens.

Maria Moura construía a sua emancipação e intimidava seus homens por meio de suas palavras e posicionamentos fortes. Com isso, ela acabava por formar uma hierarquia em seu bando na qual ela estava no topo comandando todas as decisões. Constatamos que essa hierarquia também existia na época medieval em forma de resíduos que ficaram cristalizados ao longo dos séculos sendo adaptados à realidade de Moura com seus capangas:

Os primeiros séculos medievais conheceram uma cristalização da hierarquia social, fenômeno que na verdade já se desenvolvia anteriormente, mas que se completou apenas no século IV. De fato, a crise geral que sacudiu a civilização romana no século III levava a uma limitação dos espaços de atuação individual e ao correspondente alargamento das funções do Estado. Isso se fez sentir tanto nos planos político, institucional, fiscal, econômico e religioso, quanto no social. (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 62).

³ Esse termo se encontra nessa e em outras citações da obra literária em análise. Mesmo desatualizado, posto se utilizar em nossos dias o termo “escravizado” para se referir aos negros arrancados da África (e aos seus descendentes) para o trabalho forçado nas Américas e em outras partes do mundo, foram preservados os termos registrados no romance e em obras teóricas.

A líder do grupo começa a impor suas ordens aos primeiros cabras logo após colocar fogo na sua casa. A protagonista e o seu grupo ficam vagando pelas estradas do sertão para não serem encontrados pelos seus primos. Em um momento de descanso, eles pausam a caminhada e Moura confessa a seus capangas que possui o sonho de tomar posse das suas terras e lá construir a tão sonhada Casa Forte. Mas ela deixa enfatizado que, para segui-la nessa empreitada, os homens não poderão, em hipótese alguma, cogitar em trair a sua confiança na consequência de “pagar caro” a ela:

Bati no peito:

– Aqui não tem mulher nenhuma, tem só o chefe de vocês. Se eu disser que atire, vocês atiram; se eu disser que morra é pra morrer. Quem desobedece paga caro. Tão caro e tão depressa que não vai ter nem tempo de se arrepender. (QUEIROZ, 1992, p. 84).

É importante ressaltar que existe um contexto histórico por trás da mentalidade conservadora do Nordeste do século XIX citada anteriormente. O mandonismo exercido por Moura com seus homens no momento dos combates pode ser explicado pelo processo de colonização do espaço que recebeu forte influência da mentalidade medievalista dos colonizadores europeus.

Podemos compreender como ela foi inserida, adaptada e difundida no espaço da narrativa por meio da leitura da seguinte passagem:

Tal mandonismo foi exportado para o Brasil através de seus colonizadores, dentre os quais se destacam os portugueses, que trouxeram consigo sua mentalidade medieval, tradicionalista, patriarcalista e autoritária, sendo difundida por todo o território brasileiro, sobretudo no Nordeste, devido, principalmente, à exploração da cana-de-açúcar, que exigia um regime em torno do latifúndio, como o feudalismo girava em torno da terra; e ao isolamento da região, o que permitia uma maior manutenção das tradições, do conservadorismo. (SOARES; MIRANDA; MARTINS, 2012, p. 169).

Nos ancoramos na passagem anterior, uma vez que é importante conhecer as raízes medievais do funcionamento do autoritarismo, identificado na protagonista, na época da colonização do Nordeste. Podemos perceber que o mandonismo autoritário também era exercido na Idade Média por intermédio dos homens donos de terras com os seus servos que trabalhavam nos lotes de terras determinados pelos senhores.

O homem feudal mandava nos seus servos por meio da cobrança de taxas pela moradia e exploração do solo. Essa forma de pensamento autoritária é semelhante à forma com que Moura comanda em seus homens: para que eles pudessem receber a proteção dela, era necessário que eles a obedecessem e fossem leais. Na passagem a seguir, podemos ter uma noção de como o mandonismo se configurava na época feudal:

Vemo-la, na realidade, dividida em dois níveis: por um lado, uma pequena elite, os homens que nas cartas se distinguem por um título, *dominus*, equivalente ao francês <*sire*>. São os possuidores de castelos, os que detêm o poder de mandar, de punir, de explorar os camponeses, as chamadas banalidades; por outro lado, os simples cavaleiros, os *milites*, situados numa posição social e económica muito inferior à dos castelões, submetidos aos deveres feudais para com estes, obrigados a servi-los, combatentes a seu favor, que constituíam a sua corte: verdadeiramente subordinados. (DUBY, 1989, p. 108).

Na passagem anterior, constatamos que o homem tinha amplos poderes de mando no período feudal. No entanto, nossa análise se volta para uma personagem feminina. Maria Moura se destaca por ser uma mulher com coragem de tomar atitudes e proferir palavras assumindo uma postura masculina. Destacamos que as mulheres, ao longo da história da humanidade, tiveram que lutar bastante para transgredir os limites impostos pelo sistema arcaico e conservador de sua sociedade e época. Com base nisso, é importante conhecer quais eram poderes e as limitações da mulher no período feudal:

Nada, em si, parecia mais contrário à natureza do feudo do que permitir às mulheres a sua herança. Não porque a Idade Média as tenha julgado incapazes de exercer os poderes de mando. Ninguém se chocava por ver uma grande dama presidir à assembleia da baronia, em lugar do marido ausente. Mas não pegavam em armas. É característico que, na Normandia do século XII que terminava, o costume que já permitia a vocação hereditária das raparigas tenha sido deliberadamente abolido por Ricardo Coração de Leão, logo que principiou a guerra sem mercê com o Capeto. (BLOCH, 1987, p. 228).

Como já foi mencionado, dentro do bando de Moura havia uma hierarquia. À medida que novos homens se adicionavam ao grupo, eles faziam parte da denominada “primeira ninhada”. Esses homens faziam trabalhos braçais e manuais. Eles ainda não tinham total confiança da protagonista para pegar em armas nos momentos dos assaltos. Enquanto isso, ela construía a sua reputação de mulher corajosa e temida com o objetivo de aproximar homens que tinham experiência com armas e munições de modo a aumentar a quantidade de capangas dentro do seu bando. Sobre isso, leiamos a passagem a seguir:

Os meus meninos, os que eu chamava ‘a primeira ninhada’, não tinham a experiência e os usos de quem faz a vida na luta.
Com eles dava só pra mandar em campo as tais parelhas, que foram crescendo, de dois para quatro ou cinco. Sempre traziam qualquer coisa — animais, arreios e, só uma vez, um anel com pedra. (QUEIROZ, 1992, p. 294).

A partir daquele momento, o grupo estava sendo montado e guiado pelas ordens de Moura, a comandante principal. Alguns desses homens já tiveram experiências bélicas. No mundo de violência e insegurança, do Nordeste do século XIX, era comum que eles já tivessem o hábito de pegar em armas, fazer assaltos e possuir inimigos. No entanto, ao aceitar as ordens

de Moura, eles estavam sob a obediência de uma líder. Essa era a forma de sobrevivência que a grande maioria dos cabras do sertão encontram como modo de ganhar a vida:

Naquela sociedade primitiva, com aspectos quase medievais, semibárbaros, em que o poder do grande proprietário era incontestável, até mesmo uma forma de rebelião primária, como era o cangaceirismo, representava um passo à frente para a emancipação dos pobres do campo. Constituíam um exemplo de insubmissão. Era um estímulo às lutas (FACÓ, 1976, p. 38).

Nas nossas leituras, constatamos que Moura recrutou os seus jagunços para a realização do sonho de construir a Casa Forte da mesma forma com que aconteceu a formação da sociedade feudal. O início da sociedade medieval aconteceu por meio de muitas invasões, assaques, assaltos e conflitos causados pelos povos germânicos. Esses acontecimentos geraram um sentimento de insegurança em toda a população, acabando por ocasionar a fuga e migração de muitas pessoas para o campo. A seguir, podemos conhecer com mais profundidade como aconteceu esse processo de formação:

O feudalismo medieval nasceu no seio de uma época infinitamente perturbada. Em certa medida, ele nasceu dessas mesmas perturbações. Ora, entre as causas que contribuíram para criar ou manter um ambiente tão tumultuoso, algumas existiam completamente estranhas à evolução interior das sociedades europeias. Formada alguns séculos antes, no escaldante cadinho das invasões germânicas, a nova civilização ocidental, por seu lado, aparecia como uma cidadela sitiada ou, melhor, mais do que semi-invadida. (BLOCH, 1987, p. 19).

Moura guarda na lembrança a tão almejada Serra dos Padres mencionada diversas vezes pelo seu avô quando ela era criança. Ele tinha o sonho de tomar posse de um lote de terras, assim como tantos outros brasileiros que, atualmente, lutam por uma divisão justa por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. No entanto, ele faleceu e não conseguiu realizar a concretização desse sonho.

A protagonista, no seu íntimo, sentia que as terras que o seu avô falava ainda existiam. Mesmo com a pretensão de passar a imagem de mulher forte, Moura não queria chegar ao local com violência, se existisse alguém fazendo morada. Ela demonstra segurança ao comunicar que não pretende chegar às terras “de arranco”. Além disso, a protagonista esclarece com mais detalhes a forma com que o avô adquiriu um lote de terra da Serra dos Padres:

Eu não pretendia chegar lá de arranco, reclamando o que era meu. Aquilo já era da nossa gente quando ainda se chamava a ‘data da Fidalga Brites’, senhora viúva que nunca veio de Portugal receber as terras que o rei lhe deu em sesmaria. Terras tão grandes que cobriam toda a Serra dos Padres e mais três léguas de sertão em redor. A Fidalga mandou foi um procurador retalhar a data pra quem quisesse comprar. E essas partes da data foram passando de mão em mão, e uma delas chegou até nós. O avô de Pai comprou justamente a parte que subia pela Serra dos Padres. [...].

A Avó contava que, afinal, num ano bom de inverno, o Avô arrumou, no Limoeiro, uma tropa de animais que carregou de mantimento, enxada, machado, facão e algumas armas de tiro. E partiu para situar a fazenda na serra. (QUEIROZ, 1992, p. 79-80).

Os verdadeiros colonizadores são os europeus que efetivamente ocuparam e residiram em terras brasileiras. Por meio da narração de Moura, podemos perceber que as terras das “Serra dos Padres” foram inicialmente desprezadas pela senhora viúva “Fidalga Brites”. Isso também aconteceu com a nossa colônia nos primeiros anos que o Brasil foi descoberto e foi deixado em esquecimento, pelo fato de os colonizadores não terem encontrado ouro ou prata de modo imediato. Dessa forma, as terras brasileiras começaram a ser habitadas com base no seguinte modelo:

De ocupação efetiva do interior, à parte o caso excepcional de São Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, encontramos apenas a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica. A dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do século XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do século XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 38).

Depois do período histórico da colonização do Nordeste brasileiro, os colonizadores dos grandes latifúndios passaram a ser senhores rurais que construía as suas grandes fazendas canavieiras. Esses homens eram vistos pela sociedade como homens importantes e poderosos, pois tinham terras férteis, fazenda e gado. A pretensão do avô de Moura era a de ser um desses homens ricos e poderosos quando reuniu animais e equipamentos para explorar a terra. Mas somente Maria Moura conseguirá realizar esse sonho. Dessa forma, podemos perceber que esse sistema de exploração evidencia semelhanças com o período medieval, uma vez que para ser um senhor dono de terras, o homem deveria ter uma grande propriedade na qual fosse fértil:

A terra agrícola era em geral objeto de formas de apropriação mais ou menos definidas; os diversos aspectos do poder sobre os homens (manutenção da ordem e da justiça, cobrança de um subproduto, exações diversas e exercício da força armada, imposição de sistemas rituais e controle dos quadros ideológicos) originavam formas variadas de repartição dos papéis assim como de cooperação (em certos casos, de concorrência ou até de enfrentamento). (GUERREAU, 2002, p. 446).

Com base na passagem anterior, podemos perceber que existiam diversas formas de obter lucros por meio da exploração da terra fértil e agricultável. Acabava por se gerar vários impostos, modos de repartição e divisão de produtos quando o senhor feudal concedia a exploração do seu solo a terceiros que acabavam por se tornar servos. Essas formas de obter lucros foram trazidas e adaptadas à realidade nordestina por meio, inicialmente, das capitânicas hereditárias e das sesmarias.

Moura pensa e age como um colonizador europeu. Se observarmos a história do processo de colonização do Nordeste do Brasil, podemos perceber que o início aconteceu apenas na costa brasileira. Aos poucos, os colonizadores foram ocupando, povoando o interior do país, construindo casas e fazendo pequenas vilas. De forma semelhante, Moura almeja chegar à Serra dos Padres para começar a construção da sua Casa Forte de modo a fixar a sua moradia e a de seus homens:

O João ainda estava em dúvida:

— Mas, como é que vai ser essa posse? Aqui não tem nada, nem um começo de nada.

— É assim que eu quero. Quero fazer uma casa pra mim, defendida por estes serrotes e as suas furnas. Quero uma casa que cachorro de Tonho nenhum, ou outro qualquer, se atreva a cercar.

Dito isto, pensei um pouco, determinei:

— Nós demoramos aqui uns dias, descansando e tomando sentido das coisas. Depois se volta para o Socorro. Vou arranjar uns machados e mais toda a ferramenta que for preciso para se levantar a casa. Nesta terra tem muita madeira de lei, é só olhar, até daqui se vê. Dá pra fazer cem casas de taipa, quanto mais uma. (QUEIROZ, 1992, p. 236-237).

O poder por meio da posse de terras foi herdado pelos colonizadores europeus que ocuparam as terras brasileiras. Essa forma de fazer riqueza foi se prolongando ao longo das gerações e sendo incorporada pelos senhores que aqui se instalavam para cultivar a cana de açúcar. É por meio da terra que a riqueza vinha: ter um bom solo em vastas terras garantia a riqueza do senhor. Podemos conferir a seguir os motivos pelos quais os portugueses vieram e implantaram esse modelo de posse e exploração de terras para construir suas riquezas:

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço — efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros —, mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações. (HOLANDA, 1995, p. 49).

O feudalismo foi uma forma de organização econômica, na Idade Média, voltada para o poder da terra, isto é, poder do feudo. Quem tinha uma porção de terra fértil tinha a possibilidade de crescer economicamente. A posse das terras podia acontecer pelo viés da ocupação do lote de terra e posterior construção da sua casa ou castelo. O homem medieval se tornava um senhor dono de terras quando havia mão de obra explorando o solo por meio da plantação e da criação de animais. Nos ancoramos na concepção de feudalismo, segundo Karl Marx, uma vez que ela se aproxima da ideia que defendemos sobre o poder econômico-social por meio da posse de terras:

Na sociedade feudal, o vínculo humano característico foi o elo entre o subordinado e o chefe mais próximo. De escalão em escalão, os nós assim formados uniam, tal como se se tratasse de cadeias infinitamente ramificadas, os mais pequenos aos maiores. A própria terra só parecia ser uma riqueza tão preciosa por permitir obter «homens», remunerando-os. Queremos terras, dizem, afinal, os senhores normandos, ao recusarem os presentes de joias, de armas, de cavalos, oferecidos pelo seu duque. (BLOCH, 1987, p. 483).

A protagonista do romance, apesar de desejar ser reconhecida como uma mulher rígida e forte, ainda guarda os sonhos de sinhazinha. No entanto, os sonhos de Moura são grandes e se diferenciam das outras mulheres da sua idade, como já foi analisado na sua infância. O desejo de construir a Casa Forte, na realidade, era o de levantar o seu castelo, onde ela reinaria comandando os seus homens, os seus dependentes e seus cavalos. Moura pretende estabelecer moradia nessas terras e, para isso, ela verbaliza argumentando que “quem faz o dono é a posse”. (QUEIROZ, 1992, p. 236). Esse posicionamento é semelhante com as pretensões dos europeus tomando a posse do interior do Brasil por meio da ocupação de terras:

Felizmente a terra era herança do Avô, pai de Pai, não tinha nada a ver com aquelas almas de sapo das Marias Pretas. Não, do Limoeiro eu queria a distância e as poucas lembranças.

— Quem faz o dono é a posse, João. Se nós temos as escrituras no cartório, melhor. O que eu quero é tomar posse da terra, fazer aqui a minha casa. Se eu fosse o Liberato, dizia que quero fazer o meu castelo. Ele gostava de falar em castelo, desde que ouviu contar a história da Casa da Torre de Garcia d’Ávila. Pai que contou a ele, na primeira noite em que o Liberato apareceu de visita. Eu ouvi. (QUEIROZ, 1992, p. 236).

Até aqui, podemos perceber que Moura está construindo o seu mundo nordestino com raízes medievais. Notamos, na protagonista, essas raízes quando ela menciona a história da casa da Torre de Garcia d’Ávila por meio das histórias de Liberato, seu padrasto. Ela, aos poucos, vai ocupando suas terras, recrutando homens e conseguindo armas. Todos esses elementos são regidos pelas ordens de Maria Moura dentro da sua grande propriedade. Constatamos que a importância da posse do latifúndio no Nordeste é análoga à medieval:

A base do latifúndio, semelhante à da Europa medieval, se consubstancia na fazenda e no engenho, as células da sociedade colonial. Constituem o que Uricoechea denomina “instituições totais”, isto é, entidades econômicas e estabelecimentos sociais com grau marcante de isolamento e autonomia, no que se aproximam do feudo. Assim, o latifúndio é o local do empreendimento econômico e do governo local, com organização militar para se defender dos ataques silvícolas. Compreendemos então porque o território autossuficiente e sua base escrava são o único foco de vida e organização sociais nos sertões durante todo o período colonial. (VASSALLO, 1993, p. 60).

Moura criou um sistema autônomo, quando chegou à Serra dos Padres para sobreviver com seus agregados. A protagonista foi bastante objetiva, isto é, não demorou muito e começou a construir a sua Casa Forte e por lá ficar. Podemos perceber, de acordo com a

citação anterior, que o modo de ocupação e fixação de Moura na Serra dos Padres era semelhante ao modelo de organização latifundiária do período colonial cujas raízes são feudais.

Destacamos que além de criar um sistema autônomo de sobrevivência, os colonizadores se preocupavam em manter ocupação das terras brasileiras sob domínio de Portugal. Não se podia colocar apenas uma ocupação de cunho militar, com homens armados, de modo a vigiar se havia ou não invasores. Era necessário também a permanência fixa dos colonizadores. Moura também fez isso ao colocar os seus homens como guardas militares da Casa Forte. No entanto, ela garantiu a posse por meio da posterior fixação. Dessa forma, podemos perceber que a protagonista se tornou um dos príncipes feudais que tinham a posse de terras. Eles foram primordiais para o surgimento do feudalismo:

O feudalismo caracterizava-se, em primeiro lugar, pela decadência da autoridade real e vimos já que a incapacidade dos Carolíngios para conter os ataques do exterior tinha acelerado a dispersão do seu poder no decurso do século IX. A defesa da terra -a função primeira da realeza - passou rápida e irreversivelmente para as mãos dos príncipes locais. Estes assumiram os direitos reais que neles tinham sido delegados e incorporaram-nos no património duma dinastia cujas fundações iam sendo lançadas como parte do mesmo processo. Depois, a maior parte dos grandes principados foi-se, por sua vez, desintegrando, tal como os reinos. Os senhores de média linhagem, primeiro os condes e depois, por volta do ano 1000, os comandantes das fortalezas obtiveram a sua independência dos príncipes. (DUBY, 1980, p. 178).

A personagem principal consegue aos poucos realizar o sonho do seu avô: tomar posse de um lote de terras na Serra dos Padres e fixar sua moradia lá. A protagonista tinha guardado na sua mente todo o trajeto para chegar às terras que foram herdadas do seu avô. Na narrativa, ela menciona a concessão do lote de terras por meio da doação de sesmarias. Esse tipo de herança mostra quão longeva eram essas terras, pois a doação destas, nesse formato, era realizada no período da colonização do Brasil. A seguir, Moura enfatiza com firmeza de quem herdou as terras:

Como se vê, eu tinha todo aquele roteiro na cabeça. Aprendi como quem aprende reza, ensinada pelo Avô. Que o velho, no desgosto de não ter um neto macho, me obrigava a aprender tudo dos nossos direitos na terra da Serra dos Padres, para eu fazer o meu marido, ou um filho, um dia, recuperar aquele chão que valia mais do que ouro, com a sua água perene, com suas terras frescas.
E era nosso, nosso! Nosso, que se tinha comprado, parte da sesmaria da Fidalga Brites. Na mão dos herdeiros dela. (QUEIROZ, 1992, p. 226).

Nas obras literárias de Rachel de Queiroz é frequente a retratação de personagens que buscam por melhores condições de vida. Maria Moura guarda em suas lembranças o trajeto até a Serra dos Padres com o objetivo de construir sua riqueza. No romance *O Quinze* (2010), o vaqueiro Chico Bento perde o seu trabalho na fazenda de dona Maroca devido à seca que

prejudicava a vida do gado e da plantação. Assim como Maria Moura, Chico Bento sonhava em construir a sua riqueza em um local longe de onde ele estava sofrendo:

AGORA, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar.
Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse.
Depois, o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha...
Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumia mal, combinou com a mulher o plano de partida.
Ela ouvia chorando, enxugando na varanda encarnada da rede, os olhos cegos de lágrimas.
Chico Bento, na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte. (QUEIROZ, 2010, p. 31).

A primeira forma de concessão de terras virgens, no Nordeste brasileiro, seguiu o modelo medieval. Poucas foram as mudanças da época medieval para os tempos coloniais, mas os resíduos essenciais permaneceram: o povoamento de terras agricultáveis, a posse de terras por meio de herança e o poder absoluto sobre a sua propriedade. Esses três traços configuram o lote de terras chamadas de “sesmarias” por Maria Moura na passagem anterior. Sobre as sesmarias, trazemos o seguinte aprofundamento:

Apesar disso, nela é possível verificar que as sesmarias constituem o regime jurídico básico acerca da terra. Instituído no reinado de Fernando I como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo da terras ermas – reconquistadas aos mouros ou deixadas ao abandono por conta da declínio da população rural dizimada pela peste negra ou rarefeita pelo êxodo em direção aos centros urbanos –, a medida foi, posteriormente, denominada das sesmarias. (NOZOE, 2006, p. 588).

A família de Moura foi crescendo após a morte do seu avô. Os filhos do avô da protagonista se casaram e tiveram filhos. Eles se tornaram os novos herdeiros. Devido a isso, a protagonista, no seu inconsciente, teme encontrar resistência à sua chegada nas terras para construir a sua Casa Forte. O receio dela se deve às lembranças que ela tem dos primos quando eles tentaram tomar posse de sítio dela à força. A presença do inconsciente nas decisões e palavras de Moura é uma tônica frequente. Sobre essa discussão, nos embasamos na passagem a seguir:

Mas agora o paciente tem de fato a mesma ideia em dupla forma, em lugares diferentes de seu aparelho psíquico: primeiro tem a lembrança consciente do traço auditivo da ideia, através da comunicação; e também traz consigo, como sabemos com certeza, a memória inconsciente do vivido, em sua forma anterior. Na realidade, a repressão não é suprimida enquanto a ideia consciente, após a superação das resistências, não entrou em ligação com o traço de memória inconsciente. (FREUD, 2016, p. 84).

Assim como tentaram se apossar do sítio de Moura, ela teme que seus primos, que são os outros netos do seu avô, poderiam reivindicar a posse de um lote de terras da Serra dos Padres. Diante desse panorama, podemos verificar que a posse de terras gira em torno da

discussão de parentesco. Constatamos, por meio da seguinte passagem, que a posse de terras por meio da hereditariedade aconteceu também no período feudal:

O estabelecimento da hereditariedade dos feudos foi posto por Montesquieu no número dos elementos constitutivos do «governo feudal», oposto ao «governo político» dos tempos carolíngios. E com razão. Entenda-se, porém, que, tomado a rigor, o termo é inexacto. Nunca a posse do feudo se transmite automaticamente pela morte do precedente detentor, mas, salvo motivos válidos, estreitamente determinados, se o senhor perdeu a faculdade de recusar ao herdeiro natural a re-investidura, a qual precedia uma nova homenagem. O triunfo da hereditariedade, assim compreendida, foi o das forças sociais sobre um direito caducado. (BLOCH, 1987, p. 217).

O espaço da narrativa está localizado no Nordeste brasileiro. Com base nessa informação, enfatizamos que este é um romance de migração, pois grande parte dos acontecimentos e peripécias de Moura, com seu bando, acontecem quando estão viajando pelas secas estradas da caatinga nordestina. A estrada real será um importante lugar para Moura e seus homens, uma vez que é através dela que a protagonista chega ao local provisório, o “Rancho de Jove”, onde fica antes de construir sua Casa Forte. A seguir, Moura descreve a estrada real:

Pela mesma estrada real viajavam os fazendeiros que iam para o Crato, para o Recife, para a Cidade da Bahia. Até mesmo para a Corte, eles costumavam viajar por aquela estrada mais segura, mais povoada. Os senhores a cavalo, as donas gordas nas liteiras carregadas por dois burros, já que a força dos negros não dava para carretos pesados, puxando mais de cem léguas. Era esse tipo de gente que eu queria pegar, cobrar deles o que eu precisasse. Não seria só com João Rufo e os meninos, rodando naquele vazio, que eu ia fazer o meu futuro. (QUEIROZ, 1992, p. 126).

O grupo de homens liderados por Maria Moura faziam suas migrações com o objetivo de buscar boas oportunidades para realizar assaltos, encontrar abrigos para dormir e descansar. Eles viajam bastante até conseguir construir completamente a Casa Forte. Para realizar tudo com bastante êxito, havia planos e ordens determinados por Moura para não serem pegos pela polícia ou pelos proprietários das riquezas que estavam sendo assaltadas. A seguir, temos uma explanação sobre o processo de migração diária no romance em análise:

Seus personagens, em suas ‘migrações diárias’ pelo cotidiano, talvez herdem algo dos personagens cervantinos. [...]. Seres que se percebem apenas um ‘invólucro chamado corpo’ e contando apenas com a coragem, cercados por tramas de traições, sujeições, desejos insatisfeitos de felicidade e instantes eternos de fuga. Exilados pelas convenções sociais, em seus relacionamentos, não abandonam o desejo de serem ‘errantes’, mesmo conhecendo os medos da vida. Viajantes que nos fazem observar o quanto os seres humanos são passageiros nessa aventura que é a vida. (SILVA, 2022, p. 71).

Constatamos na passagem anterior que as migrações são uma tônica frequente nos enredos das obras literárias de Rachel de Queiroz. É através das viagens pelas estradas secas do sertão que os personagens vivem os principais momentos das suas vidas. Os personagens procuram migrar para outro local sempre em busca de uma melhor sobrevivência, seja por questões econômicas seja por emancipação social.

Em nossos estudos, constatamos que a migração fez parte da história da colonização do Brasil e do Nordeste brasileiro também. Inicialmente, a ocupação das terras brasileiras ficou limitada ao litoral. Posteriormente, o processo de colonização teve sua continuidade por meio do avanço migratório para o interior. Como exemplo desse processo de expansão, citamos as bandeiras que tinham como objetivo descobrir riquezas naturais, como o ouro, no Brasil:

A esses fatores de declínio, acresce a considerável sangria sofrida por São Paulo no século do bandeirismo e mais tarde com a emigração para as minas. É só em fins do século XVIII que São Paulo começa a recuperar as forças exauridas em dois séculos de aventuras, e inaugura, na base mais estável da agricultura, um período de expansão e prosperidade que dura até hoje. Encontramos assim essa região, no momento que nos interessa, pobremente povoada e pouco ocupada; mas em vias de grande progresso, tendência já bastante sensível. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 69).

Com vimos, o movimento migratório é uma marca da narrativa de *Memorial de Maria Moura*. São inúmeros os lugarejos, cidades pequenas e povoados localizados no Nordeste que aparecem na narrativa. A estrada real é o espaço que damos ênfase devido à enorme quantidade de acontecimentos vividos por Moura quando passa por ela. Em nossos estudos, constatamos que o processo migratório foi uma marca muito importante para a expansão demográfica na época da Idade Média. Vejamos quais foram os quatro tipos de migração que corroboraram para a formação da sociedade medieval:

- 1) migrações habituais, ou seja, deslocamentos de população (por exemplo para arrotear novas áreas), migrações sazonais (como no inverno, a busca de pastos ainda verdes), migrações temporárias (vassalos indo prestar o consilium na corte do seu senhor feudal, clérigos dirigindo-se para um sínodo), atração dos centros urbanos (que exerceram forte sedução nos séculos XII-XIII, ao possibilitarem aos camponeses uma nova condição social e econômica), mobilidade militar (como a conquista da Inglaterra pelos normandos ou as Cruzadas);
- 2) migrações coloniais, como as que levaram à formação de entrepostos comerciais de italianos no Oriente, a fixação de franceses nas áreas reconquistadas aos muçulmanos na Espanha, de alemães nas regiões arrancadas aos eslavos na Europa Oriental, de católicos nos territórios tirados aos islâmicos no Oriente Médio (Cruzadas) ou aos hereges cátaros no Sul da França;
- 3) migrações extraordinárias, como o êxodo de mouros (empurrados para o Sul da Península Ibérica com o avanço da Reconquista Cristã) e de judeus (perseguidos pelas primeiras Cruzadas e expulsos da Inglaterra em 1290 e da França em 1306). E também todo tipo de migrações forçadas, caso dos escravos vendidos por mercadores italianos nas regiões islâmicas do Oriente;
- 4) migrações sem instalação, como os movimentos de errantes (marginais, aventureiros, clérigos sem domicílio fixo como os célebres goliardos*) e de

peregrinos (tanto em direção a centros regionais de peregrinação, quanto a Jerusalém, Compostela e Roma). (FRANCO JÚNIOR, 1988, 28-29).

Durante o processo migratório nas estradas secas do sertão, os grupos armados tinham que ter muito cuidado ao entrar no território de um fazendeiro rico e poderoso, pois ele desfrutava de total autoridade nos arredores de sua propriedade. Até o século XIX, no espaço nordestino, havia um clima de rixa entre homens poderosos, donos de terras e de gado que tinham os seus capangas para combater seus inimigos. No *Memorial*, identificamos o personagem “Capitão Tertuliano” com os traços mencionados anteriormente:

Agora — e aí o Roque fez gesto de quem descobre grande segredo — ele sabia era de uma fazenda. Não ficava perto; duas vezes a distância da Camiranga, desviando para o rumo do poente. Se chamava a Fazenda Pau Ferrado, e ficava a umas quatorze léguas do Socorro.

O dono, diz o povo que é o homem mais rico deste sertão. Chamam ele de Capitão Tertuliano; é um velho barbudo, gordo e malcriado; tem muito negro na fazenda, uns dez no eito, só na planta do algodão. Mas o forte dele é o gado. Se diz que ele tem mais de cinco mil cabeças de gado. Tem também a fama de ser meio carrasco com os cativos. Os vaqueiros, que são caboclos⁴, se o velho aperta muito com eles, se somem na catanga e vão procurar outro canto. (QUEIROZ, 1992, p. 267).

A protagonista caminha para se tornar semelhante ao “Capitão Tertuliano”. No entanto, um fator diferencia Moura de “Capitão Tertuliano”. A protagonista não trata os seus homens como escravizados, mas constrói a sua relação com eles na base da confiança e da lealdade. Mesmo não sendo escravizados, os homens temiam Maria Moura. Dessa forma, é importante ressaltar que essa relação também é autoritária, visto que eles não ousavam questioná-la quando a protagonista dava ordens. Podemos conhecer um pouco mais sobre esse tipo de relação no meio nordestino a seguir:

Dentro de tais condições não era preciso que se desenvolvesse aqui a figura do lavrador: bastava a do senhor de engenho gritando para o negro do alto da casa-grande ou de cima do cavalo; bastava a do escravo cumprindo as ordens do senhor ou do feitor; bastavam as mãos e os pés do negro; bastava o seu sexo capaz de larga procriação. Nem precisava que ele trouxesse uma alma capaz de se ligar às árvores, aos pássaros e aos bichos. (FREYRE, 2013-a, p. 79).

A força do autoritarismo do homem poderoso influencia nas várias áreas que compõem a sociedade nordestina: econômica, social, política e domínio territorial. Esse quadro social acontece, atualmente, em países cujos sistemas de governos não optam pela democracia e sim por ditaduras nas quais possuem personalidades impondo regras no topo da hierarquia.

⁴ Ressaltamos que, em função de o romance *Memorial de Maria Moura* ter sido escrito em 1992, há termos ou expressões presentes na obra que passaram a ser evitados em nossos dias em razão de serem vistos hoje como termos pejorativos. Exemplo é a palavra “caboclo”, que ficou associada a pessoas que têm como traço a timidez. (Cf. OLIVEIRA, *on-line*, 2023).

Na passagem do *Memorial* anterior, podemos perceber que Capitão Tertuliano tinha muito poder, dinheiro e fama de personalidade carrasca. Esse temperamento poderia ocasionar muitas desavenças não só entre a protagonista e ele, mas na relação dele com seus capangas. Podemos conferir como funcionava o autoritarismo na época feudal por meio das exigências explanadas a seguir:

Se forem somadas todas as exigências senhoriais, a dominação mostra-se bastante pesada. No entanto, será preciso, em decorrência disso, reproduzir o estereótipo do camponês medieval esmagado pela rapacidade brutal dos senhores e reduzido à miséria, sem direito e sem iniciativa? Sem negar o poderio exorbitante dos senhores, deve-se certamente dar maior atenção às nuances e reparar a diversidade das situações atestadas no seio do mundo aldeão. Para a minoria dos servos, o jugo é, muitas vezes, esmagador, e muitas famílias livres dispõem apenas de um mínimo vital (estimado em quatro ou cinco hectares, levando em conta as taxas a serem pagas) e têm como única preocupação assegurar a sua sobrevivência. (BASCHET, 2006, p. 137-138).

A protagonista, antes de chegar na Serra, não sabia se as terras eram agricultáveis, férteis ou se tinham alguma riqueza abaixo do solo. Esses fatores eram muito importantes para a realização do sonho que antes era do seu avô e que agora era dela também. A personagem tinha ambição de construir ali a sua riqueza e levantar a tão sonhada Casa Forte. Ao avistar e analisar pela primeira vez as terras, Moura sentiu que aquele era realmente o local certo para construir a sua vida dali em diante:

Afinal avistamos a serra. Parecia ainda mais bonita, depois que perdeu o mistério: já se sabia o que ia se encontrar nas entranhas daqueles serrotes. Eu, então, já via a minha Casa Forte levantada, encostada na pedra. E olhava as vargens onde ia pastar o meu gado. Vez por outra, em caminho, encontrava alguma rês, procurando pasto aberto, fora da mata; era o ‘gado do vento’ sem marca e orelhudo. Cada um podia pegar e levar. E eu ia ter que formar os meus vaqueiros — paciência não me faltava; nem paciência, nem esperança. (QUEIROZ, 1992, p. 271).

O Nordeste foi a primeira região do Brasil a ser colonizada e foi o local onde rendeu muitos lucros à coroa portuguesa devido ao solo rico em minerais e propício para o plantio da cana de açúcar. Foi no ciclo açucareiro que se construiu a sociedade e a cultura nordestina. O fato de a protagonista conseguir terras boas para pastar seu gado e cultivar o seu plantio estão associados à imagem de mulher poderosa que ela desejava construir. O sucesso da monocultura açucareira no Nordeste, semelhante à riqueza sonhada por Moura, é ilustrado a seguir:

Por quase dois séculos, as terras obtidas por essas doações oficiais estiveram orientadas, em sua maioria, para a lavoura de subsistência e criação de gado. A expansão das superfícies ocupadas pela propriedade canavieira, a partir do século XVIII, se fez principalmente nessas primitivas terras de sesmarias, localizadas nas margens dos rios, ou em lugares propícios ao cultivo da cana-de-açúcar e com relativa facilidade de escoamento da produção, uma vez que o açúcar está condicionado a alcançar os mercados estrangeiros. No século XIX, constituir fazendas de canas por

obtenção de sesmaria era tanto mais difícil, quanto as zonas de solo mais favorável à cultura já estavam ocupadas. (ALMEIDA, 1976, p. 493).

A criação do gado era de suma importância para o senhor fazendeiro do Nordeste, dono de terras, como Maria Moura, que pretendia fixar moradia na Serra dos Padres. Por meio da criação pecuária, o homem aproveitava o couro para produzir sela para cavalos, o leite para o consumo e a carne para a alimentação. Além disso, o cultivo de plantas também era necessário para a alimentação e produção de remédios.

As riquezas do cultivo e da pastagem de animais são práticas de lucros por senhores feudais ligados ao solo. A protagonista construía a sua riqueza, aos poucos, seguindo o modelo feudal que foi trazido pelos europeus e adaptado à nossa realidade tropical. Ao prometer segurança e coito aos seus homens, Moura acabava por ligá-los à sua terra, como acontecia no período medieval:

A maneira como a unidade familiar se ligava ao solo, a combinação de direitos de propriedade, a que dedicava as suas energias e da qual retirava o sustento, é muito mais clara para nós. Aqui, mais uma vez, as terras camponesas só podem ser vistas através dos olhos dos seus donos, os senhorios das terras que as olhavam de fora, como a base dos seus poderes de exploração, uma base real mais firme e muito mais estável do que as pessoas, que tinham muito mais mobilidade, pela fuga, migrações, casamentos e outras circunstâncias do acaso. (DUBY, 1980, p. 47).

No Nordeste, assim como aconteceu na Serra dos Padres, os europeus se misturaram com indígenas formando uma sociedade etnicamente mestiça formada pelos indígenas, africanos e europeus. No romance em análise, podemos verificar a presença e a miscigenação das referidas etnias na história da colonização da Serra dos Padres a seguir:

Os escravos tinham morrido, mas foi como se o quilombo continuasse. Um sujeito por nome Sandoval, fugido da Guerra do Cariri, tinha tomado conta do terreno. Tocou fogo na tapera dos negros pra acabar com a morrinha, levantou um rancho, roubou uma índia mansa, criada por uma família conhecida dele, e se fez dono do lugar. Brocava, cercava de ramada, encoivarava, plantava e colhia o legume nos roçados. Criava um grande rebanho de bode e já tinha mais de doze anos que vivia lá, quando o Avô deu a sua aparecida. A índia teve dois filhos, a moça parecida com o pai, sardenta e de cabelo amarelo. Já o rapaz era índio puro, de olho enviesado e de pouca conversa. O diabo é que, naquela ocasião, ao redor da casa dele estava acampado um bando de índios, parentes da mulher do Sandoval. Tinham vindo comer a safra de pequi, que era tempo deles nas árvores da mata; parecia, a bem dizer, uma tribo. Alguns andavam vestidos, mas a maioria era tudo nu, no costume deles. (QUEIROZ, 1992, p. 80).

Foi por meio da colonização do Nordeste brasileiro que os resíduos medievais vieram. O Brasil recebeu adaptações das estruturas da sociedade medieval pelos europeus que vivenciaram esse período histórico. A vinda da família real para o Brasil com a finalidade de procurar refúgio devido à invasão de Napoleão Bonaparte é um exemplo, no plano da realidade, que evidencia a presença da Idade Média no Brasil:

Para os passageiros e tripulantes da esquadra de D. João foi um alento. Depois de quase dois meses no oceano, submetidos a uma dieta de carne salgada, biscoito seco, vinho avinagrado e água insalubre, finalmente puderam provar refrescos e alimentos saudáveis. Eram espécies tropicais, de aspecto consistência e sabor como jamais tinham experimentado em Portugal. E foi assim, na forma dos frutos de sua pródiga e exuberante natureza, que o Brasil se apresentou a D. João e sua corte refugiada dos tormentos da guerra na Europa. (GOMES, 2007, p. 109).

Na passagem do *Memorial*, podemos ter uma noção, no plano literário, do que foi a nossa colonização. Temos uma indígena que, pela descrição de Moura, possuía origens branca-europeia. Já o rapaz, que teve dois filhos com a indígena “mansa”, como afirma o texto, foi descrito como: “índio puro, de olho enviesado e de pouca conversa” (QUEIROZ, 1992, p. 80). Por meio das descrições, percebemos que as características das etnias vão para além do físico, isto é, atingem o plano da personalidade também. Analisar a perspectiva da miscigenação no espaço da Serra dos Padres é importante, pois esse processo tem a ver com a história da colonização do espaço do Nordeste brasileiro:

Do ponto de vista de distribuição geográfica, poderemos localizar a região litorânea do Nordeste como aquela em que se verificou mais intensa a mestiçagem branco-negra, gerando o mulato; também o Rio de Janeiro e parte da área mineira devem incluir-se nesta região de miscigenação afro-branca. Já a região interior do Nordeste e o Extremo Norte (Amazonas, Pará, parte do Maranhão) serviram de palco para o processo de mestiçagem branco-indígena, o que também se pode observar no Extremo Sul, na chamada área missioneira. Igualmente, dentro dessa região de miscigenação índio-branca, devemos incluir do Oeste brasileiro (Mato Grosso e Goiás). (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 111-112).

O processo de miscigenação acontecia à medida que os europeus entravam em contato com os nativos no processo de ocupação e fixação em terras brasileiras. De acordo com a citação anterior, podemos perceber que a região litorânea do Nordeste brasileiro foi o primeiro espaço onde aconteceram as primeiras misturas de gente com etnias distintas.

A história da colonização da Serra dos Padres mostra como aconteceram os primeiros cruzamentos para a formação do povo daquela região, isto é, a partir da ocupação e fixação dos primeiros europeus em terras brasileiras. Os resíduos medievais se modificaram e se adaptaram devido à nossa realidade de clima, solo e formação étnica serem diferentes do espaço e dos povos europeus. Apesar de não vivenciarmos o período da Idade Média recebemos os seus resíduos da seguinte maneira:

Mesmo no Brasil, que vivia na Pré-História enquanto a Europa estava na chamada Idade Média, muitos elementos medievais continuam presentes. A colonização portuguesa introduziu práticas que, apesar de já então superadas na metrópole, foram aqui aplicadas com vigor, inaugurando o clima de arcaísmo que marca muitos séculos e muitos aspectos da história brasileira. Luís Weckmann detectou com pertinência a

existência de uma herança medieval no Brasil, porém limitou sua presença apenas até o século XVII. E, na realidade, ela continua viva ainda hoje nos nossos traços essenciais. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 168).

Ao chegar na Serra, Moura se apresenta como a herdeira das terras para Jove, uma moradora das redondezas da Serra dos Padres. Jove fala para alguns moradores da região que a dona das terras tinha chegado e iria estabelecer moradia fixa ali. A forma com que ela anuncia a apresentação de Maria Moura, coloca-a em um patamar de poder de terras e de homens. Ao saber que seria uma mulher poderosa que ia tomar posse das terras, um morador de origem humilde se apresenta como “seu criado” de modo a respeitar a presença de alguém superior:

Disseram a ele que a dona das terras dali tinha chegado para tomar conta. A Jove lhe falou da minha presença e uma mulher, sua conhecida, que vivia a duas léguas de distância, ao pé da serra, e vinha ao Pai e o Filho, com uma cabaça na cabeça para apanhar água no olho d’água, contou a ele que tinha chegado era uma comissão de cavaleiro, tudo rico e bem montado, que dava até pra começar uma guerra. E agora, na minha presença, o homem, barbudo e maltrapilho, tirou com cerimônia o chapéu de couro e se apresentou:

— Senhora Dona, o meu nome é Luca Evangelista, seu criado⁵. Me perdooando o atrevimento, poderei lhe fazer uma pergunta? Vocemecê será da raça da Fidalga Brites, a dona desta sesmaria?

Eu podia ter dito que não era da conta dele, mas quis responder:

— Não senhor, sou neta do homem que comprou este pedaço da data, na mão dos herdeiros da Fidalga Brites. O meu é só uma parte da sesmaria. (QUEIROZ, 1992, p. 240).

Moura, ao tomar posse da sua herança, ilustra como o processo de colonização teve perpetuação ao longo dos séculos nas terras brasileiras. A protagonista chega ao local e aproveita os seus homens como mão de obra para levantar a sua Casa Forte. Além de utilizá-los nos trabalhos de construção, esses homens ocupam os arredores da Fortaleza de Moura, podendo ser considerado como uma pequena vila de moradores. A seguir, podemos verificar como as primeiras vilas foram fundadas no espaço do litoral do Brasil:

Enquanto Martim Afonso de Sousa fundava a primeira vila, resolvera a Coroa Portuguesa, verificando que não tinha recursos suficientes para chamar a si a colonização de tão vasto território, dividi-lo entre vários fidalgos e senhores ricos da côrte; dotados de poderes absolutos, êstes donatários deviam promover a agricultura e o povoamento em seus domínios, que eram transmitidos aos herdeiros após sua morte. Dividiu-se a costa tôda em largas faixas de terra que foram chamadas capitânicas; e o direito de atribuir sesmarias (3) (nome dado às glebas outorgadas aos colonos) passou também para as mãos dos donatários; estes tinham ainda poderes para conceder foral de vila às povoações que fossem sede de govêrno, pois só nas vilas se permitia a existência de Câmaras locais (4). (QUEIROZ, 1969, p. 9).

⁵ O termo “criado” ganhou sentido pejorativo durante o período da escravidão no Brasil. A palavra era utilizada para se referir às pessoas que trabalhavam demasiadamente sob condições insalubres em casas de nobres que tinham boas condições econômicas. Para nos referir respeitosamente a essas pessoas, utilizamos aspas em nosso texto para indicar que o termo foi retirado da obra literária em estudo, escrita no século XX. (Ver VIDICA, *online*, 2023).

O Nordeste brasileiro foi a primeira região do Brasil a ser colonizada. Os europeus aqui chegaram e fixaram moradia, assim como Maria Moura fez ao anunciar sua chegada para Luca Evangelista. Os europeus trouxeram para a região resíduos medievais em seus diversos aspectos. Eles implantaram um sistema social que já era conhecido por eles e que funcionou com bastante êxito por séculos na Europa. No entanto, eles tiveram que fazer algumas adaptações para que esse sistema operasse com base nas nossas particularidades climáticas, sociais e econômicas. Podemos conferir como recebemos as adaptações por meio da leitura da seguinte passagem:

É verdade que, no essencial, os conquistadores eram, fossem nobres ou não, animados por um ideal aristocrático característico da fidalguia ibérica (Ruggiero Romano). Eles fizeram tudo que lhes era possível para reproduzir, na América, o sistema feudal europeu. Bernal Díaz del Castillo fornece uma prova particularmente clara disso quando se refere à Reconquista e às terras então concedidas pelos reis hispânicos para afirmar que os conquistadores deveriam ser recompensados da mesma maneira, quer dizer, pela distribuição dos feudos: “[...] e também quando se conquistou Granada [...], os reis deram terras e senhorios àqueles que os ajudaram nas guerras e batalhas.” (BASCHET, 2006, p. 283).

Em nossas análises, provamos que a obra *Memorial de Maria Moura* recebeu e adaptou resíduos medievais para o tempo, espaço e história de vida da protagonista. De modo mais específico, analisamos o processo de amadurecimento da sinhazinha Maria Moura, moradora do sítio do Limoeiro, até a sua chegada à Serra dos Padres. Nesse intervalo de tempo, analisamos os fatores que contribuíram para o amadurecimento da protagonista como: a perda prematura dos pais e a perda da posse do seu sítio. Esses dois acontecimentos foram fundamentais para a construção de um mundo regido pelas ordens da protagonista.

Destacamos as raízes da história, da cultura e da formação da sociedade do Nordeste brasileiro por meio das passagens do *Memorial* sobre a colonização da Serra dos Padres. A história da colonização da Serra nos mostrou, no plano literário, como os resíduos medievais e feudais chegaram e se adaptaram às terras brasileiras.

Na próxima subseção, provaremos que as crenças religiosas de cunho católico-medieval foram inseridas na Serra dos Padres pelos “padres da companhia” e tiveram a sua continuidade por meio da endoculturação de suas crenças pelo Padre José Maria durante a formação da sua época de seminário. Ele será o futuro propagador das crenças religiosas por meio da catequese praticada por ele com outros personagens da narrativa.

2.2 Formação e endoculturação das crenças religiosas

Na presente seção, analisamos no romance *Memorial de Maria Moura* como iniciou a formação das crenças religiosas por meio do processo de colonização da Serra dos Padres. Destacamos a presença de padres na Serra como fundamental para compreender o processo inicial de endoculturação das crenças religiosas de cunho católico-medieval pelos indígenas da obra literária.

Em nossa análise, seguimos a concepção de endoculturação definida pelo sistematizador da Teoria da Residualidade: “A *endoculturação* é, portanto, o processo pelo qual assumimos o que os outros produziram culturalmente, daí não sermos originais na cultura nem na literatura e sermos sempre o que os outros foram. É assim que nos historicizamos e criamos as supremas obras do artifício humano.”. (PONTES, 2017, p. 17).

A continuação desse processo se dá por meio da formação do Padre José Maria quando estava no seminário e após esse período. Examinamos a formação do Beato como padre enquanto ele estava no seminário. A endoculturação acontecerá por meio das seguintes leituras: a Bíblia, o *Santuário doutrinal*, o livro devoto, as leituras em latim e as outras disciplinas necessárias para a formação de padre. Finalizamos a nossa análise residual com a comparação entre a aprendizagem das crenças por meio da oralidade *versus* livro físico da Bíblia.

A Idade Média foi um período histórico marcado pelo poderio da Igreja Católica em diversos setores da sociedade daquela época. No período do processo da colonização do Nordeste não foi diferente, pois a Igreja Católica teve uma influência significativa na formação das crenças do povo que habitavam as terras brasileiras. Os jesuítas vinham com o objetivo de colonizar por meio da pregação da religião católica. A seguir, podemos compreender como herdamos essas crenças:

Nunca é demais lembrar que o fim da Idade Média e os inícios da Época Moderna caracterizaram-se por uma religiosidade funda, exacerbada, cheia de angústia. Portanto, sem que os propósitos materiais fossem acanhados, cristianizar era, de fato, parte integrante do programa colonizador dos portugueses diante do Novo Mundo. Mais do que isto: parte importante, dado o destaque que tinha a religião na vida do homem quinhentista. (SOUZA, 1986, p. 33).

No *Memorial*, analisamos a presença de padres, da Companhia de Jesus, na chamada “Serra dos Padres”, local onde Moura irá construir o seu “castelo fortificado”, a Casa Forte. Os padres, ao chegarem à Serra, acreditavam que estavam salvando as almas dos indígenas da condenação eterna pelo fato de eles terem costumes culturais diferentes dos costumes do mundo cristão da Europa. Como exemplo de alguns dos costumes indígenas

daquela época, podemos citar: o canibalismo, o politeísmo e o hábito de não usar vestes para cobrir o corpo. A seguir, podemos verificar o relato de Moura sobre a história da colonização da Serra:

Já as outras terras, que a gente tinha certeza que eram nossas, ficavam nem eu sabia mais a quantas léguas, sertão adentro. E reaver essa posse era o sonho do meu avô por parte de pai, e depois de morto o Avô, passou a ser o sonho de Pai, filho dele. De começo era terra de índio. Mais tarde os padres da Companhia chegaram por lá e amansaram umas aldeias de bugres da serra, que por isso ficou sendo chamada ‘Serra dos Padres’. Levantaram uma capela de taipa. Contava o Avô que, anos e anos depois dos padres terem ido embora, os índios ainda tocavam o sininho e se reuniam na capela para rezar. Também contavam — o Avô não viu, mas tinha testemunhas — que até um dos índios fingia dizer missa, enrolando uma linguarada como se fosse latim. (QUEIROZ, 1992, p. 21-22).

A história da colonização do Brasil foi marcada pelos primeiros contatos entre indígenas e europeus. Em nossos estudos, verificamos que esse momento aconteceu por meio da mostra de objetos que os europeus traziam consigo nas embarcações. Posteriormente, foram realizadas as primeiras missas com a participação dos indígenas. Em nossos estudos, encontramos fontes que descreviam como ocorriam esses momentos religiosos:

Depois da vinda de Men de Sá⁶⁶, Governador, se fizeram três igrejas em tres povoações de índios e muitas mais se fizeram, si houvera Padres e Irmãos para nellas residirem; outras duas ou três pinctas de índios estão juntas esperando por Padres para os doutrinarem: estas são visitadas de nós quando podemos por se deterem assim ate serem socorridos. A primeira igreja que se fez, a uma legua desta cidade, chama-se S. Paulo ; a segunda. S. João, tres léguas; a outra Sancti Spiritus sete léguas; mas sera razão dizer o que emenda uma aconteceu em particular. (NÓBREGA, 1886, p. 134).

Os textos que falam sobre os primeiros contatos são de suma importância para o nosso trabalho e para a história do Brasil, uma vez que eles retratam os costumes, a cultura, os rituais dos primeiros habitantes. É por meio desses textos que temos acesso à cultura popular da época dos descobrimentos. Sobre tal importância, nos ancoramos na citação a seguir:

Lembro a trajetória europeia dos estudos folclóricos clássicos porque as motivações de seu interesse pelo popular, seus usos e contradições, repetem-se na América Latina. Em países tão dispares como Argentina, Brasil, Peru e México, os textos folclóricos produziram, desde o final do século XIX, um amplo conhecimento empírico sobre os grupos étnicos e suas expressões culturais: a religiosidade, os rituais, a medicina, as festas e o artesanato. Em muitos trabalhos vê-se uma identificação profunda com o mundo indígena e mestiço, o esforço para lhe dar um lugar dentro da cultura nacional. (CANCLINI, 2008, p. 210).

Na passagem anterior, podemos verificar que os indígenas, foram os primeiros moradores da Serra dos Padres. Eles aprenderam, por meio do processo de endoculturação, os ensinamentos repassados pelos padres e jesuítas. Mesmo após a retirada dos padres, os indígenas continuavam a praticar os rituais católicos, indicando que houve ali uma perpetuação

dos costumes cristãos para as gerações posteriores. A seguir, podemos entender o quanto os ensinamentos dos padres, no período do descobrimento do Brasil, influenciavam a sociedade daquela época:

Os jesuítas foram outros que pela influência do seu sistema uniforme de educação e de moral sobre um organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários. (FREYRE, 2003, p. 90).

A presença de padres e jesuítas no espaço nordestino ficou historicamente associada à função de propagar a fé cristã. Os jesuítas faziam isso por meio da escrita de textos literários, a maioria teatrais, cujos personagens eram santos católicos, Jesus e Maria. Aliado a esses personagens, eles também acrescentavam indígenas em suas peças. Esse foi o meio que eles encontraram de propagar os costumes católicos e suas crenças. Devemos ressaltar que diversas são as intenções deles com os indígenas quando chegaram às terras brasileiras, além de propagar as doutrinas católicas. Ao fixarem com moradia aqui, os religiosos também foram fundamentais para a efetiva ocupação do Nordeste. Com base nisso, trazemos mais esclarecimentos sobre os objetivos dos jesuítas:

Estas, e particularmente as dos jesuítas, que tanto pelo vulto que tomaram, como pela consciência e tenacidade que demonstraram na luta por seus objetivos, se destacam nitidamente nesta questão, as missões religiosas não intervêm como simples instrumentos da colonização, procurando abrir e preparar caminho para esta no seio da população indígena. Elas têm objetivos próprios: a propagação da fé, os interesses da Igreja ou das ordens respectivas, não importa; mas objetivos que, pelo menos nos métodos adotados pelos padres, forçados a isso pelas circunstâncias ou não, se afastam e até muitas vezes contradizem os objetivos da colonização leiga. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 95).

Como podemos observar, os primeiros a receberem os conhecimentos referentes à religião católica, no Nordeste brasileiro, foram os indígenas. No entanto, cabe destacar que esse não foi um processo tão fácil, pois houve, por um lado, muita resistência por parte de algumas aldeias indígenas que não aceitavam a presença de estrangeiros na sua região. No *Memorial*, constatamos a existência de conflitos ocorridos entre padres e indígenas:

Não se sabe como se armou a desavença entre os padres e os índios. Mas, um dia, um índio matou um padre, a flechadas. O outro padre conseguiu fugir e apareceu muitos meses depois num povoado da Bahia, em caminho de Jeremoabo, onde ficava a Casa de Oração deles. E, no remate de males, se conta que o Pombal, lá do reino, mandou prender tudo que era padre no Brasil. Os da Bahia foram junto: todos os padres mandados a ferros para Lisboa.

Os índios, sozinhos, ficaram brigando uns com os outros, como é uso deles. Morreu muito bugre, parece que o lugar se tornou amaldiçoado pra eles, por causa da morte do padre. (QUEIROZ, 1992, p. 22).

As diferenças entre as línguas indígena e europeia também são fundamentais para a nossa análise, uma vez que os desentendimentos aconteciam, muitas das vezes, pela falta de diálogo, compreensão e convencimento entre ambas as partes. Apesar de existir registros de conflitos entre europeus e indígenas em terras brasileiras, os primeiros contatos também foram de bastante observação pelos europeus:

No dia sete de agosto de 1501, baixamos âncoras nos litorais das mesmas regiões, dando graças ao nosso Deus, com solene súplica e uma missa celebrada com canto. Ali soubemos que a mesma terra não era ilha, mas continente, porque se estende por longuíssimos litorais que não a cercam e porque está repleta de infinitos habitantes. Com efeito, nela encontramos inúmeras gentes e povos, gêneros de todos os animais silvestres que não se acham em nossas regiões e muitas outras [coisas] nunca vistas por nós; seria longo falar de cada uma delas. (VESPÚCIO, 2013, p. 5).

Ao propagar a fé cristã-católica estavam-se desconsiderando as crenças que os indígenas tinham na sua religião politeísta. Em muitos momentos, durante o processo de ocupação do território nordestino, houve guerras entre indígenas e europeus devido à resistência por parte dos primeiros à imposição da religião católica pelos europeus. Mas também devemos ressaltar que havia violência por parte dos europeus que destruíam templos quando chegavam às terras brasileiras, desconsiderando, assim, toda a cultura da religião local. Vejamos um pouco mais sobre esses conflitos no mundo colonial:

[...], a Igreja colonial confrontou-se com sociedades e com cosmovisões indígenas originais (sendo que um dos aspectos mais resistentes à aculturação é a visão da pessoa humana, o que não foi o caso do paganismo antigo). E, se a destruição dos lugares e a interdição dos ritos pré-hispânicos, assim como a imposição das concepções ocidentais, constituem os aspectos mais maciços, não se pode ignorar a existência de formas variadas de interações desiguais entre o cristianismo e as culturas indígenas (esta expressão será preferível a sincretismo). A substituição dos lugares de culto e das divindades indígenas por santuários cristãos e figuras de Cristo, da Virgem ou dos santos é, na verdade, um fenômeno propício a uma rápida evangelização, mas mesmo assim ambíguo, pois ele favorece, ao mesmo tempo, a persistência de crenças antigas sob a roupagem cristã, [...]. (BASCHET, 2006, p. 285-286).

Apesar da história da colonização ser marcada por muitos conflitos entre padres e indígenas, temos, no dizer do romance, os considerados “índios mansos”, que foram fundamentais para a aprendizagem dos princípios católico-cristãos. Esses indígenas aceitavam a presença dos europeus nas suas terras e ouviam as histórias, missas, apresentações teatrais e pregações que os jesuítas faziam. Dessa forma, eles foram os primeiros nativos a terem contato com as doutrinas dessa religião. Na obra em análise, temos constatações que “índios mansos” residiam na Serra dos Padres:

Anos depois, meu avô, não sei como nem na mão de quem, veio a comprar de um herdeiro uma parte da sesmaria doada pelo rei a uma tal de Fidalga Brites, na Serra dos Padres. O Avô fez isso aventurando e eu nem sei mesmo se dinheiro chegou a

passar de mãos, nessa compra. O velho acabou por reunir um grupo pequeno de índios mansos, que lhe apareceram fugindo de um ano ruim, e com eles foi descobrir o lugar onde ficavam as suas terras, adquiridas do tal herdeiro da Fidalga Brites. No meu pensar, a ideia dele seria mesmo procurar pelas botijas dos padres. Podia ser loucura — e era — mas o povo é doido por história de ouro enterrado, botijas cheias de moeda; muita casa já foi abaixo por causa de gente que sonhou com dinheiro enterrado pelo dono morto. (QUEIROZ, 1992, p. 22-23).

Os indígenas que aceitavam a presença de jesuítas nas suas terras acabavam por estabelecer um convívio com os europeus. Nesse período de convivência, de um lado, os nativos contavam aos jesuítas as histórias dos seus Deuses, das suas crenças e costumes. Por outro lado, jesuítas como José de Anchieta e Manuel da Nóbrega escreviam poemas, autos e peças teatrais cujos personagens eram santos da Igreja Católica, além de outros. Essas diferenças corroboraram para que os europeus não tivessem uma boa impressão dos nativos. Por isso, podemos constatar que inicialmente os indígenas foram vistos da seguinte forma:

Não seguem uma ordenação cronológica – os índios não foram primeiramente percebidos como outra humanidade e depois como animais -, mas se alternam no mesmo tempo. Em relação ao Brasil, o imaginário de raízes europeias se reestruturou ante a constatação da diferença americana. No tocante aos homens, a constatação foi, quase sempre, depreciativa. Fundidos ao homem selvagem, os quase simpáticos monstros europeus se animalizaram e se diabolizaram na colônia muito mais do que nos centros hegemônicos. (SOUZA, 1986, p. 56).

Com base na passagem anterior, constatamos que houve um estranhamento dos europeus quando começaram a conhecer com mais profundidade as crenças e as diferenças que eles tinham com os nativos da região. Além disso, a dominação europeia estava relacionada à imposição da cultura, religião e da utilização deles como mão de obra para o europeu que se instalava nas suas terras. Pelo fato de ser mais fácil o contato com esses nativos, eles acabavam por, além de aprender uma religião que não era a sua, a prestar serviços braçais explorando as riquezas das suas próprias terras sem receber nenhuma renumeração para tal. Isso acontecia principalmente com os indígenas que já estavam catequizados:

Na bacia do Doce a colonização também avançava para oriente. Martius esteve nesta região em 1818, e a descreve em seu diário. A ocupação se fazia aí sobretudo pelo aldeamento de índios selvagens catequizados, muito numerosos, e que, uma vez submetidos, praticavam alguma agricultura e eram aproveitados como mão de obra nas fazendas que se iam estabelecendo. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 80).

A formação de padres e jesuítas é de suma importância para a nossa análise residual dos conhecimentos cristãos-católicos. A crença na espiritualidade é um fator importante para todo homem que deseja seguir a vida religiosa dedicada a Deus. Ela deve se fazer presente no seu processo de formação, uma vez que é por meio dela que acontece o contato com Deus e

com o plano divino-espiritual. O Beato Romano demonstra a sua aptidão espiritual por meio da curiosidade às questões místicas quando ainda estava na formação de seminarista:

Naquele domingo voltei para casa, me ajoelhei diante do oratório, cobri o rosto com as mãos e me pus a chorar. De solidão, de desamparo. Recordei depois uma passagem dos nossos tempos do seminário maior: no meu grupo de seminaristas, começamos a ler e a meditar sobre a vida dos grandes místicos. Os que se maceravam com cilícios e, todas as noites, punham as costas em sangue, com o açoite das disciplinas. Mas o Padre Mestre, quando teve notícias do nosso interesse por essas experiências atrevidas, para grande susto nosso, nos chamou ao gabinete. Era grave, ser chamado ao gabinete. Por sorte íamos em grupo — os quatro que andávamos buscando os caminhos da santidade. (QUEIROZ, 1992, p. 99-100).

Podemos perceber que a formação do Beato, no tempo do seminário, aconteceu por meio de leituras de cunho místico e sobrenatural. Esses conhecimentos se tornaram importantes para o aprofundamento da sua espiritualidade em contato com o mundo oculto. Além disso, ele demonstra ser interessado nos estudos no que se refere à vontade de ler e aumentar seus conhecimentos espirituais. Constatamos que a espiritualidade do homem colonial, até 1750, era de cunho medieval:

Gilberto Freyre preenche com o familismo religioso o claro deixado pelo descaso tridentino ante a colônia no seu primeiro século de existência; Hoornaert, numa explicação mais complexa, dá indubitavelmente grande peso à fluidez da estrutura eclesial no primeiro momento da colônia. Chega a dizer que, até 1750, caracterizou-se o Brasil por uma espiritualidade medieval: foi ela que se mostrou presente na organização em confrarias, foi ela que coloriu a religiosidade popular. Ora, o que parece passar despercebida é a característica básica da nossa religiosidade de então: justamente o seu caráter especificamente colonial. Branca, negra, indígena, refundiu espiritualidades diversas num todo absolutamente específico e simultaneamente multifacetado. (SOUZA, 1986, p. 88).

Para entender como ocorreu a formação das crenças religiosas em terras brasileiras, é importante conhecer o processo de formação de padres e jesuítas, uma vez que são eles os responsáveis por repassar os seus conhecimentos aos nativos da região. Ao optar pela formação católica, as questões espirituais e sobrenaturais que envolviam essa religião estavam sendo herdadas de forma residual pelo Beato. Dessa forma, para entender as raízes do sobrenatural cristão é de suma importância a leitura da seguinte percepção:

O sobrenatural, o miraculoso, que constituem o que é o princípio do cristianismo, parecem-me diferentes, por reza e função, do «maravilhoso», embora tenham marcado Com o seu selo o maravilhoso cristão. O maravilhoso da época cristã parece-me pois substancialmente encerrado dentro destas heranças anteriores, de que encontramos alguns elementos «maravilhosos» nas crenças, nos textos, na hagiografia. Na literatura encontra-se quase sempre um maravilhoso cujas raízes são pré-cristãs. (LE GOFF, 1990, p. 19).

A formação de um padre também está associada à sua carreira santa dentro da Igreja Católica. No meio religioso, existe a aspiração de milhares de padres, das diversas partes do

mundo, em se tornar papa. Esse é o mais alto grau de santidade que um padre católico pode chegar ainda vivo pela Igreja Católica.

Verificamos a existência desse desejo pelo Padre José Maria quando ainda estava no seminário quando estava na companhia de seus colegas:

Agora, vivo longe das tentações — e já nem falo das tentações da carne, mas dos sonhos atrevidos de poder, prestígio e santidade. Não posso sonhar em ser cônego, monsenhor, bispo ou arcebispo. Lá no seminário, nós dizíamos que, existindo talvez um milhão de padres em todo o mundo, cada um de nós teria um milionésimo de possibilidade de chegar a papa... Pois, para um homem chegar a papa, não lhe basta ser padre? E os meninos seminaristas se embriagavam com esses delírios de grandeza. Hoje, o mais longe que eu penso alcançar é ocupar, com o tamanho do meu corpo, um espaço no nosso pequeno cemitério da Casa Forte. Lá terei o meu lugar; e espero que morto pacificamente, do meu mal do coração ou do fígado. (QUEIROZ, 1992, p. 425).

Notamos semelhanças entre a Idade Média e a época do Nordeste colonial no que se refere ao hábito de reverenciar uma autoridade santa.

Ressaltamos que nessas semelhanças existem adaptações à nova realidade da colônia, uma vez que não existia apenas a presença das crenças europeias, mas as das indígenas também. Havia respeito e adoração a entidades espirituais em ambas as crenças como acontece atualmente no estado da Bahia, no qual várias religiões convivem de forma harmoniosa. Por um lado, os indígenas cultuavam seus Deuses e tinham bastante respeito aos caciques. Por outro lado, os católicos cultuavam Deus e a tinham como autoridade a santidade papal. É do resultado dessa mistura que se formaram as primeiras santidades sincréticas:

Ainda no primeiro século de vida, a colônia veria proliferarem em seu solo as Santidades sincréticas, misturas de práticas indígenas e católicas. A mais famosa delas foi relatada pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil: a de Fernão Cabral de Taíde, senhor do engenho Jaguaripe. Este senhor permitia em suas terras um culto sincrético realizado por índios em que se destacavam uma índia a que chamavam Santa Maria e um índio que ora aparece como "Santinho", ora como "Filho de Santa Maria". Os devotos tinham um templo com ídolos, que reverenciavam. (SOUZA, 1986, p. 94-95).

A autoridade papal, durante a Idade Média, tinha vastos poderes que estavam relacionados ao direcionamento e à forma de pensar da Igreja Católica sobre alguns assuntos da sociedade da sua época. Além disso, ao se tornar papa, o religioso passava a ser uma personalidade santa e reverenciada espiritualmente por todo o mundo católico. A trajetória santa de um padre dentro da Igreja Católica é também de suma importância para a sua escolha. Por meio das proposições da *“Dictatus papae”*, que significa em português *“Decretos do papa”*, podemos conhecer os principais motivos que levavam os padres, por todos os países, ao desejo de se tornarem papas:

A proposição XXIII dos *Dictatus papae* de Gregório VII afirmava que "o bispo de Roma, com a condição de ser canonicamente consagrado, torna-se indubitavelmente santificado graças ao bem-aventurado Pedro". Essa santidade hereditária e atribuída a uma pessoa ainda em vida estava baseada na função exercida pelo pontífice: ela se distingue da santidade fundada no duplo critério de virtudes manifestadas no decorrer da existência e dos milagres proporcionados por sua intercessão, após sua morte. (ARNALDI, 2002, p. 583).

É oportuno enfatizar que o personagem José Maria foi um Padre antes de se tornar um Beato. Esse personagem se assemelha ao clero da Idade Média que tinha acesso à instrução, diferente das outras camadas da sociedade que não tinham a oportunidade de ter acesso à educação e, assim, poder ler e escrever. Na passagem a seguir, trazemos um dos momentos em que José Maria, ainda como Padre, aprofunda seus conhecimentos sobre a história dos santos católicos pelo processo de endoculturação:

Ali, na janela, à claridade do sol, eu lia o que conseguia encontrar. Siá Mena teve a ideia de procurar quem fosse dono de algum livro. Descobriu um *Santuário doutrinal* nas mãos dos herdeiros de uma avó portuguesa, que trouxera o livro do reino, uma espécie de calendário piedoso; cada dia do mês trazia a história do santo desse dia, bem contada e estudada, até com referências históricas. Ao fim da vida do santo, vinham as reflexões espirituais, para proveito do devoto. Dois grossos volumes me deram leitura para muito tempo. Os donos tinham dito que eu podia ficar com o livro como se fosse meu; guardei os dois volumes então, na minha mesa de cabeceira, marcando com uma tirinha de papel o santo da data: e eu tomara a obrigação de o ler toda manhã. (QUEIROZ, 1992, p. 203-204).

Era muito importante que José Maria dominasse a doutrina cristã-católica para a sua formação de Padre. O personagem ao entrar em contato com a história dos santos, acaba por aprender conhecimentos residuais de cunho católico-medieval, uma vez que muitos dos santos católicos vivenciaram o período da Idade Média. Vejamos, a seguir, um exemplo de como os elementos do imaginário católico-europeu chegaram à América:

Essa cultura europeia veio para a América oralmente e por escrito, embora só haja referências indiretas sobre as manifestações literárias dos primeiros séculos da colonização. Mas pode ser confirmada através da tradição que se manteve praticamente inalterada.

Tal herança, que emigrou com a memória dos colonizadores, se faz aparente em manifestações menores da literatura oral (casos, provérbios, adivinhações, etc.), mas ressurgem mais nítidas nas novelas tradicionais, no cordel e nas dramatizações ou folguedos. Apresenta temas profanos, bem como personagens, situações e estruturas formais. (VASSALLO, 1993, p. 69).

As leituras de cunho religioso são fundamentais para o processo de endoculturação da fé cristã-católica pelo personagem Beato. Na passagem anterior, tivemos acesso a uma das leituras que compõem o repertório dele. A Bíblia é tão importante quanto o *Santuário doutrinal* mencionado pelo personagem para o processo de endoculturação. É por meio dela que acontece a formação dos homens em padres, a realização de missas, de rezas e das orações. Enfatizamos

que é por meio das histórias da Bíblia que se produziam os outros materiais religiosos. Por isso, é importante conhecer quando a Bíblia se popularizou, pois, como explica Lobrichon, isso se deu:

precisamente a partir do século IX que começam a se multiplicar nas bíblias os apoios à leitura e à interpretação. Desde o fim da Antiguidade, "editores" e "livreiros" tinham equipado os dois testamentos com um prólogo, juntando ao Novo Testamento uma "lista de cânones". Os autores dos prólogos, quer se tratasse de São Jerônimo ou de anônimos que às vezes eram reconhecidos dissidentes, faziam questão de introduzir o leitor nas intenções do copista sagrado, no plano da obra e no seu significado eclesial. (LOBRICHON, 2002, p. 107).

É importante analisar como acontecia a interpretação dos conhecimentos religiosos, principalmente por personalidades que recebem a formação de serem futuros pregadores da palavra de Deus. Para realizar essa análise, destacamos a passagem que evidencia a identificação com as histórias dos santos pelo Padre José Maria ao ler o *Santuário doutrinal* que havia recebido de Siá Mena:

E não seria obrigação, antes devoção; pois que naquelas 'lendas douradas', como dizia o autor, encontrei muito sofrimento parecido com o meu, muita tentação, muita queda. Embora, também, muita virtude heroica, que eu jamais igualaria. Descobri, ali, que a principal qualidade do santo é a fortaleza. (QUEIROZ, 1992, p. 204).

Com base na passagem anterior, podemos perceber que o processo de conhecimento das histórias dos santos aconteceu por meio da identificação do Padre José Maria com os sacrifícios e sofrimentos vivenciados pelos milagreiros. Houve a identificação de José Maria com as trajetórias de vidas dos santos. Esse processo é bastante comum quando uma determinada cultura incorpora traços de outra. É com base nisso que constatamos semelhanças entre o processo de formação religiosa das crenças do catolicismo com o da Idade Média: "O processo de formação do catolicismo brasileiro também lembra o fenômeno na Idade Média. Nesta ocorreu uma cristianização do paganismo e uma paganização do cristianismo, no Brasil uma cristianização do culto africano e uma africanização do cristianismo.". (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 170).

Devemos ressaltar a importância da Bíblia, como principal material religioso da Igreja Católica, eivado de resíduos medievais. Apesar de o Padre José Maria passar a conhecer as histórias dos santos por meio do material do *Santuário doutrinal*, é na Bíblia que constam os primeiros milagres feitos por Jesus Cristo e sua trajetória de vida repleta de sofrimentos. As histórias dos santos lidas pelo personagem José Maria possuem semelhanças com a história de vida de Jesus Cristo. A seguir, podemos perceber o quão rico é esse livro, cujo conteúdo é fruto para a produção de outros materiais de cunho religioso:

Estas são questões importantes, pelas quais se vê que a história da Bíblia não é só a de um livro ou de sua recepção, de sua leitura e de seus leitores, nem mesmo de suas funções e usos, mas também a das peregrinações de seu texto e de seus conteúdos pelos códigos sociais. O historiador das culturas medievais detecta aí, em especial, as aventuras do poder simbólico e de seus detentores. Eis o fato: este livro sem dúvida alimentou e inspirou a melhor parte das criações intelectuais da Idade Média. (LOBRICHON, 2002, p. 105).

Padre José Maria não deixa de estudar mesmo após o término da sua formação como Padre no seminário. Isso demonstra o constante aprendizado de forma residual das doutrinas de cunho católico-cristão. Apesar da dificuldade de colocá-las em prática no que se refere à comunhão com Deus, ele luta contra os “desejos da carne” procurando refúgio nas palavras religiosas:

Eu já não me comportava mais como o bom vigário que tenta compartilhar da vida dos seus paroquianos. Tinha a impressão de que os olhares sobre mim estavam mais esquivos e mais curiosos. Qualquer palavrinha, talvez inocente, me deixava suspeito e irritado. Que seria que ele ou ela queriam mesmo dizer? E, para fugir aos olhares e aos comentários, eu me trancava em casa, tentando ler um livro devoto. Mas a cabeça não estava na letra nem na alma da leitura; e eu punha o livro de lado. (QUEIROZ, 1992, p. 153).

Manter a devoção religiosa à fé católica principalmente após a formação de seminarista é de extrema importância para todos os padres que são responsáveis pela pregação da palavra de Deus. É na leitura de materiais religiosos, como o “livro devoto” mencionado pelo Padre, que ele encontra forças para enfrentar os desafios das tentações espirituais da carne. As palavras dos materiais religiosos são consideradas poderosas desde o período da Alta Idade Média. Podemos perceber a semelhança com o período colonial, uma vez que o poder é dado à palavra do evangelho devido à capacidade que ela tinha de antecipar acontecimentos do futuro:

Na raiz desta prática, talvez estejam as *sortes sanctorum* da Alta Idade Média, segundo as quais se lia a própria sorte ou se previa o futuro através da leitura do Evangelho. As pessoas achavam que, desta forma, consultavam diretamente a Deus, pois, segundo os ensinamentos do clero, no Evangelho estavam contidas sua palavra e sua vontade. (SOUZA, 1986, p. 161).

Os conhecimentos adquiridos pelo Padre José Maria são resíduos oriundos do processo de endoculturação no momento das leituras de formação religiosa. É dessa forma que aconteceu a aprendizagem dos conceitos e das doutrinas religiosas da Igreja Católica por José Maria. A leitura do “livro devoto” influencia na personalidade do Padre, sem ele ter consciência disso. Durante o processo de aprendizagem das histórias do livro a sua fé e devoção são afloradas. Com base nisso, podemos perceber que o personagem vai incorporando resíduos de uma época anterior à sua:

Na história da cultura ocidental, nenhum período nos desconcerta tanto quanto a Idade Média - especialmente no seu "cume dos séculos XI-XIII. Todos nossos esforços de visão "racional" encontram aqui um desafio. Atrás de cada homem da época – clérigo, nobre ou plebeu; francês, alemão ou provençal - gostaríamos de encontrar uma "identidade cultural" que o situasse, mas cada um parece mover-se (e sem perturbação!) entre diferentes códigos de expressão, que insistimos em analisar separadamente. Atrás de cada texto da época, gostaríamos de estabelecer uma condição ideal de "performance"- discurso improvisado, ditado espontâneo, pronunciamento solene bem ponderado, releitura pública, releitura individual semi-silenciosa, reconstituição oral livre a partir do manuscrito - mas frequentemente vagamos no meio dessas hipóteses sem podermos nos decidir. (BATANY, 2002, p. 383).

Podemos perceber na leitura da citação anterior a influência da Idade Média nos livros produzidos durante o seu tempo ou que remetem a esse período. José Maria é um padre em processo de formação durante a Idade Moderna do século XIX, mas com resíduos medievais adaptados à sua época. Dessa forma, podemos concluir que, por trás da sua identidade de Padre, se formou um clérigo moderno cujas raízes são medievais.

Durante a formação no seminário para se tornar padre, um dos principais requisitos é dominar a língua latina para ler, na fonte, textos religiosos de tempos bastante remotos, inclusive da Idade Média. Destacamos uma passagem que José Maria, como Beato, evidencia seus conhecimentos quanto à língua latina:

Junto com a estola vinha o pequeno volume preto do meu missal. Pus a estola no pescoço, benzi a cruz, juntei as duas mãos em prece e comecei a minha missa:
Introibo ad altare Dei...
 E como não tinha acólito, eu próprio fui respondendo:
Ad Deum qui laetificat juventutem, meam...
 Cada palavra em latim que eu dizia me dava um gosto bom na boca. Meu peito se expandia, num profundo consolo.
 Encostado ao tronco da árvore, aberto no altar, estava o missal. E fui fazendo as reverências rituais, dizendo os *Oremus!*
 Li a Epístola e o Evangelho daquele domingo: *In illo tempore...* (QUEIROZ, 1992, p. 363).

Beato Romano, na sua essência, é um Padre que guarda conhecimentos eivados de resíduos medievais. Por meio dessa constatação, podemos perceber que há um mundo de contrastes entre a essência do Padre e o meio no qual ele está inserido. Apesar de ter aprendido conhecimentos arcaicos, como a língua latina, o personagem está situado em um meio rústico bastante perigoso composto por crimes, traições e assaltos. Trazemos como exemplo semelhante à sua formação, o religioso popular Antônio Conselheiro que também teve o contato com a língua latina em seus estudos:

Antônio Conselheiro perdeu a mãe aos seis anos de idade, e o convívio com sua madrasta Francisca parece ter sido dos piores, como o próprio Conselheiro admitiria muitos anos mais tarde; o episódio da perda da mãe daria margem a importantes boatos no futuro. O pai, embora violento e alcoólatra, procurou dar-lhe a melhor

formação intelectual possível no sertão, com a provável intenção de que o filho se tornasse padre - "mandando ensinar o português, o latim e o francês"², que o jovem Antônio começou a aprender com o professor Manoel Antônio Ferreira Nobre - após receber a instrução mais elementar por parte do pai do capitão Raimundo Francisco das Chagas³. (DOBRORUKA, 1997, p. 52-53).

Na citação anterior, podemos perceber que a língua latina, apesar de hoje não ser utilizada no meio social, é muito presente na formação dos padres. Ressaltamos a importância do latim que, atualmente, é uma língua que não possui falantes, mas que está na raiz de vários idiomas atuais.

Ao pronunciar palavras e frases religiosas em latim, o Beato Romano preserva a tradição da Igreja Medieval na qual o clero necessitava ter conhecimentos da língua latina para ter acesso à palavra de Deus. Diante disso, podemos concluir que José Maria é o personagem responsável por guardar conhecimentos medievais que acabam por aproximar a Igreja Colonial da Medieval quanto às semelhanças entre elas. Vejamos, com mais profundidade, mais algumas comparações entre as duas Igrejas:

No que diz respeito ao papel da Igreja, a comparação é claramente mais cômoda. Fazer a lista de similitudes entre a Igreja colonial e a Igreja medieval significaria descrever novamente esta última, quase em sua totalidade: riqueza material e imensidão de terras possuídas, estruturação interna do clero, papel das ordens mendicantes, doutrina e rituais essenciais, formas de evangelização, pregação e confissão como instrumentos de controle social, importância do culto dos santos e das imagens... (BASCHET, 2006, p. 285).

Após o envolvimento com Dona Bela, José Maria sofreu bastante para conseguir sobreviver. Andando pelas estradas do sertão, o personagem encontrou uma fazenda como abrigo para ficar por um tempo. Nesse local, ele ministrava aulas para as crianças da fazenda. Em uma das aulas, um dos meninos expressou o seu desejo em ser padre. Para aprender as crenças da religião católica e os conhecimentos necessários para a formação de padre, ele teria que estudar bastante. José Maria repreendeu a ideia do menino da seguinte forma:

O mais mocinho falava em ser Padre. Procurei lhe tirar essa ideia da cabeça; vendo o menino tão entusiasmado, cheguei a discursar, solene. Disse em primeiro lugar que um Padre não se fazia só com o saber ler e escrever. Os estudos eram duros, custavam muito sacrifício. Só o latim! E eu nem ainda conseguia que eles conjugassem um verbo em língua portuguesa! Mas o principal não eram sequer os estudos — o latim, a teologia, a apologética —, livros e assuntos em que ele nunca tinha ouvido falar. O importantíssimo era a vocação religiosa. Vocação religiosa não se compra nem se vende, nem se ganha de esmola. A vocação é um dom de Deus — mas é um dom terrível, também. (QUEIROZ, 1992, p. 183).

As escolas, durante a Idade Média, eram administradas pela Igreja Católica. Isso acontecia especialmente nos ambientes urbanos onde estavam situadas a maioria das escolas. Durante o período colonial, essas disciplinas permaneceram necessárias para a formação do

cristão como padre. Nas escolas católicas as crianças aprendiam a ler, a escrever e tinham acesso aos conhecimentos das disciplinas de ensino religioso. Esses conhecimentos adquiridos de forma residual eram misturados às novas culturas e línguas encontradas nas terras brasileiras, como a indígena:

Enquanto nas casas de família criavam-se "misticamente" portugueses e índios, predominando nessas relações domésticas a língua dos escravos ou semiescravos, nas escolas missionárias a língua dos indígenas era ensinada e cultivada ao lado da dos brancos e da latina, da Igreja; e nos púlpitos os pregadores e evangelistas serviam-se do tupi. (FREYRE, 2003, p. 221).

Para que o aluno desistisse da ideia de ser padre, José Maria recorre ao argumento dos difíceis e árduos estudos. Ele menciona a dificuldade de aprendizagem da língua latina e tenta desconstruir a ideia de que era apenas saber “ler e escrever” para ministrar missas. As disciplinas mencionadas pelo personagem religioso evidenciam que os conhecimentos necessários para a formação de padre continuam semelhante ao modelo de formação exigida pela Igreja no período da Idade Média:

Havia, em suma, um monopólio da cultura intelectual por parte da Igreja. A educação era feita de clérigos para clérigos, devido às necessidades do culto. Nas escolas catedrais e sobretudo monásticas, praticamente as únicas existentes, ensinavam-se as chamadas sete artes liberais, as únicas dignas de homens livres, por oposição às artes mecânicas, isto é, manuais, próprias de escravos. Na primeira parte ou Trivium, estudava-se Gramática (ou seja, latim e literatura), Retórica (estilística, textos históricos) e Dialética (iniciação filosófica). Na segunda ou quadrivium passava-se para a Aritmética, Geometria (que incluía a geografia), Astronomia (astrologia, física) e Música. Cumpridas essas duas etapas, de duração variável conforme as condições pessoais e locais, passava-se para o estudo da Teologia, o saber essencial da Idade Média, a que clérigos se dedicariam por toda a vida. (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 127).

É importante destacar que a aprendizagem dos conhecimentos católicos também se dava pelos escritos bíblicos, apesar de não ser a principal via no meio popular. Para analisar a presença desse material no *Memorial*, destacamos uma passagem que ilustra a presença de uma Bíblia escrita em alemão. A Bíblia foi mostrada ao Beato por Seu Franco, residente do lugarejo “as Bruxa”. O personagem Beato Romano demonstra ter conhecimentos sobre a língua alemã e reconhecimento das letras góticas:

E também não tinha livros comigo; os que conseguira por empréstimo no Bom Jesus, tive que devolver. E, nas Bruxa, livro ainda era mais escasso do que dinheiro. Aliás, falando em livro, certo dia, quando eu findava a aula e tratava de apartar as brigas da meninada indócil, Seu Franco veio me convidar para ir a casa dele. Queria me mostrar a ‘herança do Avô’. Foi comigo ao quarto, lá dentro tirou de um armador na parede um surrão de couro muito velho e empoeirado, e despejou o conteúdo em cima do banguê onde dormia, cheio de panos desarrumados. Pegou primeiro uns papéis, que me pareceram oficiais, enrolados e selados com uma rodela larga de lacre vermelho, onde se via gravada uma coroa.

Havia também dois livros; um volume grosso, encadernado em couro preto, era uma Bíblia Sagrada. O outro dava para ver que era de versos, embora lhe faltassem a capa e a primeira folha, onde deveria estar o nome do autor. Mas tudo escrito em alemão. Na contracapa da Bíblia, via-se uma assinatura em letra gótica. Digo isso porque conheci no seminário um padre alemão que escrevia assim, em gótico. (QUEIROZ, 1992, p. 282-283).

Podemos constatar pela passagem retirada do *Memorial*, que a Bíblia era um escrito raro no meio em que ela se encontrava. No meio popular do Nordeste colonial, a presença dos escritos religiosos era também bastante raro e a posse deles era mais comum por religiosos, como os padres. É por esse motivo que a posse de um escrito em língua alemã surpreende o Beato. A seguir, podemos constatar o quão raro eram os escritos no meio popular:

Nessa fase de grande diferenciação entre as culturas popular e palaciana, quando o livro ainda é raro e caro, ocorre o apogeu dos folhetos de cordel como forma da literatura popular. Representam o intermediário efêmero e barato entre o escrito e o oral, na medida em que imprimem textos que guardam as marcas até mesmo verbais da tradição a que pertencem. (VASSALLO, 1993, p. 55).

A Bíblia era um elemento sagrado para o cristão medieval. O homem medieval acreditava que se ele seguisse as doutrinas religiosas da Bíblia, ele estaria seguindo as leis e mandamentos de Deus e, portanto, teria uma vida sagrada, livre do pecado, de todo o mal e da consequente condenação eterna. A seguir, podemos conferir como o conteúdo dos escritos da Bíblia eram importantes na era medieval:

Os escritos da Bíblia constituem a lei dos cristãos, um código ou norma intangível, inexpugnável, marcada por um sinal sagrado. Sobre o livro santo pronunciam-se juramentos, compromissos de fé, promessas essenciais; alguns, especialmente monges como São Bonifácio, carregam excertos dela consigo durante suas viagens missionárias. Até ao redor do ano 1000, e contra as proibições formais dos legisladores, os prelados recém-empossados usam-na como um horóscopo para fazer previsões sobre seu governo (sortes apostolarum), caso dos arcebispos de Sens nos séculos IX e X. (LOBRICHON, 2002, p. 108).

O processo de endoculturação da fé católica no meio popular do Nordeste acontecia também pela via oral. Era bastante comum encontrarmos no meio popular rezadeiras ou pessoas mais idosas ensinando as rezas aos seus filhos, netos e bisnetos. No *Memorial*, verificamos que Maria Moura, quando criança, aprendeu algumas rezas ensinadas por sua Madrinha de forma oral, pela repetição e memorização:

Ah, se não fosse a Madrinha, eu também nunca que tinha feito essa comunhão, porque Mãe não se preocupou de me ensinar as rezas e me foi preciso decorar de última hora todas as orações do catecismo. Depois, Madrinha morreu e eu então esqueci tudo. Esqueci as rezas, mas não me esqueci da planta de Pai: ao contrário, olhando o risco dele, recordava tudo. E fiz o meu cubico tão bem disfarçado que qualquer pessoa, até mesmo a mais esperta, não ia conseguir atinar com o nosso jogo das paredes. Os cantos das duas salas e os dois quartos se desencontrando, para ocultar aquele vão metido no meio. (QUEIROZ, 1992, p. 305).

No meio popular, a propagação da fé cristã acontecia por via oral, isto é, sem o suporte de livros ou bíblias. Podemos perceber que parte da catequese de Moura aconteceu pela memorização. Em nossos estudos, verificamos que a divulgação desse conhecimento no meio popular do Nordeste, pela oralidade, era bastante comum desde o século XVI:

No século XVI existe um amplo público popular, incluindo analfabetos, o que acentua o papel da literatura oral. O livro, apesar de instrumento dos letrados das classes dominantes, não deixou inteiramente de se divulgar por via oral. Havia leitura em voz alta em grupos, a representação de peças dramáticas por equipe de teatro popular conforme a tradição medieval, as histórias rimadas que se aprendiam a cantar e cujos textos os cegos em dia nas ruas - folhetos de cordel, veiculadores de histórias tradicionais. (VASSALLO, 1993, p. 55).

Ressaltamos que as narrativas orais são de suma importância para a preservação e valorização cultura popular. É por meio da narração de lendas e mitos que conhecemos a cultura e os costumes de um povo. Pelo fato de serem transmitidas oralmente, essas narrativas requerem a memorização dos seus enredos, como aconteceu com Maria Moura. Sobre a importância de tal oralidade, nos ancoramos na passagem a seguir:

Além disso, as narrativas orais podem contribuir para o entendimento do comportamento humano em relação aos fenômenos naturais, bem como em relação à sua própria história, tradições, hábitos, valores, medos, crenças e superstições que, estabelecidas pelo imaginário, constituem a sua identidade. Pode mostrar, ainda, a utilidade e o sentido das instituições sociais que determinam o comportamento coletivo da comunidade em estudo. (SOUSA, 2005, p. 123).

Devemos ressaltar que a endoculturação das doutrinas católicas, na Idade Média, também acontecia pela via oral. Isso ocorria porque naquela época havia uma grande massa da população que não tinha oportunidade de ter acesso aos conhecimentos necessários para a alfabetização e conseqüente leitura dos materiais católicos. Portanto, essa forma de adquirir os conhecimentos é também residualmente medieval:

No entanto as culturas da Alta Idade Média privilegiaram a oralidade em todos os atos cotidianos, principalmente os da liturgia, que se apoiavam em textos batidos, codificados. Contradição ou sábia combinação? Como se opera a magia escrita em um mundo que concede tanto espaço à oralidade? Mais ainda, como a escrita passa pelas provas da diglossia e do plurilinguismo? (LOBRICHON, 2002, p. 105).

Nessa seção, constatamos que os nativos da Serra dos Padres foram os primeiros a terem contato e a aprenderem as crenças religiosas de cunho católico-medieval por meio da pregação realizada por padres que se instalaram na Serra. A análise da formação do personagem José Maria como Padre nos evidenciou que a continuação desse processo aconteceu por meio da endoculturação das seguintes leituras religiosas: *Santuário doutrinal*, livro devoto, missal,

Bíblia sagrada e leituras em latim. No meio popular, verificamos a presença da oralidade no processo de aprendizagem de rezas. Por fim, constatamos que o modo com que esses conhecimentos são incorporados também é residualmente medieval, uma vez que a oralidade e os escritos também foram meios de aprender as doutrinas da fé católica-medieval.

3 CASA FORTE: UM MUNDO MEDIEVAL REGIDO PELAS ORDENS DE MARIA MOURA

Destacamos para a análise desta seção a maturidade da personalidade de Maria Moura como mulher temida por todos da região da Serra dos Padres. Além dela, examinamos dois elementos da narrativa que são regidos por ela: seus capangas e a Casa Forte. Para cada um deles, destinamos uma subseção. Ressaltamos que essas subseções dialogam entre si, uma vez que os elementos analisados são regidos pela protagonista.

Na subseção 3.1, “Suseranos e vassalos: coronelismo e matriarcalismo em *Memorial de Maria Moura*”, identificamos a presença dos resíduos medievais de suserania e vassalagem na relação de Moura com os seus jagunços. A protagonista é analisada como uma suserana perante seus vassalos que prestam serviços militares e devem lealdade à personagem em troca de abrigo, proteção militar e comida. Os referidos resíduos são identificados nas atitudes, nos pensamentos e no vocabulário de Moura, que é um coronel nordestino, estabelecendo relação de dependência com os seus capangas. Além disso, examinamos a presença de resíduos patriarcais do medievo no matriarcalismo exercido por Moura por meio das condutas mandonistas dentro da Casa Forte com seus agregados.

Na subseção 3.2 “Resíduos cavaleirescos: a tropa militar de jagunços híbridos de Maria Moura” apontamos a presença de resíduos da cavalaria medieval na formação híbrida dos jagunços da narrativa. No *Memorial*, a história de Duarte e de outros jagunços evidencia a presença das etnias indígenas, africanas e europeias por meio das características físicas dos personagens. A etnia europeia no processo de miscigenação comprova a presença de resíduos da cavalaria militar que foram transferidos sucessivamente ao longo dos séculos até chegar no século XIX, tempo que se passa a narrativa. Essa análise foi desenvolvida com base nas vestes, armaduras e planos de combates que os personagens elaboram para sobreviver num meio repleto de estripulias e assaltos.

Terminamos a seção com a subseção 3.3 “A fazenda Casa Forte: um castelo com resíduos medievais”. Nela, investigamos a presença de resíduos das estruturas físicas de castelos, casas e feudos medievais nos espaços internos e externos da Casa Forte. Examinamos o cubico que serve para esconder pessoas perseguidas, o moinho de pólvora, o reforço fortificado das paredes que davam segurança à Casa, a plantação, a criação de animais e as casas da cabroeira. A Casa Forte de Moura é uma das grandes fazendas canavieiras do Nordeste do século XIX que guardam resíduos das fortalezas medievais que foram cristalizados e adaptados à nova realidade da colônia.

3.1 Suseranos e vassallos: coronelismo e matriarcalismo em *Memorial de Maria Moura*

A obra literária *Memorial de Maria Moura* (1992) é uma fonte rica de sedimentos medievais de teor mental. É por meio dos diálogos da protagonista com os seus capangas que podemos compreender a construção da sua personalidade reverberando diretamente nos seus comportamentos, ações e atitudes. A seguir, trazemos mais esclarecimentos no que se refere à análise da mentalidade, pela perspectiva da *École des Annales*, em obras literárias cujo valor é científico-documental:

O trabalho com a *mentalidade*, por parte dos historiadores da *École des Annales*, abriu uma nova perspectiva para as pesquisas históricas: a *História das mentalidades*, que aumentou enormemente as fontes históricas para os pesquisadores que resolveram se aventurar por ela, de modo que praticamente tudo passou a ser tido como fonte. Foi a partir da revolução historiográfica proposta pela *História das mentalidades* que os objetos de arte, notadamente os livros de teor literário (epopeias, novelas, romances), eivados de subjetividade, passaram a ter valor verdadeiramente científico-documental para a História, não apenas porque traziam narrativas que, ainda que não tivessem acontecido, descreviam muito bem os costumes de uma época, mas mais no sentido de que as obras literárias traziam sempre uma leitura (a do autor) da sociedade; uma visão crítica desta. (TORRES, 2010, p. 76-77).

A literatura é fonte rica de análise de sedimentos mentais. Apesar de ser uma narrativa de cunho ficcional, o *Memorial* revela os pensamentos e os comportamentos da sociedade nordestina do século XIX por ter um teor de escrita próximo da estética realista. Esse viés estético nos possibilita encontrar no mundo ficcional um pouco da realidade dessa época e tempo, uma vez que os personagens são pessoas e lidam com problemáticas que ocorrem com pessoas no plano da realidade. É com base nisso que nos ancoramos para demonstrar que os personagens revelam atitudes, pensamentos e ações cujas raízes são medievais.

Com o passar dos anos, Moura conseguiu a reputação de mulher temida que tanto desejava. Isso aconteceu devido ao seu estilo de vida bastante perigoso: perseguindo opositores, praticando assaltos, dando coito às pessoas perseguidas e punindo gravemente aqueles que traíssem a sua confiança. A prova de que ela tinha conseguido um grande prestígio pela região foi quando um homem poderoso, chamado “Tibúrcio”, a conhece pela sua reputação de dar proteção às pessoas perseguidas e juradas de morte. Tibúrcio precisava que alguém protegesse o seu filho Cirino que estava sendo ameaçado:

Afinal falei com o pai, que acompanhava com os olhos as minhas idas e vindas pela sala.
— O seu rapaz — o Seu Cirino — ele obedece ordem?
O velho me olhou, surpreso. Eu continuei:
— Porque aqui os meninos dizem sempre que, mal comparando, até parece um quartel. Eu não tenho escravo, não gosto de cativo, mas os meus homens me obedecem mais do que negro cativo ao sinhô.

Seu Tibúrcio respirou, se mostrando aliviado.

— Por essa parte, eu boto a mão no fogo. Já vim combinando em viagem como é que ele tem de se comportar aqui. O Cirino é meio doido, leviano com mulher, mas não é mal-ouvido com os mais velhos... (QUEIROZ, 1992, p. 339).

A protagonista coloca em ênfase uma das condições para Cirino ficar em sua Casa: ele terá que obedecer às ordens dela. Quando a protagonista impõe essa ressalva, estabelece-se a relação hierárquica na qual um manda o outro obedece. Nesse momento, Moura é caracterizada como uma matriarca, uma vez que ela utiliza palavras de ordem para demonstrar a sua autoridade dentro da sua Casa. Moura expõe a sua forma de pensar por meio das palavras. Sobre o conceito de mentalidade, trazemos a definição a seguir: “A mentalidade é um conjunto difuso de imagens a que se referem todos os membros de um mesmo grupo, estando associada intrinsecamente ao resíduo.”. (PONTES, 2020, p. 35).”.

Para fortalecer sua posição, Moura utiliza como exemplo a forma com que os outros homens da sua propriedade a respeitam dentro da sua Fortaleza. Com essa postura, ela consegue romper, aos poucos, os limites impostos pela sociedade conservadora e patriarcal do Nordeste no século XIX. A protagonista se tornou uma matrona da Casa Forte com as seguintes características:

Matriarcas houve, no Brasil patriarcal, apenas como equivalentes de patriarcas, isto é, considerando-se matriarcas aquelas matronas que, por ausência ou fraqueza do pai ou do marido, e dando expansão a predisposições ou caraterísticos masculinoides de personalidade, foram às vezes os “homens de suas casas”. Basta que nos lembremos da que o cônsul russo, o infeliz barão de Langsdorff e Hércules Florence, conheceram no interior do Brasil na primeira metade do século XIX. (FREYRE, 2013-b, p. 50-51).

Os primeiros patriarcas que se instalaram nas terras brasileiras foram os europeus de origem portuguesa. Eles trouxeram as relações patriarcais exercidas na Idade Média em forma de resíduos. Diante disso, o costume de ter uma autoridade dentro de Casa e de ditar as regras foi sendo passado durante as gerações, em forma de resíduos cristalizados e sendo adaptados à personalidade feminina de Maria Moura como uma matriarca. A seguir, trazemos evidências do patriarcalismo na Idade Média semelhante ao exercido pela protagonista:

Na vida social, por muito tempo, e ainda hoje em certas regiões, prevaleceu a família patriarcal, que dificulta a transformação do indivíduo em cidadão, dos interesses particulares em interesses gerais e, por consequência, a consolidação do Estado. O patriarca — termo correspondente linguística e funcionalmente ao sênior (“o mais velho”) feudal — constituía em suas amplas terras uma espécie de microestado que produzia quase todo o necessário para a vida de sua população. O patriarca detinha ali poder de vida e morte sobre seus familiares. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 168-169).

Discutir acerca da emancipação social de mulheres atualmente é de suma importância. Para isso, citamos o movimento feminista que luta pelos direitos, emancipação e

participação das mulheres na política, na literatura e em diversas outras áreas da sociedade. Examinar protagonista Maria Moura, sob o viés o do feminismo, é essencial pelo fato de ela representar muitas mulheres que atualmente lutam por sua emancipação e independência financeira. É necessário compreender as origens e as principais conquistas desse movimento:

Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *suffragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. (PINTO, 2010, p. 15).

A masculinidade dos patriarcas é vista em diversos aspectos: no modo autoritário de falar, nas roupas, nas ações e nas atitudes. A protagonista da narrativa utiliza roupas de homem para se aproximar mais ainda desse universo masculino por meio da aparência. No momento da negociação com Seu Tibúrcio, Moura menciona as suas vestes e o seu cabelo curto como forma de exigir respeito por parte dele:

Eu fiquei muito séria:

— Seu Tibúrcio, nesta casa não tem homem nem mulher. É preciso que ele fique ciente disso. Aqui, a Dona Moura anda de calça de homem e cabelo cortado, como vocemecê está vendo, mas é pra não haver confusão... Aqui, a primeira lei é a do respeito.

Não sei se Seu Tibúrcio estava se importando muito com as minhas regras de bem viver na Casa Forte. Mas disse que compreendia tudo, aceitava tudo — só queria saber de uma coisa:

— Vocemecê fica com o rapaz?

Eu me sentei, estive um pouco olhando para o telhado, pensando, por fim falei:

— Eu nunca lidei com a qualidade de pessoa tal como é o seu filho. Não posso me responsabilizar por ele — só se for dentro desta casa, debaixo das minhas ordens. E o pagamento é adiantado. (QUEIROZ, 1992, p. 339).

É importante destacar que Moura impõe autoridade perante todos que estão vivendo na sua propriedade. Essa superioridade é estabelecida não só com pessoas que possuem laços de parentesco com ela, mas com todos que dependem dela para sobreviver, inclusive com os agregados que prestam diversos tipos de serviço em troca de abrigo. Cirino seria mais um agregado que não possui laços sanguíneos, mas que deve respeito à protagonista. À medida que Moura incorporava aos seus domínios pessoas como Cirino, o seu grupo crescia. Esse fenômeno começou com os primeiros grupos de família que vieram de Portugal e se instalaram no Nordeste brasileiro:

O grupo familiar não se limitava então aos pais, filhos, agregados e escravos; era muito maior, pois devido aos casamentos entre parentes, os troncos das famílias eram geralmente primos entre si, e, relacionados, formavam um sistema poderoso para a dominação política e econômica, para a aquisição e manutenção de prestígio e status. O indivíduo que não se achava preso e integrado numa família, muito dificilmente podia prosperar e adquirir seu lugar ao sol. (QUEIROZ, 1969, p. 17).

Seu Tibúrcio estava disposto a colocar o seu filho como mais um súdito da Casa Forte de Maria Moura. Tibúrcio demonstra plena confiança em Moura ao aceitar todas as condições impostas pela protagonista sem nem ao menos consultar o seu filho. A forma de pagamento antecipada exigida por ela é um fator que demonstra ainda mais o poder da protagonista. Cirino, por depender da proteção da protagonista, estava submetido às suas ordens. De forma semelhante acontecia na época medieval, pois aqueles que dependiam das riquezas do senhor, estavam submetidos ao seu poder. Moura, portanto, é uma matriarca cujos resíduos são do patriarcalismo medieval:

Dependentes das riquezas e da proteção fornecidas pelo patriarca, os demais habitantes daquela terra também estavam submetidos ao seu poder. Essa organização colonial e imperial transferiu-se para a República, por longo tempo dominada por aquelas aristocracias regionais. Mesmo a democratização recente do país não eliminou ainda o clientelismo e seu pressuposto, a prática do “dando é que se recebe”. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 169).

Ressaltamos que a protagonista e o personagem Seu Tibúrcio são coronéis nordestinos, uma vez que eles possuem terras, gados, dinheiro e capangas. Além desses aspectos, as características como o bigode, o gibão de couro, os cavalos e os homens atrás de Tibúrcio dão a ele um caráter de um coronel poderoso. Além aparência já mencionada, a postura do personagem perante Maria Moura também contribui para caracterizá-lo como um coronel:

Daí a pouco mais de uma semana, os vigias vieram me avisar que estava entrando no pátio uma partida a cavalo. Duarte, que no momento estava montado, de saída, chegou até o portão; se apeou, tirou o chapéu, acompanhou a pé os cavaleiros até em casa. Devia ser o tal do Seu Tibúrcio do Garrote, que chegava. Era um homem ruço, magro e, mesmo montado, se via que era alto; de boa presença, bigodão descendo pelos cantos da boca. Atrás dele vinham dois vaqueiros encourados, como se estivessem de saída pra catanga. Chapéu de couro descaído para a testa, gibão, guarda-peito, perneira, chinelão cara-de-gato. Num burro, atrás, vinha no meio da carga, o moleque já nosso conhecido. Duarte segurou a rédea do cavalo para o homem desmontar. Os vaqueiros saltaram sela abaixo, o moleque pulou do meio da carga, Duarte chamou o Pagão para ajudar com os animais. Seu Tibúrcio se descobriu, e os vaqueiros, que subiram para o alpendre atrás dele, tiraram o chapéu também. (QUEIROZ, 1992, p. 336).

O sistema do coronelismo possui resíduos feudais. Se verificarmos a relação hierárquica existente entre Moura e seus subordinados e Tibúrcio com seus capangas, podemos constatar que se assemelha à relação entre suseranos e vassalos. Isso se deve ao modelo de colonização instalado no Nordeste semelhante ao da sociedade feudal. Constatamos que as raízes feudais desse sistema corroboraram para a instalação do coronelismo nas terras brasileiras:

Para alguns, como Queiroz, uma herança feudal proporcionou a constituição dos elementos sustentadores do coronelismo, para outros, como Faoro, a influência

portuguesa e sua relação patrimonial com o Estado fundamentaram o sistema coronelista. Ainda há autores que tentam associar o patrimonialismo com uma burocracia estatal criando um “conflito dialético” que permitiria a vivência do aumento do Estado e de sua burocracia com o crescimento da atuação do poder privado sobre as instituições estatais. (PINTO, 2017, p. 364).

Todo coronel possui seus homens de confiança. É o que verificamos nas companhias de Seu Tibúrcio na passagem anterior. Salientamos que o coronel não possui laços sanguíneos com os seus capangas, por isso é de extrema necessidade a existência da lealdade nessa relação. Além disso, eles não convivem na mesma casa na qual o chefe mora com a sua família. É o que acontece com Moura que abriga alguns parentes na sua Casa, mas mantém os seus cabras morando nas intermediações próximas da sua Casa. Eles vivem próximos de seus senhores para servi-los quando for preciso, estando à disposição deles a todo momento. Podemos constatar que os capangas de Moura e Tibúrcio são vassallos, uma vez que esse costume é medieval:

O vassallo é o homem de seu senhor e se engaja a servi-lo conforme as obrigações do costume feudal. Este varia fortemente segundo as épocas e as regiões, mas três aspectos tornam-se essenciais ao serviço vassálico: a obrigação de se incorporar às operações militares empreendidas pelo senhor (por um tempo de início flutuante, mas que tende a ser reduzido a quarenta dias por ano, ao que se acrescenta um período de guarda do castelo senhorial), a ajuda financeira [...], e, finalmente, o dever de bem aconselhar o senhor. (BASCHET, 2006, p. 122).

Era comum, no Nordeste, que os coronéis tivessem amigos e inimigos; aliados e adversários; comparsas e rivais. Quando aconteciam desentendimentos graves com os seus inimigos, os coronéis mandavam matá-los. Nesse ambiente de intrigas, quem determinava as ordens eram os próprios coronéis com o intuito de defender a sua honra e assegurar o respeito à sua família. Vejamos, a seguir, um exemplo de desentendimento e brigas entre duas famílias muito importantes:

Seu Tibúrcio ia em frente:

— Agora, nestes últimos anos, vem de começar uma nova guerra entre eles, e nem se sabe quando é que vai acabar. Ou mesmo se acaba algum dia. O chefe dos Mel-com-Terra é homem muito rico, dono de não sei quantas léguas de terra, lá pras bandas do Norte. É conhecido por Jovelino Bacamarte — e esse nome já diz tudo. Ainda mais que ele até se orgulha da alcunha! Ninguém sabe como é que começou a rixa nova. Só sei que o Bacamarte pegou numa emboscada dois filhos do chefe dos Seriemas, um sujeito baixinho e escuro que chamam de Pebá Preto, e é também muito rico. Talvez mais rico que o Bacamarte. Conta o povo que ele possui até uma mina de ouro em Goiás. Não sei se é verdade, mas dizem. Pra vingar os filhos, contam que o Pebá Preto tacou fogo na vila de Águas Belas, onde reina o Bacamarte. O incêndio comeu feio dias seguidos; e até a igreja, que salvaram do fogaréu, está toda com as paredes rachadas. Eu não vi, que não ando por lá, mas quem viu me contou. Do resto das casas, no armado, nem uma só sobrou em pé.

Aí a família inteira dos Mendes — parente, aderente, agregado, cabras forros e negros do mando de Bacamarte — começaram uma caçada contra o Pebá Preto. Não sei de que santo se valeu ele, mas conseguiu fugir e chegou por estas nossas bandas,

procurando asilo. Como ainda é aparentado, raça minha (uma tia nossa se casou por lá), Peba Preto, viajando de noite, se escondendo de dia, acaba me aparecendo no Garrote, pedindo coito, alegando a parentela. (QUEIROZ, 1992, p. 396).

Na passagem anterior do *Memorial*, podemos constatar que a fama do chefão dos “Mel-com-Terra” estava associada ao poder que ele tinha sobre as muitas léguas de terras que eram suas. No espaço nordestino, era muito importante para a fama do coronel a posse de terras, pois nelas ele poderia construir a sua fazenda e disponibilizar um lote da sua terra para os seus capangas viverem com a sua família e produzirem. Constatamos semelhanças entre o poder dos coronéis atrelado à posse de terra com a força dos feudos na Idade Média:

O poderio dos municípios se assemelharia ao dos feudos cuja força estaria mais voltada para o setor privado, especificamente, na figura do coronel, datado aí desde o século XIX. Nesse sentido, sua análise constrói um Brasil com uma política caracterizada pela presença do mandonismo e do clientelismo que se manifestaram no coronelismo. Assim, o poderio dos coronéis é um exemplo do mandonismo brasileiro, se confunde ou sustenta a partir do clientelismo que só se manifesta em função de estruturas econômica e política específicas. (PINTO, 2017, p. 365).

Na época da Idade Média o poder também estava associado à posse de feudos. Ao ler a passagem anterior sobre a briga entre “Jovelino Bacamarte” e um dos filhos do “chefe das Seriemas”, podemos identificar que existe o espírito de vingança, característico do coronelismo, quando “Peba Preto” põe fogo nas terras onde reina o “Bacamarte”. Com base nisso, podemos constatar que o tema do domínio territorial foi envolvido na intriga entre eles. “Peba Preto”, ao colocar fogo nas terras do “Bacamarte”, acreditava que estava destruindo as riquezas do seu rival. Na era medieval, o homem feudal se tornava rico por meio da exploração de terras, mas elas eram concedidas para que outros produzissem a riqueza:

A outra era o que podia ser chamado «senhorio da terra» (<seigneurie foncière) porque era consequência da posse não de pessoas mas da terra. As suas características são uma continuação das que os polípticos carolíngios já nos deram a conhecer. Era muito raro os ricos explorarem toda a terra que possuíam através dos seus dependentes. Muitas vezes cediam uma parte substancial a rendeiros, que podiam ser «seus homens» ou «homens» de outros, ou homens completamente livres de servidão pessoal. Ceder terra significava obter poder- o poder de explorar os recursos domésticos do reideiro. Em sentido estrito, estas exigências não eram ilimitadas, como as que recaíam sobre a servidão. (DUBY, 1980, p. 191-192).

À medida que Moura reconstruía a sua vida após o incêndio do sítio em Limoeiro, ela adquiria dependentes em todos os aspectos e funções. Os servos tinham muito respeito à Moura. Temos como um exemplo disso, o personagem Mestre Quixó que mal conhecia Moura, mas já se colocava à serviço dela quando a conheceu pela primeira vez. Mesmo precisando dos conhecimentos do Mestre para levantar a Casa Forte, Moura não ficou submissa a ele. Ela sempre adotava uma postura de autoridade, mesmo em situações nas quais ela necessitasse dos

serviços do seu agregado. Mestre Quixó reconhece a importância de Moura quando ele se apresentou:

Mestre Zé Quixó era um velhote escurinho, magrelo, cabelo pintado, sal e pimenta. Não vinha rindo coisa nenhuma, pôs-se a esfregar as juntas, de cara feia, quando lhe desataram os amarradinhos. Pediu água. Eu fui falar com ele:

— Como é a graça de vocemecê?

— José Nascimento da Conceição, seu criado...

E eu fui ainda mais macia:

— Mestre, eu sei, o meu convite foi meio grosseiro, mas os meninos já calculavam que, por seu gosto, o senhor não vinha...

Ele ficou calado, emburrado, depois voltou a esfregar os pulsos. (QUEIROZ, 1992, p. 269-270).

No espaço nordestino, o senhor dono de terras tinha subordinados que exerciam diversas funções. O personagem mestre Zé Quixó, mesmo sendo levado para prestar seus serviços na construção da Casa Forte de forma obrigada, se torna mais um empregado de Moura obrigado a fazer os serviços que Moura desejasse. Constatamos que no período colonial era o senhor que indicava o local onde o agregado ia trabalhar, assim como Moura fez com Mestre Quixó:

O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio. Deixo para analisar o estatuto deste agregado quando me ocupar da organização social da colônia. Basta assinalar aqui que, sob o aspecto econômico, ele faz as vezes de um pequeno produtor autônomo. Embora ligado ao senhor do domínio, e seu subordinado, não se entrosa na organização normal e regular da grande lavoura. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 167).

Ao utilizar a expressão “seu criado” para se apresentar à Maria Moura, Mestre Quixó estava se colocando, de forma inconsciente, como vassalo da protagonista. É por meio das palavras presentes no vocabulário dos personagens que podemos verificar a existência de resíduos de uma época anterior a atual. Sobre isso, temos a passagem a seguir que remete à relação vassálica entre o senhor e seu servo. Nela, podemos identificar semelhanças com a relação de Moura com Mestre Quixó:

As origens da relação vassálica remontam à época carolíngia. Desde meados do século VIII observa-se a prática de um juramento de fidelidade pelo qual o rei ou o imperador esforça-se para garantir a fidelidade dos grandes, aos quais confia as "honras que são os encargos públicos, especialmente o governo das províncias. Depois, na época de Carlos Magno e de Luís, o Piedoso, o engajamento vassálico, que é uma forma de "recomendação" pela qual se é posto sob a proteção de um personagem eminente, reconhecendo deveres em relação a ele, generaliza-se como forma de subordinação, vinculando todos os homens livres a personagens elevados e, indiretamente, ao imperador. (BASCHET, 2006, p. 123-124).

Se por um lado Mestre Quixó apresenta-se como “criado” de Moura, por outro, a protagonista nega se apresentar a qualquer outra pessoa dessa forma. Além das suas atitudes autoritárias, como mandar matar seus inimigos, Moura possui um vocabulário de negação à submissão. Quando a personagem encontra um homem poderoso, ela o trata de “igual para igual”, ou seja, a sua postura não mudava quando estava na ausência dos seus subordinados homens. Podemos verificar a postura da protagonista, quando a personagem nega se autodenominar como “criada” no bilhete que ela enviou para o “Sinhô” chamado “Seu Tibúrcio do Garrote”, morador da sua região:

Mandei o Pagão chamar Duarte, esperei que ele chegasse, mostrei-lhe o bilhete que ele nem conseguiu soletrar. Depois que expliquei o assunto, ele pensou um pouco:
 — O menino disse se ele vem só?
 — Não. O que ele disse foi que achava que o Sinhô dele vinha me pedir um favor. Resolvemos escrever a resposta. Eu mesma fiz o bilhete, dizendo que tinha muito gosto em receber a visita de um bom vizinho. Podia vir quando quisesse e até só (isso foi ideia de Duarte), que na nossa casa ele estava garantido. Assinei Maria Moura. O uso era botar ‘sua criada’, mas disso eu não gosto, Maria Moura não é criada de ninguém.
 Mandei o moleque ir comer um prato na cozinha, dei-lhe um pedaço de queijo e uma rapadura para o caminho, e mais duas moedas de cobre. Pra ele sair falando bem da casa. (QUEIROZ, 1992, p. 336).

A negação de Moura ao utilizar essa palavra para se comunicar com um homem poderoso acontece porque a palavra "criado" é, há muitos séculos, associada às pessoas que eram empregadas e submissas a pessoas ricas e poderosas. Na Idade Média, eles eram servos dos senhores feudais que prestavam serviços manuais em troca de asilo e comida. Essas funções ficaram atreladas à palavra "criado". Por intermédio dos estudos da história das mentalidades a seguir, podemos deduzir que a rejeição de Moura com a palavra "criado" se deve às funções e à posição que essa pessoa assume no meio social desde aqueles tempos:

A história das mentalidades obriga o historiador a interessar-se mais de perto por alguns fenômenos essenciais de seu domínio: as heranças, das quais o estudo ensina a continuidade, as perdas, as rupturas (de onde, de quem, de quando vem esse hábito mental essa expressão, esse gesto?; a tradição, isto é, as maneiras pelas quais se reproduzem mentalmente as sociedades, as defasagens, produto do retardamento dos espíritos em se adaptarem às mudanças e da inegável rapidez com que evoluem os diferentes setores da história. (LE GOFF, 1995, p. 72).

Expressões e palavras-chave ditas por Moura revelam uma mentalidade eivada de sedimentos medievais. Ela nega se autodenominar como “criada” de alguém por acreditar que ela é uma poderosa mulher dona de terras e de homens. Dessa forma, constatamos que a palavra “criado” continuou carregada de significados ao longo dos séculos até chegar no século XIX de forma inconsciente na mentalidade das pessoas. Constatamos que esse fenômeno semântico é bastante remoto:

O sentido íntimo de uma raiz pode às vezes revelar uma antiga opinião ou um antigo costume; as idéias transformaram-se, e os costumes desapareceram, mas ficaram as palavras, imutáveis testemunhas de crenças desaparecidas. O contemporâneo de Cícero obedece a determinados ritos nos sacrifícios, nos funerais, nas cerimônias nupciais; esses ritos são mais antigos que ele, e a prova é que não correspondem mais às suas crenças. Mas, olhando de perto os ritos que observa e as fórmulas que recita, encontrar-se-ão vestígios do que os homens acreditavam quinze ou vinte séculos atrás. (COULANGES, 1961, p. 10).

Por meio das explanações anteriores, podemos perceber que as palavras e expressões de uma língua possuem significados cujas origens podem ser bastante remotas. Os sentidos das palavras são construídos coletivamente pelos seus falantes e repassados ao longo dos séculos. As pessoas, de forma inconsciente, aprendem o significado das palavras e reproduzem no meio social em que vivem. Foi o que aconteceu com Maria Moura.

Entre as diversas funções exercidas pelos vassallos de Moura, a mais comum era a do serviço militar. A protagonista formava o seu grupo de jagunços à medida que fossem surgindo homens leais à confiança dela principalmente nos momentos dos combates. Os homens estavam oficialmente submetidos à Moura quando ela dava armas, munições, abrigo e proteção. Tudo isso se resumia em um laço de confiança que se estabelecia entre ambas as partes. Quando esse laço se concretizava, era um privilégio para o jagunço poder dizer pelas andanças do sertão que era “cabra de Maria Moura”. (QUEIROZ, 1992, p. 327). É na passagem a seguir que podemos ver a concretização da reputação da protagonista que começou o *Memorial* como uma sinhazinha:

Duarte e eu tínhamos ouvido a história toda praticamente sem cortar a palavra dele. Fiquei pensando. Olhei para Duarte:
 — Que é que você acha?
 Duarte mordida o bigode:
 — E quem nos garante que esses cabras, pegando aqui arma e munição nossa, não vão ganhar o mundo e trabalhar por conta própria?
 Antonio Muxió estendeu a mão:
 — Pense bem, meu chefe. Quem sou eu e os outros pra me meter a enganar Dona Maria Moura? Só se fosse doído varrido. E a gente quer mesmo é ter proteção, ter um chefe, trabalhar com orgulho, sabendo pra quem. Vocemecê acha que qualquer besta de soldado vai se meter e dar voz de prisão a quem ele sabe que é cabra de Maria Moura? (QUEIROZ, 1992, p. 327).

Ao prometer lealdade à Maria Moura, o capanga que entrasse no seu bando e que pegasse nas suas armas não podia trair a confiança dela. Caso contrário, o subordinado pagaria caro pela traição. Muitos homens sobreviviam vagando pelas estradas do sertão com bastante dificuldade. A possibilidade de entrar no bando de Moura era uma oportunidade de viver com melhores condições, pois ali se tinha a certeza de ter moradia, comida e proteção. Eles

continuavam sendo homens livres, mas deviam lealdade à sua líder. É dessa maneira que se formava o grupo do coronel nordestino com raízes medievais:

Além dos escravos, as propriedades incluíam homens livres. Com seus próprios parentes, eles estabeleciam diversas formas de solidariedade patriarcal, numa hierarquia de ligações de família no sentido amplo e de agregados, bem como de posições socioeconômicas. Esse tipo de vinculação pode remeter às relações entre suserano e vassalo, de evidente arcaísmo na época. Daí resultou complexo de clã, cujo chefe vai ser associado ao "coronel" da Guarda Nacional, criada por Feijó em 18/8/1831 e que sobreviveu até à República. (VASSALLO, 1993, p. 60).

De acordo com a citação anterior, podemos perceber que o pacto de fidelidade e lealdade em torno da autoridade do homem poderoso e dono de terras acabava por se configurar no fenômeno do coronelismo. Nessa relação, o coronel é o suserano que detém poder sobre os seus agregados e dependentes que se comportam como vassallos devendo além da fidelidade, serviços braçais e militares.

Na passagem do *Memorial*, podemos constatar que os homens preferiam prestar serviços militares à Moura do que viver de forma independente e sem apoio, na miséria e com sede pelas estradas secas do sertão. Isso acontece por causa da garantia do abrigo e da proteção proporcionadas pelo senhor no momento do contrato de confiança entre o vassalo e seu suserano que acontecia por meio do juramento da palavra. Essa relação de dependência é um resíduo de vassalagem medieval. Vejamos, a seguir, como o compromisso por meio da palavra é bastante valorizado desde a Idade Média:

A homenagem era a única que fazia intervir os dois homens em estreita união; a «fé» do vassalo constituía um compromisso unilateral ao qual só raramente correspondia um juramento paralelo por parte do senhor. Numa palavra, a homenagem era o verdadeiro criador da relação vassálica, sob o seu duplo aspecto de dependência e de protecção. (BLOCH, 1987, p. 171).

Após Moura erguer a sua Casa Forte e se tornar uma mulher respeitada pelas redondezas, era comum a procura de proteção por homens que viviam perigosamente pelas estradas do sertão, escravizados foragidos das fazendas canavieiras e presos foragidos da polícia. O caso da passagem a seguir é o de um grupo de cinco cabras foragidos de uma cadeia de onde estavam presos. Antonio Muxió é um dos homens que conta toda a sua história diretamente à Moura e a Duarte pedindo coito à protagonista em troca da prestação de trabalhos:

Então a gente pensou de vir se oferecer pra trabalhar com vocemecê. Somos cinco cabras dispostos, já fizemos nossas provas por aí, entramos nus, saímos vestidos, comemos e bebemos, estamos vivos. Verdade que já quase fomos presos mais de uma vez. Por isso mesmo pensamos que não adianta essa vida pra quem não tem garantia; quem nos dê arma e munição, quem nos dê coito na hora do aperto. E quem melhor para isso do que a Dona Moura, aqui na sua Casa Forte? (QUEIROZ, 1992, p. 327).

Não eram apenas os capangas que tinha obrigações com Moura. A protagonista também tinha obrigações e devia jurar cumpri-las da mesma forma com que o capanga se comprometia no momento do acordo. Um dos principais deveres de Moura, como dona de terras e de sua fazenda, era dar proteção aos seus cabras, pois a maioria que entrava para o seu bando tinha inimigos, fugiam da polícia ou estavam ameaçados. A seguir, podemos conferir que no meio nordestino a prática de dar coito era bastante comum pelos grandes fazendeiros:

É o capanga ou jagunço, na fazenda de um grande proprietário. Os próprios bandos autônomos se veem enredados nas malhas do latifundiário. Para fugir às perseguições da polícia, ocultam-se no melhor lugar onde podem fazê-lo com segurança — uma grande fazenda, abrigo em geral inviolável. E seu campo de ação torna-se vastíssimo sob a proteção do *coiteiro*. (FACÓ, 1976, p. 168).

Vários homens chegam à fazenda de Moura pedindo trabalho, asilo e proteção. A protagonista chega a construir um quartinho pequeno e discreto chamado por ela de “cubico”. Nesse quarto, ela esconde os homens que estão sob sua proteção enquanto os rivais dos homens ou policiais entram para procurá-los. Não obtendo êxito, os inimigos saem e a fama de Maria Moura se constrói a partir dos inúmeros casos em que ninguém conseguiu ser “pego” quando estava sob a proteção dela. É dessa forma que Moura se tornou uma *coiteira* de grande reputação pelas redondezas da Serra dos Padres.

Na relação de Moura com seus capangas identificamos resíduos medievais no que se refere às obrigações de Maria e de seus subordinados. A protagonista dá proteção e armas aos seus cabras que são obrigados a prestar serviços militares e serem leais a ela. A troca de deveres é medieval. Nessa relação, destacaremos as obrigações da suserania medieval que é assumida pela protagonista:

Em troca, o senhor deve a seu vassalo proteção e respeito; ele lhe demonstra sua solicitude (e, então, também a sua superioridade) por meio de presentes e assume geralmente a educação dos filhos do vassalo, que deixam a casa paterna durante a adolescência para viver junto ao senhor. Enfim, e sobretudo, o senhor provê o seu vassalo um feudo que lhe permite manter sua posição e preencher suas obrigações. Mais do que um bem ou uma coisa, o feudo deve ser considerado a concessão de um poder senhorial, que pode dizer respeito a uma terra e seus habitantes, mas pode também limitar-se a um direito particular, por exemplo, o de exercer a justiça, de recolher uma taxa ou cobrar um pedágio. (BASCHET, 2006, p. 122- 123).

Como uma suserana, Maria dava proteção aos desamparados que chegavam à sua fazenda pedindo proteção. Na maioria das vezes, ela pedia dinheiro em troca, como aconteceu com Cirino, filho de Seu Tibúrcio. Em outros casos, o cabra primeiramente passava por um tempo em observação para, posteriormente, virar um vassalo de Moura. No fim do período de observação, o homem tinha que jurar fidelidade à protagonista. É o que acontece na passagem a seguir retirada do *Memorial*:

— Vi falar até num caso que a polícia chegou aqui e intimou Dona Moura a entregar o preso fugido deles; a senhora mandou que os soldados entrassem e caçassem o homem onde quisessem, e eles não descobriram ninguém. É verdade?

Eu tornei a concordar que era. (Já estava aparecendo resultado do cubico com pouco eu ia ganhar era fama de feiticeira...)

— Pois é por isso que eu vim lhe pedir, Dona Moura, que vocemecê tome conta do Cirino. Não lhe peço nada fora disso e estou pronto a lhe pagar o que a senhora quiser. (QUEIROZ, 1992, p. 338).

Maria Moura se tornou uma mulher de palavra. Ela cumpria exatamente o que tinha sido acordado quando alguém lhe pedia proteção. Isso era de suma importância para a construção de sua honra. Os posicionamentos fortes reverberados nas palavras com os seus cabras contribuíram para que sua fama fosse crescendo pelas redondezas da fazenda.

É necessário destacar que, na maioria das vezes, Moura saía bastante favorecida dos pactos formados, pois recebia bastante dinheiro. Nessa situação, Cirino não era mais um dos dependentes de Maria, mas sim um lucro que a protagonista estava obtendo. Na época colonial, percebemos que os escravizados também oscilavam de funções gerando benefícios para os fazendeiros, pois eles passavam a ser de dependentes a protegidos do seu senhor:

O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituísse pelo combustível. Com frequência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação. (HOLANDA, 1995, p. 55).

De acordo com a citação anterior, podemos perceber que a situação de Cirino era semelhante na questão de ser protegido, mas não de dependente. Apesar de o personagem não ser obrigado a prestar serviços braçais, ele devia jurar obediência à Maria Moura para receber a sua proteção. Além disso, ele não estaria na condição de dependente, pois a sua família tinha dinheiro. Dessa forma, a situação de Cirino se diferenciava também das condições dos outros homens que pediam asilo e trabalho dependendo financeiramente de Moura.

Devemos ressaltar que na passagem anterior há um sedimento medieval de característica mental. O pagamento que Seu Tibúrcio oferece à Moura para dar coito ao seu filho Cirino já era praticado desde a Idade Média. Devemos lembrar que Cirino se torna um vassalo de Maria por aceitar submissão em troca de proteção. Foi por meio dos colonizadores que esse resíduo, guardado na mentalidade dos europeus, chega às terras nordestinas e se torna um costume na região. A seguir, constatamos que nos laços de vassalagem estabelecidos durante a Idade Média a ajuda militar era uma obrigação:

Tratava-se, de ambas as partes, do reconhecimento do facto consumado, ao qual acrescia, aos olhos de Carlos e dos seus conselheiros, a vantagem de uma relação, pelos laços do preito de vassalagem e, conseqüentemente, a obrigação do auxílio militar, com um principado já, na realidade, completamente formado e que dali em diante teria as melhores razões do mundo para defender a costa das investidas de novos piratas. (BLOCH, 1987, p. 47).

Cirino foi um personagem bastante complicado, pois ele passou de vítima para um inimigo de Moura. Isso aconteceu devido à traição feita por ele. Cirino capturou o personagem “Peba Preto”, homem protegido da protagonista que estava jurado de morte, em troca de dinheiro. O traidor da protagonista achava que conseguiria dinheiro se entregasse “Peba Preto” àqueles que estavam à sua procura. Essa atitude de Cirino resultou na sua prisão dentro do cubico como uma forma de puni-lo. A seguir, temos a narração de Moura sobre esse caso:

Enquanto eu passava aqueles dias e noites de pesadelo, a vida na Casa Forte continuava sem grande alteração. É verdade que, além de Cirino no cubico, estavam também presos os dois no quartinho; mas isso era coisa que acontecia de vez em quando, tanto que já existia aquele quarto com a portinhola de cela, arrumado especialmente para castigar os errados. Numa casa como a minha, era forçoso, acima de tudo, manter a disciplina. Eu dou prêmio aos meus homens, aumento a porcentagem deles e até, às vezes, quando o apurado é pouco, abro mão do meu. Mas quando eles erram — e até agora nunca tinha havido um caso tão grave quanto o do Muxió e o Novato: eles se meteram num crime de morte, sem falar em se juntarem numa revolta contra mim, era sério demais. Mas confesso que, naquelas alturas, tinha me esquecido deles. Foi Rubina que veio me lembrar os dois: eu dei licença para melhorar a comida, botar um pedaço de peixe ou carne no feijão com farinha. A ideia de Duarte sobre eles era dar-lhes uma boa pisa. Zé Soldado é que é o carrasco dessas surras; quando era praça aprendeu a meter o chanfalho nos ‘elementos’, batendo só com a folha do sabre, no lombo e nos quartos do cabra. Não tira sangue, mas dói tanto que até nego dos mais duros acaba gritando. (QUEIROZ, 1992, p. 444-445).

O senhor feudal vivia em constante ameaça em todos os sentidos. Havia possibilidade de perder as suas terras com as sucessivas invasões, perder seus cavaleiros no momento dos combates com os inimigos e perder seus prisioneiros adquiridos no momento do combate. De forma semelhante acontecia com Maria. A protagonista tinha um estilo de vida perigoso que formava amigos e inimigos. Quando aceita dar coito a Cirino, ela assume também o perigo de enfrentar os inimigos do rapaz. A seguir, podemos perceber que o clima de ameaça, conflitos e insegurança se deve ao estilo de vida perigoso no grande sertão, espaço da narrativa:

Mas mesmo com esta adaptação forçada, não se conseguiu fazer predominar a ordem; a insegurança foi sempre a regra, não só nestes sertões despolicados que constituem a maior parte da colônia, mas nos próprios grandes e maiores centros, à sombra das principais autoridades. Se o banditismo e o crime permanente não assolaram a colônia excessivamente, isto se deveu muito mais à índole da população, e não às providências de uma administração inexistente na maior parte do território da colônia. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 354-355).

O costume de esconder aliados e prender inimigos também era medieval. Nesse período histórico, a finalidade não era de matar as pessoas que estavam presas, mas de conseguir

dinheiro com a sua prisão. Moura em até certo ponto segue esse costume, pois enquanto Cirino está dentro do cubico, ele não é morto. No entanto, quando Maria o liberta, a protagonista sente a necessidade de matá-lo, pois se não o matasse a sua reputação de “mulher temida” estaria abalada pelos arredores da região. Vejamos, a seguir, como funcionava a captura do inimigo na época medieval:

Mas, acima de tudo, a guerra feudal não objetivava a morte do adversário, apenas sua captura. Como uma das obrigações vassálicas era pagar o resgate do senhor aprisionado, e como na pirâmide hierárquica feudal quase todo nobre, além de ser vassalo de outros, tinha seus próprios vassalos, captura um inimigo na guerra era obter um rendimento proporcional à importância do prisioneiro. (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 34).

O coronelismo e o matriarcalismo são dois aspectos culturais do Nordeste presentes no *Memorial de Maria Moura*. Neles, encontramos sedimentos medievais no que se refere aos pensamentos, ao vocabulário, às atitudes e costumes da personagem principal Maria Moura. Nos aspectos culturais mencionados, identificamos e analisamos resíduos de suserania e vassalagem na qual Moura é uma autêntica suserana, impondo ordens, e seus cabras são os vassalos que prestam diversos tipos de serviços: militares, braçais, manuais, entre outros

Agindo como um coronel, Moura possui seus capangas que prestam serviços militares e são leais a ela. Dentro da sua propriedade chamada Casa Forte, concluímos que Moura é uma matriarca que dita as normas de como tudo deve funcionar que adapta resíduos do patriarcalismo medieval à sua realidade feminina. Assim, concluímos que a forma de pensar e de se comportar de Moura com seus capangas possuem raízes de um imaginário bastante remoto, de cunho medieval, que foi guardado na mentalidade dos colonizadores europeus, inserido pelo processo de colonização e adaptado à realidade cultural do Nordeste brasileiro.

3.2 Resíduos cavaleirescos: a tropa militar de jagunços híbridos de Maria Moura

Moura não queria que alguém, principalmente de Limoeiro, descobrisse onde ela estava ou o que ela estava fazendo após o incêndio no sítio. Após passar alguns dias vagando pelas estradas, a protagonista, junto com seus cabras, avista o Rancho da personagem Jove e passa uma temporada nesse local antes de construir a sua Casa Forte. Nesse intervalo de tempo, a personagem ficava preocupada em ser vista por algumas pessoas que pudessem passar pelas estradas. Moura tinha receio de que essas pessoas estranhassem as novas casas construídas no espaço do Rancho. Para evitar que sejam reconhecidos, um dos seus jagunços fez a seguinte proposta:

Alípio se adiantou:

— Olha, Mestre João, eu tive uma ideia: eu, que sou o mais escurinho, posso muito bem passar por neto deste avô e desta avó aqui. Conto que cheguei de longe, vim ajudar a família. Meu avô de verdade era caboclo, mas minha avó era negra mesmo. Meu avô trabalhou bem uns dez anos juntando o dinheiro que o Sinhô velho exigia pra alforriar a mulher. Isso foi na vila, na Vargem da Cruz. Vó ajudava vendendo cocada no tabuleiro. Cocada puxa. Sinhazinha deve se lembrar — depois dela forra, foi que o velho Eliseu se mudou pro Limoeiro. (QUEIROZ, 1992, p. 119-120).

Podemos perceber que para explicar a sua cor, o personagem faz menção às etnias “cabocla” e negra. Destacamos a etnia “cabocla”, que é híbrida, para analisar o quanto a formação do jagunço, de origem nordestina, é miscigenada. Com base nisso, temos a seguinte concepção sobre o processo de hibridação cultural: “A *hibridação cultural* possibilita ver que as culturas não são formações sociais isoladas: elas se encontram, se fecundam, se multiplicam, proliferam; apresenta sempre a ideia de algo resultante do cruzamento de culturas diferentes.” (PONTES, 2020, p. 35).

Para realizar a nossa análise, destacamos a etnia “caboclo” mencionada na obra literária por Alípio. Em nossos estudos, constatamos que a pessoa dessa etnia é de origem mestiça, ou seja, é um ser híbrido oriundo da formação entre brancos e indígenas. Sobre os povos híbridos, podemos fazer a seguinte afirmação:

Os povos híbridos são cruciais em todos os processos. Dentre eles, temos grupo híbridos como os anglo-irlandeses, os anglo-indianos e afro-americanos. [...]. Não devemos nos esquecer dos indivíduos híbridos, quer os que já nasceram nesta situação por suas mães e pais serem originários de culturas diferentes, quer os que se viram nela mais tarde, de bom grado ou não, por terem sido, por exemplo, convertidos ou capturados. (BURKE, 2006, p. 36).

É importante destacar que a etnia denominada “cabocla”, mencionada por Alípio, também pode ser chamada de “mameluco”. Essas variações de denominações ilustram a enorme quantidade de miscigenações e etnias originadas a partir da presença e mistura dos povos indígenas, africanos e europeus no Nordeste brasileiro. A seguir, temos mais explicações sobre as variedades étnicas:

Ao lado do mameluco e do mulato, e igualmente dos tipos étnicos fundamentais - o indígena, o branco e o negro -, vamos encontrar vários graus de mestiçagem dependendo quase sempre da maior ou menor preponderância de um dos grupos principais, por vezes diversificando de acordo com as peculiaridades regionais. O quadro da mestiçagem brasileira apresenta, de fato, um aspecto que merece não ser esquecido: a de certa influência, no tipo étnico, de elementos de atividade social, isto é, a caracterização do elemento humano em função da ocupação ou da profissão, principalmente no que se relaciona àqueles encargos de desbravamento e ocupação da terra. Não falta a essa caracterização antropológica influência do ambiente tanto físico como social. (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 114).

De acordo com a citação anterior, podemos perceber o quanto os graus de mestiçagens podem variar em um determinado espaço regional. Se nos voltarmos às regiões do Brasil, percebemos que existe a predominância de diferentes etnias em cada uma delas. Podemos ilustrar tal afirmação com o exemplo da região do Sul do Brasil na qual a etnia de origem europeia tem maior expressão.

Além do jagunço Alípio, temos também como exemplo de mestiçagem o jagunço Duarte que tinha como mãe a personagem Rubina. Infelizmente, muitos dos homens que entravam para o mundo da jagunçagem eram homens escravizados foragidos da exploração das grandes fazendas canavieiras. Duarte teve a oportunidade de ter uma vida diferente, pois o seu pai “Tio Xandó” alforriou sua mãe Rubina para que seu filho não nascesse escravizado. Duarte se envolve em um romance com Maria Moura, mas a protagonista não assume esse relacionamento publicamente. Ele também presta serviços militares e é um dos homens que Moura mais lhe tem confiança. A seguir, podemos conhecer um pouco mais sobre a história desse jagunço:

Era o Duarte, filho do Tio Xandó, o pai dos rapazes das Marias Pretas; e filho, não da Tia Lica, mas de uma mucama da casa, a Rubina; a quem o velho Xandó alforriou, quando ainda prenha, “pro moleque nascer forro”. Batizou-se ao menino por Duarte e cresceu entre as outras crias da fazenda. Mas, com a morte da Tia Lica, a Rubina tomou conta da casa, acabou de criar a Marialva; já tinha sido mãe de leite do Irineu, quando amamentava o Duarte. Logo depois o Tonho se casou com aquela Firma. As duas, Firma e Rubina, então se enfrentaram e sustentaram guerra aberta até se separarem de vez.

Duarte me chegou em casa meio ressabiado. Eu nem me lembrava dele, não visitava as Marias Pretas desde a morte de Pai, e ele não ia nunca no Limoeiro. Era muito melhor apessoado que os irmãos. Moreno fechado — ‘morenãõ’ —, cabelo crespo, mas bom, feição bem recortada, puxada da Rubina que tinha fama de bonita, quando nova. Mãe dizia: “Com Lica tão amarela e esmorecida, não é de admirar que Xandó pegasse a mucama...”. (QUEIROZ, 1992, p. 296).

Ao ler a passagem anterior, constatamos que Duarte é um ser mestiço oriundo da relação da personagem Rubina com o senhor “Sinhô Velho”. Com base nos nossos estudos sobre a formação do povo nordestino, deduzimos que esse personagem é de origem branca-europeia, uma vez que ele assume a posição social e econômica de ser um senhor dono de escravizados. Formações de seres híbridos, como a de Duarte, acontecem desde o período histórico da colonização do Brasil. Os seres mestiços se misturam com outros seres híbridos e formam, assim, uma sociedade altamente miscigenada. Sobre esse processo, temos a explanação a seguir:

O que o último exemplo sugere - assim como muitos outros exemplos - é que devemos ver as formas híbridas como resultado de encontros múltiplos e não como resultado de um único encontro, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à

mistura quer reforcem em os antigos elementos, como no caso da visita de Gilberto Gil a Lagos para dar a sua música um sabor mais africano. (BURKE, 2006, p. 31).

Ao observar o bando dos homens de Moura, percebemos que os jagunços são de origem mestiça, resultado da união das três etnias que formam o povo do Nordeste brasileiro. Esses personagens procuram a vida da jagunçagem como uma oportunidade de vida melhor, pois sob a guarda de Moura eles possuem abrigo, casa e alimento para sobreviver. Diferente de uma vida de jornadas de trabalho exaustivas, castigos físicos e locais insalubres para sobreviver. A seguir, temos uma explicação sobre a formação do jagunço:

Muito do que Euclides exaltou como valor da raça indígena, ou da sub-raça formada pela união do branco com o índio, são virtudes provindas antes da mistura das três raças que vai do índio com o branco; ou tanto do negro quanto do índio ou do português. "A mestiçagem", diz Roquette-Pinto, "deu o jagunço: o jagunço não é mameluco, filho de índio e branco. Euclides estudou-o na Bahia; Bahia e Minas são os dois estados da União em que mais se espalhou o africano". (FREYRE, 2003, p. 107-108).

Nas grandes fazendas canavieiras do Nordeste brasileiro os senhores donos de terras se relacionavam com as mulheres escravizadas. Na maioria das vezes, infelizmente, essa relação não era consentida por parte das mulheres. No entanto, mesmo assim, eram obrigadas a ter relações com os seus senhores. Os filhos que nasciam, fruto dessa relação, não eram assumidos como filhos pelos senhores brancos. Na narrativa em análise, essa situação acontece com Rubina que teve um filho fruto das relações com o seu senhor:

E fiquei olhando para o meu irmão. Era o mais bonito dos três — moreno fechado, cabelo crespo, puxou o corpo comprido de Rubina; não era atarracado como o Tonho e o Irineu, que puxaram o corpo de Pai. Ele sorriu de novo para mim, me tocou de leve no braço:
 — Eu nunca vou deixar que esses três lhe maltratem.
 — E por que é que você me chama de Sinhazinha, como os escravos?
 — Costume. E é bom que seja assim. Sinhô Velho me fez nascer forro, é verdade, mas nunca me reconheceu como filho. Teve medo de Sinhá, sua mãe. (QUEIROZ, 1992, p. 136).

Assim como Duarte, os outros jagunços nordestinos do bando de Moura são de origem mestiça. Duarte é um personagem jagunço que ilustra a diversidade étnica do povo nordestino. Na nossa formação, existem resíduos de diversas origens imbricados de diversas formas. Com base nisso, damos ênfase aos substratos cujas origens são de cavaleiros medievais presentes nos jagunços da narrativa, como Duarte. A seguir, temos uma explicação quanto ao processo de miscigenação em todo o continente americano:

Apesar das tentativas de dar à cultura de elite um perfil moderno, encarcerando o indígena e o colonial em setores populares, uma mestiçagem interclassista gerou formações híbridas em todos os estratos sociais. Os impulsos secularizadores e renovadores da modernidade foram mais eficazes nos grupos "cultos", mas certas

elites preservam seu enraizamento nas tradições hispânico-católicas e, em zonas agrárias, também em tradições indígenas, como recursos para justificar privilégios da ordem antiga desafiados pela expansão da cultura massiva. (CANCLINI, 2008, p. 73-74).

Podemos perceber, de acordo com a citação anterior, que a miscigenação é um fenômeno que aconteceu não só durante o processo de colonização do povo brasileiro, mas nos outros países sul-americanos. Além do processo de miscigenação para formação de um povo híbrido, podemos perceber a presença do processo de hibridação cultural no sincretismo religioso quando elementos da religião católica se misturavam com as crenças dos povos indígenas e a dos povos dos outros países da América do Sul.

São jagunços, de origens mestiças como Duarte, que compõem o bando de Maria Moura. Quando os cabras largavam a vida de servir aos senhores donos de gados e de terras para se integrarem ao bando de Moura, eles passavam a realizar assaltos nas grandes fazendas que antes eles protegiam, ou seja, há uma inversão de situações e funções dos homens. O jagunço que antes era considerado um aliado do senhor, passava a ser seu inimigo. A seguir, temos uma passagem que ilustra como isso acontecia:

Este princípio de moral fora de há muito adotado na prática. O jagunço, que durante séculos servira de guarda à propriedade do latifundiário, agora atraído para os grupos de cangaceiros, embora estes dispersos e sem objetivos definidos, passava a constituir uma séria ameaça aos mesmos latifundiários. (FACÓ, 1976, p. 185).

Os personagens híbridos, no romance em análise, prestam serviços militares à Moura. Ao entrarem para o bando da protagonista, eles recebem armas e cavalos para assaltar e combater os inimigos. Com o intuito de serem bem-sucedidos nos combates, eles elaboram estratégias e obedecem à Moura no momento do combate. Leiamos uma passagem na qual os personagens montam estratégias de combate com Moura e mencionam os equipamentos de guerra:

Roque não achava certo as parselhas andarem a cavalo.
— Cavalo é pra viagem, não é pra essas escaramuças, Sinhá Dona Moura. Se a gente tem que fazer as estripulias por aqui, é de ser a pé, cortando a catinga na apragata. Quem anda a cavalo é como se saísse tocando corneta: “Olha eu aqui!” Cavaleiro não toma chegada, avança no tropel. Não pode se esconder, que o cavalo bufa, sapateia, tropica. E o rastro? Usando só a força da sua canela, você salta de pedra em pedra, pisa mais no mato que no caminho, consegue não deixar rastro nenhum. Olhe, Dona, veja bem: pra nossa qualidade de briga, cavalo não tem ação! (QUEIROZ, 1992, p. 179).

O cangaço de Moura, é, na verdade, um grupo de jagunços armados prontos para combater os inimigos da protagonista. Dessa forma, constatamos que na formação híbrida dos jagunços que entram para o grupo de cangaceiros existem resíduos do espírito combatente de

cavaleiros medievais. Sobre as conceituações de jagunço e cangaceiro, nos ancoramos na passagem a seguir:

É necessário fazer-se aqui distinção entre fenômenos que algumas vezes se confundem: o cangaceiro, o capanga (jagunço ou cabra) e o “fanático”. Nem sempre é fácil semelhante distinção e nem sempre tem sido feita. Em Os Sertões, por exemplo, Euclides da Cunha, não estabelece diferença entre jagunços e cangaceiros, e entre estes e o “fanático”. Talvez porque a campanha de Canudos englobasse-os a todos. O mesmo se pode dizer em relação a Juazeiro, ao tempo do Padre Cícero. “Os jagunços do Conselheiro”, “os jagunços do Padre Cícero” — é como são conhecidos popularmente todos aqueles que pegavam em armas para a defesa de Canudos e de Juazeiro. Não importava que fossem antigos cangaceiros, antigos capangas, ou cangaceiros e capangas atuantes ou ainda simplesmente místicos que jamais tivessem participado de um bando de cangaceiros ou fossem capangas de qualquer senhor. (FACÓ, 1976, p. 52).

Na passagem anterior, vimos que Roque é um dos cavaleiros que mostra empenho em planejar formas bem-sucedidas para realizar assaltos. Aqueles que seriam furtados, a partir daquele momento, se tornariam inimigos de Moura, uma vez que ela é a comandante. Os seus capangas, conseqüentemente, deviam combatê-los, pois era obrigação deles lutar contra os inimigos de sua chefe e vencê-los. Sobre os ofícios dos cavaleiros, assim se expressa Llull:

Se ofício de cavaleiro é reptar ou combater o traidor, e se ofício de cavaleiro traidor é esconder-se e combater o leal cavaleiro, que coisa é ofício de cavaleiro? E se coragem tão malvada como é a coragem do cavaleiro traidor cuida vencer coragem do cavaleiro leal, a alta coragem do cavaleiro que combate pela lealdade, que coisa cuida vencer e sobrar? E se o cavaleiro amigo de cavalaria e de lealdade é vencido, qual é o pecado feito e onde foi parar a honra de cavalaria? (LLULL, *on-line*, s.d.).

Diante da explanação anterior, podemos perceber que diversas são as obrigações de um cavaleiro militar com o seu senhor. A função primordial é a de combater os inimigos do seu suserano. Com isso, os cavaleiros devem considerar o inimigo do seu senhor como o seu. Quando houvesse traição, o homem que traiu o chefe era considerado por todos como traidor de cada um do bando também.

Para levantar a Casa Forte foi realizado diversos assaltos a viajantes e assaques a fazendas por Moura e seu bando. Como bons cavaleiros que eram, os homens de Moura sabiam manusear armas de fogo como o famoso bacamarte e, ainda, aproveitar outros materiais como prego, pedra, ferro como munições para a “primeira sortida”. (QUEIROZ, 1992, p. 127). A habilidade desses homens em manusear esses materiais e transformá-los em armas potentes pode ser vista na seguinte passagem:

E quando o sujeito quis saber onde é que estavam esses caçadores, o Zé deu um roteiro errado, meio vago, com a desculpa de que era novato por ali e não sabia ainda o nome dos lugares.
— Só sei que é pras bandas do nascente... (e o Socorro ficava bem ao poente deles).

Passamos um mês fazendo os preparativos da primeira sortida. Contamos as armas: dois bacamartes — o meu e o do Zé —, a garrucha e o outro bacamarte tomado do barbudo. Bacamarte era bom, porque pra ele serve qualquer munição — prego, pedaço de ferro, seixo miúdo, chumbo de tarrafa, o que vier. Para as outras armas, fia mais fino. Tem que ser chumbo redondo, que não é muito fácil de encontrar. Mas munição não é nada, o sério mesmo é a pólvora. E quanto mais longe de cidade grande se faz a compra, mais cara é, e mais contada e mais difícil de se haver. (QUEIROZ, 1992, p. 126-127).

Moura e seus cavaleiros demonstram habilidades em manusear armas, preparar-se para combates e lutar bravamente. Desde pequena a protagonista observava como o seu padrasto manuseava o “bacamarte”. Foi assim que ela aprendeu a usar armas e conseguir se tornar uma grande guerreira. Já os homens que ela chamou para o mundo da jagunçagem tinham experiências de combates anteriores, o que a favorecia no momento dos confrontos. É importante destacar que para utilizar esses equipamentos, ela tinha muito cuidado ao escolher os seus camaradas. Afinal, era de suma importância ter bons companheiros de armas no espaço nordestino:

Tudo isso porque não há polícia no Nordeste. Não há, nem poderá haver, nas actuaes condições de educação dos que a devem constituir.

Uma vez nos sertões os soldados se identificam com os seus parceiros de armas, os cangaceiros, seus antigos camaradas, seus amigos, seus parentes... (OLIVEIRA, 1920, p. 25).

Como foi constatado na citação anterior, não havia polícia e, assim, se tornava fácil conseguir armas e realizar assaltos nesse espaço. Maria Moura colocava nas mãos de seus homens as suas armas. Os chamados “bacamartes” eram as principais armas de fogo que ela conseguia com o seu bando de capangas durante a realização dos assaltos. Quando alguns homens chegavam para entrar no seu bando com as suas próprias armas, em sinal de lealdade e camaradagem, eles davam as suas armas para ela.

No período medieval, os cavaleiros também tinham suas armas para o momento do combate. Os equipamentos, de combate e proteção utilizados pelos jagunços, são considerados resíduos da cavalaria medieval. Na passagem a seguir, constatamos que o cavalo e as armas fazem parte dos equipamentos de ataque e de proteção de um cavaleiro da nobreza daquele tempo:

O equipamento do cavaleiro compõe-se de armas ofensivas, que são a lança e a espada, esta empunhada quando a lança se parte no choque e é preciso combater de perto, no "improviso", no corpo a corpo. Da mesma forma que as lanças, as espadas alongam-se e com o tempo tornam-se pesadas, para contrabalançar a evolução das armas defensivas. Nos séculos XI e XII, o cavaleiro protege seu corpo graças à lorica, cota de malha flexível de uns dez quilos, reforçada no século XIII, para ceder lugar, nos séculos XIV e XV, às armaduras rígidas mas articuladas, que transformam o cavaleiro em verdadeira fortaleza montada, quase invulnerável se ele estiver a cavalo, mas terrivelmente exposto e frágil quando, desmontado, ele fica no chão à mercê da

adaga dos infantes (chamada, aliás, "misericórdia"), capaz de penetrar nos interstícios da couraça e conduzir à morte ou, pelo menos, à sua ameaça para obter rendição. (FLORI, 2002, p. 188).

Além das características físicas, podemos perceber que os jagunços da narrativa são verdadeiros cavaleiros medievais por meio das atitudes, ações, gritos de ordem e dos comportamentos tanto de Moura quanto dos seus capangas. A seguir, temos um episódio bastante ilustrativo dos traços mencionados anteriormente. Em um momento de combate contra o seu inimigo Irineu, Maria Moura grita para os jagunços atirarem contra o cavaleiro inimigo:

Eu, do chão, gritei:

— Fogo nele!

Zé Soldado já estava com o bacamarte aperrado e atirou. Mas o tiro passou longe do cavaleiro, que fugia desesperado no meio escuro do princípio da noite. Eu me sentei no chão, levei ao queixo a mão, que voltou com os dedos cheios de sangue. Ninguém tinha lenço limpo, puxei a fralda da camisa, rasguei um pedaço e fiquei procurando estancar o sangue com o trapo. (QUEIROZ, 1992, p. 200).

Na passagem anterior, constatamos que o jagunço de Moura obedeceu prontamente ao seu comando no momento do combate com o inimigo. Essa atitude evidencia que ele era capaz de tirar a vida de outra pessoa para proteger a sua líder. Isso era de fundamental importância para que os cavaleiros permanecessem no seu bando. Eles deviam a ela lealdade e obediência assim como acontecia em diversos bandos de cangaceiros:

Daí a formidável arregimentação, a que se assiste em todo o Cariri, por ambas as facções, de grupos de cangaceiros e jagunços decididos a matar e morrer por seus chefes. Com esses homens em armas, o latifúndio procura conservar suas posições e privilégios tradicionais, com os mesmos homens, o capital comercial trata de impor-se, ganhar território, derrotar o adversário que lhe tolhe o passo. (FACÓ, 1976, p. 143).

Mesmo atirando contra Irineu, o inimigo de Maria Moura conseguiu escapar com vida. Na passagem anterior, na qual ela emite o grito de ordem, há a evidência de uma hierarquia entre Moura e seus cavaleiros. Ela manda e eles obedecem, mesmo que isso tenha que colocar em risco a vida de alguém. Esse quadro é residualmente medieval. A seguir, temos a explanação de como se dava a obediência a um chefe na Idade Média:

O chefe obedecido é aquele que se vê, que se ouve, que se toca, com quem se come e se dorme. A invasão dos pagãos persiste, ameaçadora; o medo que ela inspira sobrevive ao progressivo afastamento do perigo: o chefe obedecido é, portanto, aquele cujo escudo está ali, bem perto, que protege e vela por um refúgio em que o conjunto do povo pode buscar abrigo, encerrar-se ali enquanto dura a tormenta: o feudalismo é, por consequência, em primeiro lugar, o castelo. (DUBY, 1988, p. 5).

Nos momentos de combates Moura mostrava a sua superioridade perante seus homens. Dessa forma, a honra de Maria Moura crescia dentro do seu cangaço devido às suas palavras persuasivas e seu forte temperamento. É com base nessa disposição hierárquica que o

bando crescia cada vez mais com Moura no topo e seus cabras logo abaixo seguindo suas ordens. Essa disposição hierárquica é medieval, uma vez que na cavalaria da Idade Média os cavaleiros eram submissos ao senhor feudal. Destacamos a passagem a seguir na qual o bando de cangaceiros realiza um assalto a um grupo de tropeiros que viajavam pelas estradas transportando farinha em suas bagagens:

O Alípio também concordou:
 — É farinha, sim, eu até sinto o cheiro.
 Eu me adiantei um pouco, dei o bom-dia aos viajantes.
 O velho, de cima da cangalha, tirou o chapéu, respondeu. Os outros não se mexeram, nem podiam, segurando o cabresto dos burros que se mostravam inquietos. (QUEIROZ, 1992, p. 257-258).

Os companheiros de assaltos obedeciam a cada ordem imposta por Moura no momento dos assaltos para construir a riqueza de Maria Moura. Percebemos isso quando ela manda João Rufo falar com o grupo que viajava. Como podemos verificar até o presente momento, de diversos tipos eram os comandos de Moura. Isso acontecia no momento de uma simples ordem de fala e nas ocasiões mais perigosas. Eles obedeciam prontamente, pois precisavam permanecer no grupo para receber proteção e alimentos para a sobrevivência. Vejamos, a seguir, quais eram os tipos de bandos de cangaceiros que se formavam com o período da seca:

Contra a fome e a miséria que aumentam com a seca, manifestam-se dois tipos de reação da parte dos pobres do campo:
 a) a formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas;
 b) a formação de seitas de místicos — fanáticos — em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as causas de sua desgraça. (FACÓ, 1976, p. 29).

Os cabras só podiam avançar contra os seus inimigos quando Moura desse o sinal em forma de ordem. Esse é o traço que coloca em evidência a sua superioridade. A cavalaria militarizada do período medieval é configurada internamente com homens que devem obediência aos seus superiores principalmente em momentos de combates. Isso faz parte da hierarquia militar. Há também cerimônias nas quais os cavaleiros prestam homenagens de servidão aos seus superiores. Vejamos, a seguir, como se configurava a hierarquia dentro da cavalaria militarizada medieval:

Consciência, primeiro, da superioridade em estado caracterizado pela especialização militar e que pressupõe o respeito por certas obrigações morais, a prática de certas virtudes; ideia associada de que as relações sociais se organizam em função do companheirismo de combate; noções de homenagem, de dependência social, doravante em primeiro plano, que substituem todas as formas anteriores de ligação política. (DUBY, 1989, p. 69).

Moura trata os seus cabras como uma autêntica tropa de cavalaria. Podemos observar isso nos modos com que ela passa as estratégias e condutas para os seus homens. A protagonista chega com os seus cavaleiros pela primeira vez no Rancho de Jove como uma verdadeira líder de uma cavalaria. Ela manda seus homens ficarem alinhados, em posição de intimidação, como acontecia em momentos de cerimônias no período medieval:

Nós estancamos os cavalos em frente do rancho e dos dois serrotes. Mandei que os homens se alinhassem como tropa de cavalaria, todos de frente, com as armas à vista, para logo ir assustando quem estivesse dentro da casa. Salvamos com o “Ô de casa!” Ninguém respondeu. João Rufo já ia apeando, quando, na porta do rancho, apareceu primeiro um menino nu. Atrás dele veio uma mulher que talvez fosse branca, debaixo do mau trato e da sujeira. Vestia uma espécie de camisola solta, imunda, parecida com camisa de índia aldeada. Mas a criatura não tinha cara de índia. (QUEIROZ, 1992, p. 231).

Moura nunca andava sozinha, sempre estava acompanhada de seus jagunços de modo a conservar a imagem de sua poderosa liderança de mulher guerreira. Com o intuito de passar aos outros a imagem heroica da sua tropa de jagunços, era essencial manter um ar de intimidação, pois isso passava a impressão do quanto eles poderiam ser perigosos para os seus rivais inimigos. É por esse motivo que Moura ordena que todos fiquem com suas armas à mostra. A obediência disciplinada dos jagunços à sua líder é uma tônica frequente na narrativa:

Andava geralmente em grupos mais ou menos numerosos em que reinava disciplina férrea sob as ordens do mais audaz e inteligente. Bandos rebeldes, inimigos da lei, eles se aproximavam naturalmente dos humildes e dos oprimidos, que protegem e defendem. Tudo isto cercou o garimpeiro de uma auréola de simpatia, de respeito, até de glória; e suas façanhas, transmitidas de geração em geração, chegaram até nós. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 192-193).

Além das vestes, dos equipamentos, das palavras e das atitudes a postura militar é mais um resíduo medieval. A cavalaria medieval era uma instituição de honra. Quando havia o encontro de dois senhores, a tropa de cavalaria fazia uma espécie cerimonial para demonstrar respeito aos seus superiores. A tropa fazia apresentações a fim de expressar simbolicamente força, valentia e intimidação. Nesse momento, era essencial que cada homem tivesse o seu cavalo. Vejamos, a seguir, a importância desse animal para a cavalaria no período da Idade Média:

Essa equivalência exprime muito claramente que o único guerreiro digno desse nome era, aos olhos dos homens desse tempo, o que utilizavam cavalo. Por conseguinte, o sucesso da palavra miles deve relacionar-se com a evolução das instituições propriamente militares, cujo estudo foi objeto do nosso encontro. Esse sucesso traduz, na realidade, a tomada de consciência de três fatos complementares: um fato técnico, a superioridade do homem a cavalo no combate; um fato social, a ligação entre o gênero de vida reputadamente nobre e o uso do cavalo, ligação ainda muito mal estudada, mas certamente muito profunda e muito antiga (conviria levar a pesquisa

até os túmulos de cavalos vizinhos dos chefes na pré-história germânica e, na Antiguidade clássica, até o significado social da equitação); enfim, um fato institucional, a limitação do serviço das armas a uma elite restrita. (DUBY, 1989, p. 39).

Após o incêndio no Limoeiro, Moura passou a ter um estilo de vida bastante diferente e difícil daquela fartura que havia no sítio. No campo de guerra, a protagonista tinha que ter planos para tudo, táticas que vão do combate à sobrevivência básica do dia a dia. Na passagem a seguir, temos um dos diversos momentos que Moura anda com os seus homens pelas árduas estradas do sertão:

A gente andando por território desconhecido ou inimigo, tinha de comer cavalgando, sem parar nem pra fazer fogo e só procurando água de beber de longe em longe. Eu já tinha muita experiência desse tipo de correria; afinal, não fazia tanto tempo assim que eu ainda andava nelas. Levava-se a mais o milho para os cavalos. Era o que fazia maior volume, mas a gente não podia confiar nos recursos do caminho, nem perder tempo esperando que os animais pastassem, se por acaso se encontrasse pasto. (QUEIROZ, 1992, p. 430).

Na passagem anterior, podemos identificar uma vida baseada em planos para sobrevivência em todos os aspectos. Cada passo tinha que ser bem pensado e bem calculado. Na vida perigosa das estradas do sertão, não se podia falhar em nenhum aspecto, pois cada decisão colocava em risco a vida não só de Moura, mas de todos do bando. Essa forma de sobrevivência perigosa é bastante preocupante principalmente para os jagunços que vivem em bando e colocam suas vidas em risco lutando entre si:

Os bandos cangaceiros que saem dentre aqueles semi-servos vivem dispersos, lutam por objetivos isolados e, não raro, enfrentam-se uns aos outros, destroem-se mutuamente. Tornam-se presas de seus próprios inimigos de classe, os grandes proprietários rurais, donos de fazendas de gado ou de lavras de minério. (FACÓ, 1976, p. 38).

A protagonista elaborava os planos de assaltos que vão desde a saída do local de abrigo até a volta com os mantimentos bem protegidos. Ela aceitava alguma opinião quando via que tinha sentido e vinha de algum dos companheiros de longa data. A seguir, temos a explicação de como se dava o companheirismo no período medieval:

Quando agrupamentos de heróis inimigos encontravam-se, em campo de batalha, não faltavam, entre os amigos, camaradagem, de modo que um acabava sempre tomando as dores pelo outro. Esse companheirismo repousava, sobretudo, no sentimento que todos possuíam de pertencer à mesma pátria; ou seja, no ufanismo; porém, poderia advir também dos laços de parentesco, da hospitalidade ou da comensalidade. (TORRES, 2010, p. 181).

Os cavaleiros de Moura, se sentiam “valorizados” e pertencentes ao grupo da líder, quando suas opiniões eram levadas em consideração, o que fortalecia o laço de camaradagem

naquela vida. De acordo com a passagem anterior, esse sentimento de valorização era de suma importância para o fortalecimento dos laços de amizade. Diante disso, podemos perceber que esse laço de camaradagem vem desde a Idade Média.

A vida da jagunçagem não era fácil. Os homens estão a todo momento prestes a morrer e prontos para tirar a vida de seus inimigos. Devem seguir os comandos e ordens fielmente do seu líder, mesmo que envolva a sua própria vida. As oportunidades de mostrarem lealdade para permanecer no bando são os momentos mais perigosos e tensos. João Rufo é um velho senhor subordinado à Moura que serve como exemplo de lealdade nos momentos mais perigosos e difíceis da vida da protagonista:

Aí me virei para João Rufo, já tendo lido na cara dos estranhos a surpresa de verem uma moça comandando um grupo de cavaleiro armado:
— Você fala com eles.
O João se chegou, maneiro, perguntou donde eles vinham e pra onde se botavam. Enquanto isso, o Roque rosnava para os meninos, que cada um escolhesse o seu tropeiro, e avançasse, quando a Dona desse o sinal. Eu nem tinha pensado nisso, mas assumi a ordem, baixei a cabeça, confirmando. (QUEIROZ, 1992, p. 258).

A lealdade do jagunço João Rufo é bastante semelhante à de um servo medieval. O personagem era o mais antigo ao lado de Moura, pois ele já havia prestado serviços à mãe dela, ou seja, a protagonista herdou da mãe um servo fiel. O laço de confiança era mais forte pelo fato de ele estar ligado às gerações de família. Esse quadro se caracteriza como uma servidão hereditária que também acontecia no período medieval. O respeito dele com Moura pode ser identificado na sua cega obediência. Vejamos a seguir as semelhanças entre a servidão do jagunço João Rufo com a servidão na Idade Média:

Visto que o sistema medieval é marcado pela servidão hereditária, tanto para quem serve como para quem é servido, o respeito que os jagunços tinham por ela se devia ao fato de seus pais terem servido aos pais da Moura e os mesmos serem também participantes deste ciclo, como podemos constatar também na citação acima o título de “Dona” atribuído à Maria Moura mesmo em desvantagem devido ao ocorrido com suas terras no Limoeiro. (ALMEIDA, 2010, p. 5).

É importante destacar que a lealdade de João Rufo com Maria Moura tira-o da zona de conforto ao estar acostumado com a função de ser um caseiro do sítio, no Limoeiro, para ser um cangaceiro seguindo sempre os passos e as coordenadas de Moura durante os assaltos. João Rufo transforma-se em um dos cavaleiros medievais mais importantes do bando de Moura, devido à ligação com a sua família. Essa forma de submissão demonstra tamanha vassalidade de João Rufo com a família da protagonista.

Em nossos estudos, verificamos a existência da hereditariedade dentro da cavalaria medieval de pai para filho, isto é, um pouco diferente do que aconteceu com João Rufo, pois

ele servia às gerações da família de Moura. Os filhos dos cavaleiros, quando se tornassem adultos, assumiriam a função de cavaleiros que antes eram dos seus pais:

São adultos, cavaleiros que ainda não casaram. Entre eles, a dirigi-los, estão os filhos dos sires, dos domini, que eles próprios serão mais tarde, quando o pai lhes ceder o seu lugar. Mas, de momento, são apenas cavaleiros que se esforçam por o ser mais plenamente. Foi para estes jovens, que povoavam as cortes dos príncipes, que presumivelmente foram compostas as obras-primas da literatura de diversão em língua vulgar, a literatura épica e a literatura amorosa, e todos os heróis destas obras exaltam a cavalaria. (DUBY, 1989, p. 111).

Na passagem a seguir, temos um confronto de realidades no momento de um assalto: o jagunço Maninho servindo à Dona Maria Moura, e um escravizado que presta serviços ao seu Sinhô. Ambos estão submissos às ordens dos seus superiores. Quando Moura decide assaltar o grupo que estava com o Sinhô, acontece um pequeno confronto entre os dois submissos. No entanto, o jagunço da protagonista se mostra mais atento e tira a arma da mão do escravizado:

O moleque deixava escorrer o resto da água no chão, apavorado. O negro grande se endireitou também e, empunhando o tição aceso, foi se postar ao lado do Sinhô. O Roque girou o cano da arma na direção dele:

— Solta isso aí, meu irmão. Bota as mãos na cabeça.

O negro ainda olhou para o lado, para o próprio bacamarte dele, que estava pendurado num galho seco de árvore, ali junto, enquanto ele lidava com o fogo.

Eu fiz um gesto pra Maninho, que ainda não tinha arma de fogo, e mandei:

— Pegue aquele bacamarte. E a sacola da munição que está junto. Agora você já tem arma.

O negro ainda estirou a mão, mas Zé Soldado lhe cutucou o espinhaço com o cano do bacamarte dele.

— Quietos. (QUEIROZ, 1992, p. 262).

O mundo da jagunçagem é extremamente perigoso. Atira-se e mata-se com rapidez e facilidade. É um estilo de vida em que o homem sempre convive com a escolha entre a vida dele ou a do seu inimigo. Muitos escravizados, mesmo tendo noção desse estilo de vida perigoso, decidem largar a vida de castigos físicos para entrar no mundo da jagunçagem. Na realidade, o escravizado está apenas trocando de “Sinhô”, uma vez que para entrar no mundo da jagunçagem ele terá que ser leal ao seu novo “chefe”. A seguir, temos uma explicação histórica que evidencia o processo de encastelamento devido aos assaques provocados por jagunços a fazendas de latifundiários:

Entretanto, como a origem da mestiçagem lusitana dera-se no quadro histórico da Reconquista, no qual prevalecera evidentemente a lei do mais forte, geradora de tensões psicológicas e sociais, estas não deixaram de estar presentes na Conquista americana. Assim a mestiçagem colonial não impediu o preconceito e o fosso entre a elite branca e a massa não-branca. O resultado é que a violência social e a fraqueza institucional, que na Europa em torno do ano 1000 tinham gerado o fenômeno conhecido por encastelamento, no Brasil levaram os proprietários fundiários a tomarem a proteção de seus bens nas próprias mãos. No campo os latifundiários

coloniais e atuais contratam jagunços armados para impedir a invasão dos despossuídos. (FRANCO JÚNIOR, 2008, p. 88-89).

Alguns escravizados optavam por seguir no mundo da jagunçagem pelo prestígio de ser “um homem de Maria Moura”, uma vez que quando a protagonista estava com a Casa Forte levantada, ela já tinha a sua fama consolidada. Além de ter a dificuldade de escapar das grandes fazendas, eles tinham dificuldades para se integrar ao bando de Moura, pois deviam demonstrar lealdade a ela para permanecer. Com isso, podemos perceber a semelhança entre o prestígio de se ter o título de “homem de Maria Moura” com a de pertencer à classe da nobreza da cavalaria medieval:

A esse aspecto militar liga-se um segundo sentido, mais frequente, de termos franceses e latinos. "Fazer cavalaria" (*militiam facere*) significa tanto cavaleirescas.' Mas o atacar quanto realizar grandes feitos de armas, proezas sentido militar não é o único em questão. Agrega-se a ele, desde a origem, uma conotação social cada vez mais aristocrática. Na cavalaria não entra quem quer! Reis e príncipes distinguem com sua autoridade essa confraria profissional, a que exigem controlar o acesso, filtrar a admissão. Sem dúvida não se pode, como se fazia muito anteriormente, confundir a origem da nobreza e da cavalaria. Contudo, é forçoso reconhecer, logo a nobreza controla e comanda a cavalaria, empresta-lhe sua ideologia a ponto de, a partir do fim do século XII, a cavalaria aparecer como expressão militar da nobreza, que a considera território particular e alicia seus membros. Desde então, um cavaleiro não é somente (e, posteriormente, nem tanto!) um guerreiro a cavalo, mas um membro reconhecido da aristocracia. Cavaleiro torna-se título nobiliário. (FLORI, 2002, p. 185).

Com base em nossas análises, constatamos que os jagunços nordestinos são personagens cuja origem é híbrida, isto é, resultante da miscigenação sucessiva entre os povos africanos, indígenas e europeus. Nessa mistura étnica examinamos a presença de resíduos da cavalaria militar da Idade Média nos armamentos, na organização militar, nos planos de ataques e nas características físicas dos jagunços. Realizamos a constatação desses sedimentos por meio da presença na narrativa dos senhores donos de escravizados, cuja origem é europeia, com a mistura das outras duas etnias já mencionadas.

3.3 A fazenda Casa Forte: um castelo⁶ com resíduos medievais

Nesta seção, analisamos a presença de resíduos das estruturas físicas de castelos medievais na estrutura física da Casa Forte, de Maria Moura. É importante destacar que examinamos como aconteceu o processo de inserção desses resíduos no espaço nordestino da narrativa. Adotamos a concepção de cristalização explicada pelo sistematizador da Teoria da Residualidade a seguir: “A lexia *cristalização*, portanto, pelo viés estético esposado por Ernst

⁶ Ressaltamos a existência de castelos já na Idade Antiga. No entanto, nossa análise se volta para a análise de castelos medievais, pelo fato de existir semelhanças entre as fortalezas do Medieval e a Casa Forte de Maria Moura.

Fischer, não tem nada a ver com algo que seja petrificado, imóvel, estático. Pressupõe metamorfose, mobilidade, dinâmica. Assim é que a Teoria da Residualidade concebe a *cristalização*.”. (PONTES, 2015, p. 113).

Consideramos as estruturas internas e externas à Casa Forte como resíduos que foram cristalizados ao longo dos séculos. Esses sedimentos receberam polimentos no momento que os colonizadores trouxeram e adaptaram às estruturas das grandes fazendas canavieiras. Para compreender o processo de cristalização mencionado por nós e pelo sistematizador da referida Teoria, voltamo-nos às próprias palavras de Ernst Fischer:

Por conseguinte, um cristal não é uma coisa “acabada”, “definitiva”, não é a corporificação de uma rígida ideia de forma, e sim o resultado transitório de contínuas modificações nas condições materiais. Os processos de transição da matéria não-cristalina à matéria cristalina e vice versa podem ser muito claramente observados no gás carbônico, o qual se cristaliza a uma baixa temperatura. (FISCHER, 1963, p. 138).

Não demora muito tempo para Moura começar a construir a sua fazenda após chegar à Serra dos Padres. Ela inicia a construção com o material que conseguiu assaltando fazendas, lojas e viajantes da região. A protagonista passa todas as instruções dos assaltos aos seus homens e eles realizam com muita maestria. Enquanto a Casa é construída, ela passa um intervalo de tempo no Rancho da personagem Jove. A seguir, temos o momento em que ela descobre que Mestre Luca pode ajudar na construção da fazenda pelo seu conhecimento em fazer telhas e tijolos:

Aquele homem não tinha caído da serra, tinha caído era do céu! E botei a mão no ombro do velho:

— Olhe, Mestre Luca, eu vou levantar aqui, neste lugar, uma casa importante, pra ser a sede da minha fazenda. E eu, mais o João Rufo, estava se quebrando a cabeça pra descobrir de onde se podia tirar barro, fazer uma olaria. E aí descubro que o senhor mesmo é mestre oleiro, sabe arrancar o barro e fazer a telha e o tijolo! Pode crer, eu lhe dou tudo que pedir para a minha olaria: os homens, os ferros, a lenha pra queimar, tudo mesmo! O senhor só precisa ir ensinando a eles, que a minha rapaziada faz todo o resto! (QUEIROZ, 1992, p. 244).

Apesar da protagonista construir a Casa se baseando nas lembranças que ela tinha do seu pai, ela também possuía as suas vontades e seus caprichos manifestados nos detalhes da construção da sua propriedade. Podemos perceber isso no modo com que ela fala para Mestre Luca construir a sua Casa. Diante disso, podemos conferir que Moura se configura como uma proprietária de terras, uma vez que, “Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo.”. (HOLANDA, 1995, p. 80).

Diante da citação anterior, podemos perceber que os caprichos e as vontades dos coronéis não estavam restritos apenas aos seus capangas. Todo e qualquer serviço prestado ao poderoso dono de terras tinha que ser bem executado. Com Maria Moura, podemos perceber que ela dava autoridade ao Mestre Luca para ele ensinar como os capangas deviam realizar os serviços seguindo as vontades dela.

Na Idade Média, os castelos inicialmente possuíam a estrutura física de uma casa. Somente após alguns anos, a estrutura física dos castelos foram assumindo formas maiores, mais aperfeiçoados e com mais espaços. Constatamos, dessa forma, que a fazenda de Maria Moura é um resíduo da Idade Média à medida que ela vai construindo e aperfeiçoando sua Fortaleza para se transformar num castelo. Moura deseja levantar a sua Casa para ter um local fixo de moradia. Essa intenção é semelhante à função de uma casa medieval na qual servia para, primeiramente, abrigar o senhor e sua família:

O castelo é primeiramente uma casa, uma residência aristocrática que abrigam um homem que ama um senhor, um dominus, com sua família, com as pessoas de sua domus, parentes, oficiais, familiares, criados. É necessariamente, portanto, uma grande morada: isso já distingue de outras. Mas o castelo tem, além disso, o papel de um signo: ele deve materializar, tornar sensíveis, o lugar e a categoria ocupados por quem habita do qual é o senhor. Esse papel é materializado por suas dimensões, mas também por sua situação geralmente elevada, dominante, e pela demonstração de poder contido nas fortes fortificações, torres, portas e ameias. (PESEZ, 2002, p. 153).

Após praticar vários assaltos para construir a sua riqueza, Moura levanta a sua Casa Forte com ajuda dos seus cabras. A Casa foi construída seguindo os detalhes que Moura tinha guardado em suas lembranças ao ouvir as instruções do seu pai quando pequena. Na passagem a seguir, podemos perceber semelhanças com as casas fortificadas do período da Idade Média, principalmente nas estruturas que estavam situadas nos arredores da Casa:

Foi duro e foi devagar. Mas agora estava eu no alpendre da minha Casa Forte, olhando o mundo em redor: lá embaixo na várzea, lá em cima na serra e, para os dois lados, as perambeiras do pé do morro.
 Nas vargens, tudo quanto era roçado, já de broca feita neste tempo de verão, esperando a sementeira. Para além, o açude ainda por acabar.
 O curral do gado, vazio àquela hora, não fosse o choro de uns bezerrinhos novos, pela primeira vez apartados da mãe. Do outro lado o chiqueiro das cabras. E, entre o curral e a casa, na estrebaria, uns dois cavalos do meu uso, comendo a sua ração de milho. Os outros viviam soltos, como solto vivia o Tirano, aposentado, já magreirão de velhice, mas que todas as tardes aparecia sem falta para cobrar sua mochila de milho inchado. (QUEIROZ, 1992, p. 293).

Com a construção da Casa Forte, Maria Moura deu início, naquela região, a uma atividade de criação de gado, cavalo e incentivo à procriação de outras espécies que viviam por ali. Além disso, a protagonista também incentivou o cultivo de plantas. Diante desse panorama,

podemos perceber que ela fundou um sistema autônomo de subsistência, como acontecia nos primeiros anos de colonização:

Poucos foram os colonos que entre 1500 e 1530 demandaram o Brasil; a terra não oferecia aos portugueses facilidades de comércio como as Índias (onde era ir, enriquecer e voltar), e sim as canseiras da vida agrícola. Vinham alguns, todavia, em meio aos deportados que a Coroa cá mandava despejar; e êstes encontravam uma terra enorme e sem dono, à sua mercê. Terra de recursos desconhecidos. O colono trazia consigo animais domésticos e sementes: cavalos, bois, galinhas, porcos, cereais europeus, sementes da Ilhas e das Índias, além de sua ferramenta agrícola (que um alvará real de 1516 ordenava à Casa da Índia lhe fornecesse grátis) uma das medidas visando proteger os que desejavam emigrar para o Brasil (1); as sementes exóticas eram trazidas na esperança de que a nova terra, com paciência cultivada, viesse a se tornar uma fonte de especiarias. E logo de começo foi o triunfo do açúcar; as terras pernambucanas pareciam criadas de propósito para produzi-lo (2). (QUEIROZ, 1969 p. 7).

A riqueza dos senhores do período da Idade Média vinha por meio do solo da sua propriedade também. Eles plantavam e criavam animais de forma semelhante ao modelo que Moura idealizava e posteriormente se concretizou na Serra dos Padres. A seguir, podemos constatar como funcionava o sistema de plantio e criação de animais nas terras dos senhores no período do início da Idade Média, de forma semelhante à intenção de Moura:

Defrontamo-nos assim, por um lado, com o património, identificado e classificado de acordo com um conjunto de valores a ele harmonizados e, por outro, com o projecto, o qual implica sempre transformação pela forma como selecciona e hierarquiza tais valores, sujeitando a sua continuidade no tempo e o seu significado no espaço ao que se pretende que venham a representar no presente. Em particular, esta conjuntura reveste forma indiscutível e paradigmática no tecido dos castelos em Portugal, cuja presença material e simbólica protagoniza a identidade de qualquer paisagem rural ou urbana que, num sentido ainda mais amplo, pode qualificar a própria imagem do território. (CORREIA, 2007, p. 6).

O local de plantação e de pastagem nos arredores da fortaleza medieval faz parte da estrutura de um castelo. É por meio dessas duas práticas que os castelos possuem a sua autossuficiência, uma vez que apenas com a estrutura de abrigo das fortalezas não seria suficiente para todos que ali residem pudessem sobreviver. Dessa forma, ao longo dos séculos, as duas práticas mencionadas anteriormente se tornaram indissociáveis ao castelo medieval.

Como leitores, nos sentimos instigados a pensar: por que Maria Moura nomeou a sua moradia como “Casa Forte”? Isso pode ser explicado pela estrutura física e por sua finalidade. A Casa era o porto seguro de Moura, isto é, era um local que ela tinha que ter a plena confiança de que estava bem protegida dos seus inúmeros inimigos. É por isso que ela mandou construir a sua moradia com os seguintes materiais:

Com tudo isso, o meu orgulho maior era a casa. Começando pela cerca, as estacas de aroeira, com sete palmos de altura, tudo embutido numa faxina fechada, rematando em ponta de lança. Entre um pau e outro não passava um rato. E pra abalar um mourão

daqueles, só a força de uma junta de bois: eram enterrados a mais de quatro palmos de fundura, socados com bagaço de tijolo e pedra miúda. Feito igual a paliçada de praça de índio; índio dos antigos, dos que ninguém mais se lembra de ter visto. Mas Mestre Quixó se lembrava e nos ensinou como era que se fazia. (QUEIROZ, 1992, p. 293).

A ideia de construir uma fortificação evidencia a construção de moradias seguras, com estruturas rígidas, grossas e fortes. Para construir uma edificação como essa, era necessária muita mão de obra, dinheiro e materiais bons. Em nossos estudos, constatamos que na época colonial os primeiros portugueses construía as suas fazendas assim:

Homens de fortuna feita em açúcar e em negros devem ter sido todos aqueles "moradores ricos de fazendas de raiz" de que nos fala Gabriel Soares: os mais de cem moradores da Bahia do século XVI que tinham cada ano de mil cruzados até cinco mil de renda; senhores cujas fazendas valiam vinte mil até cinquenta ou sessenta mil cruzados. Os quais - diz o cronista - "tratam suas pessoas mui honradamente com muitos cavalos, creados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, porque não vestem sinão sedas [...]." Na sua mesa, "serviço de prata". Muitos dos seus engenhos, soberbos, de roda de água, como o de Sebastião de Faria, à beira do riacho Cotegipe: "grandes edifícios de casa de purgar e de vivenda, e uma igreja de S. Jeronymo, tudo de pedra, cal, no que gastou mais de doze mil cruzados"; ou movidos a bois, como o de Vasco Rodrigues Lobato, "todo cercado de cannaviaes de assucar, de que se faz muitas arrobas.". (FREYRE, 2003, p. 341).

O nome "Casa Forte" remete às fortalezas medievais, portanto era de extrema necessidade que a sua moradia possuísse boas estruturas. O nome que Moura escolheu para a sua moradia evidencia qual era o objetivo almejado por ela: se proteger e atacar. Proteger-se dos inimigos que a procuravam para se vingar e atacar de dentro da Casa quando fosse necessário. Com a passagem a seguir, podemos verificar que essas estruturas fortificadas eram estratégicas para que um castelo pudesse ter uma boa defesa:

O castelo estratégico é aquele que, obedecendo a uma estratégia específica, defende uma determinada área, em coordenação com outros castelos. Embora não se situasse propriamente na zona de fronteira, podemos considerar o castelo de Estremoz como um castelo orientado para a fronteira e de detenção, protegendo uma importante via de comunicação (caminho para Lisboa). (CUNHA, 2004, p. 85).

Além da Casa Forte, havia as casas dos homens que prestavam serviços militares à Moura. Ao entrar para o bando da protagonista e conquistar a sua confiança, eles podiam construir as suas casas e se alimentar do gado e da comida que ali era plantada. As casas deles simbolizavam o poder da Fortaleza de Moura. A grande Fortaleza de Moura, portanto, estaria protegida com as casas dos seus homens à frente, se acontecesse algum ataque.

O funcionamento dessa dinâmica e a exploração desse espaço por Maria Moura é semelhante ao sistema operado pelo senhor dentro do seu castelo no período histórico da Idade

Média. Leiamos, a seguir, a descrição da Casa Forte e das casas da cabroeira pela voz do personagem Beato Romano quando avistou, pela primeira vez, a morada de Moura:

Lá dentro a casa — e me dá vontade de dizer ‘as casas’, porque não era um corpo de casa, só. Na frente se adiantava o alpendre do que devia ser a casa grande. Em redor saíam telhados e paredes de todos os feitios, que decerto serviam de morada para a cabroeira, de paiol para o legume seco, o quarto dos arreios, depósitos. Do lado de fora da cerca alta, o curral do gado, o chiqueiro da criação.

Tudo limpo e tratado, parecia mesmo uma fazenda igual às outras, não fosse aquele jeito quase de quartel. (QUEIROZ, 1992, p. 9-10).

Na passagem anterior, podemos verificar que o personagem Beato Romano utiliza a expressão “casa grande” para se referir à Casa Forte. Essa expressão indica que a morada de Moura parecia com as fazendas rurais do Nordeste brasileiro, principalmente no momento do ciclo econômico da cana de açúcar. Para conhecer um pouco mais sobre o funcionamento dessas fazendas, temos a passagem a seguir:

Da mesma forma, a fazenda canavieira exigia um trabalho duro, com a necessidade de muitos trabalhadores para os canaviais, para o beneficiamento da cana e para o transporte dos produtos do engenho e da lenha que alimentava as suas fornalhas, bem como para a produção e o preparo dos alimentos. Apenas o colono europeu não era suficiente, havendo a necessidade, no princípio da colonização, do uso extensivo do trabalho indígena, cuja escravização, apesar de ser uma etapa transitória para o trabalho negro, foi importante no desenvolvimento da indústria canavieira durante quase todo o século XVI. (RODRIGUES; ROSS, 2020, p. 48).

Destacamos as inúmeras funções exercidas por pessoas que residiam nas grandes fazendas como trabalhadores. Na Casa Forte, encontramos a mão de obra dos jagunços de Maria Moura na construção da fortaleza e na exploração da riqueza fértil. Se os agregados da protagonista quisessem permanecer residindo de forma fixa nos arredores da Casa Forte, eles deviam prestar serviços manuais igual ao trabalho exaustivo das grandes fazendas.

Constatamos semelhanças entre a forma com que Moura destina um determinado espaço de suas terras aos seus homens com a concessão de lotes de feudos pelos senhores aos camponeses. Nos domínios feudais, os servos plantavam e davam parte de sua riqueza ao senhor. Ancoramo-nos na passagem a seguir na qual se detalha como funcionava a exploração da terra pelos camponeses que recebiam um lote de terras:

No Norte da Europa, por outro lado, o sistema carolíngio de ligar fortemente as parcelas dos camponeses à exploração do domínio continuou firmemente enraizado durante este período. Todas as vistorias às propriedades descrevem parcelas cultivadas por rendeiros (*lots-corvées*), objectos fabricados nas casas dos camponeses entregues na casa do senhor e numerosos serviços prestados regularmente. Mesmo assim, o sistema parece ter sofrido uma lenta desintegração depois de 1100. No princípio do século XII, por exemplo, o abade de Marmoutier, na Alsácia, decidiu abolir o *servitium triduanum*, o serviço de três dias por semana a que os arrendamentos servis

na Germânia estavam sujeitos desde o período carolíngio. Ao mesmo tempo, a maioria das parcelas cultivadas por trabalho forçado converteram-se em arrendamentos. (DUBY, 1980, p. 241).

A posse de terras no Nordeste brasileiro é sinônimo de poder. O coronel poderoso possui terras e chega a matar pessoas por cada pedaço dela. Quando Moura decide ocupar as terras que eram “por direito suas”, ela desejava, no seu inconsciente, se tornar uma mulher poderosa. Queria um local no qual ela pudesse mandar, ditar as normas e ter como última palavra a sua. A seguir, um trecho que comprova o valor do poder da terra para os personagens da narrativa:

— Fique de olho nele. Isso tem cara de tihoso, é capaz de escapulir das mãos da negra velha...

Mestre Zé Quixó reconhecia o Roque. E isso ajudou, porque o meu cabra começou a contar as grandezas da Serra dos Padres: que ali a gente ia situar u fazendão; cada um dos meus cabras ia ter o seu pedaço de terra, criar o seu gadinho... (QUEIROZ, 1992, p. 270).

A ideia do valor de possuir terras foi trazido pelos europeus e adaptado às terras brasileiras. Para ser um grande fazendeiro era necessário que o homem tivesse a posse de um latifúndio fértil ou rico em minerais para que seus agregados pudessem construir as suas casas, plantar seus alimentos e criar seus animais. Foi assim que se formaram os agregados de Maria Moura. Apoiamo-nos na passagem a seguir na qual o poder da terra era de suma importância para os proprietários rurais na sociedade açucareira:

Dentro da classe dos proprietários rurais fôra se formando, como vimos, uma distinção entre a mais e a menos rica. O quadro da estrutura social da época se completa se a ambas juntarmos os comerciantes; os escravos; uma população flutuante de pequenos artífices, pequenos lavradores, feitores de fazendas, etc., que viviam à sombra de um proprietário rural pequeno ou grande, formando os agregados; e uma população vagabunda de aventureiros em que se recrutavam geralmente as milícias dos senhores rurais. (QUEIROZ, 1969, p. 24).

Além dos pontos já mencionados no que se refere às relações de dependências com relação à posse de terras, é importante ressaltar que os agregados também tinham obrigações quanto à devolução de parte do que foi explorado. Moura concede um lote de terras aos seus homens, mas eles devem serviços militares a ela. Sobre isso, destacamos a seguinte passagem:

Em volta do castelo construído sobre um outeiro, ou mais tarde sobre uma montanha, é reagrupada uma boa parte da população rural, certamente defendida pelo senhor e seus guerreiros, mas submetida às corvéias e aos tributos e ligada a seu senhor e à sua terra. Após o fim das razias e das invasões, favorecidas pelo crescimento demográfico e econômico, as cidades reocuparam seus antigos limites, ultrapassaram-nos e depois, ao ritmo e à medida de sua expansão, cercaram-se com novas fortificações. Mas os cidadãos continuam a ser minoritários em relação aos camponeses. Mesmo no interior das muralhas, as hortas mantêm um lugar de importância. Uma parte considerável de seus habitantes possui videiras, campos e

pastos, cujos produtos acumulam-se nos celeiros e adegas da cidade. (PIPONNIER, 2002, p. 287).

A Casa Forte de Maria Moura se assemelha às grandes fazendas canavieiras do Nordeste brasileiro. A estrutura da sua Casa é uma prova disso. Em diversos momentos da narrativa, verificamos que os personagens comparam explicitamente a Fortaleza dela com a de uma fazenda. Vejamos isso a seguir:

A gente não entendia:

— Casa Forte? Que Casa Forte?

— Me esqueci de que vocês estavam por longe, sem notícias, estes anos todos. Marialva, você não se lembra das histórias que chegavam nas Marias Pretas, contando que a Maria Moura estava situando uma fazenda na tal de Serra dos Padres, e que ia levantar casa lá?

Eu me lembrava, mas não com esse nome...

Duarte se impacientou:

— O nome veio depois. Agora, aquilo está que é um castelo; e fortificado. Eu acabei indo morar lá, depois de passar um tempão procurando o que fazer... Isso por causa da briga com os seus irmãos e com a Dona Firma, logo que vocês fugiram. Eles me culpavam de tudo, quiseram até me matar. (QUEIROZ, 1992, 348-349).

Em nossos estudos, verificamos que no período colonial havia casas fortificadas semelhantes à Casa Forte de Maria Moura. As grandes fazendas canavieiras eram verdadeiras fortalezas medievais. Podemos perceber isso pelas descrições dos sobradões que foram construídos pelos primeiros portugueses que se instalaram nas terras brasileiras:

As paredes grossas refrescavam o interior dos sobradões patriarcais, quando o material ruim não as tornava úmidas e pegajentas, como adiante veremos. Eram paredes, como notou Fletcher, quase de fortaleza; nas próprias casas de taipa – algumas construídas tão solidamente que atravessaram séculos – as paredes tinham uma grossura espantosa; dois, três palmos. (FREYRE, 2013-b, p. 202).

Durante a Idade Média havia castelos de diversos modelos arquitetônicos. Isso aconteceu porque, ao longo do tempo, eles recebiam novas adaptações para enfrentar guerras, aperfeiçoar o conforto e acomodação para o senhor feudal. Os acontecimentos históricos também foram fundamentais para as mudanças arquitetônicas. Diante dessa conjuntura, podemos afirmar que as estruturas dos castelos medievais são resíduos que ficaram cristalizados ao longo dos séculos, sofrendo modificações quando a circunstância necessitava:

O corpo principal de ambas as obras compunha-se de textos de índole historicista que narravam – mais ou menos apologeticamente – feitos históricos associados a cada castelo, misturados com lendas e descrições formais complementadas por fotografias ou desenhos (Jorge Larcher compilou ainda textos antigos mencionando os respectivos castelos). A importância das duas obras observa-se na parte introdutória, onde se desenvolveu uma parte substancial dedicada à contextualização histórica e à evolução das fortificações desde as suas prováveis origens até à Idade Moderna, tratando inclusive o advento da probabilística e conseqüente declínio dos castelos medievais. Para explicitar mais claramente a evolução das fortificações,

foram explicados os eventos históricos gerais (que descreviam a importância dos castelos na formação de Portugal e a sua significação memorativa patriótica), sublinhando também a poliorcética e os aspectos administrativos com o fim de expor as razões para as transformações realizadas nas estruturas defensivas ao longo dos tempos. (SANTOS, 2012, p. 125).

A denominação de “Casa Forte” remete a um local seguro dos perigos que envolvem a sobrevivência de Moura e seus cabras. A protagonista, ao decidir ganhar a vida assaltando pelo interior do sertão, acaba por formar inúmeros inimigos. Dessa forma, é importante que a sua Casa seja um ponto de segurança com estruturas bastante fortes. Além disso, a morada de Moura é também um local para dar coito às pessoas perseguidas e juradas de morte. É com essa fama que Maria Moura fica conhecida por aquele sertão:

O nome me batia na memória. A moça, o padrasto... Eu ia lembrando, enquanto Iria continuava:

— Mas agora o que se sabe é que ela tomou posse de umas terras que o avô possuía na Serra dos Padres; levantou uma casa fortificada e faz medo a todo mundo. Diz o povo que ela não só manda de lá espalhar os cabras roubando quem encontra nas estradas, como ainda dá coito a criminoso perseguido, na tal de Casa Forte — como é chamada — e que é direito um quartel de soldado. (QUEIROZ, 1992, p. 316).

No espaço nordestino, as grandes fazendas canavieiras também recebiam uma estrutura bastante reforçada e com proteção, pois os coronéis tinham inimigos poderosos. Coronéis, entre si, tinham rivalidades de diversos tipos, por exemplo, por posse de terras e domínio territorial. Vejamos, a seguir, o motivo pelo qual essas fazendas eram fortificadas:

Expressão do patriarcalismo já repousado e pacato do século XVIII; sem o ar de fortaleza que tiveram as primeiras casas-grandes do século XVI. "Nas fazendas estava-se como num campo de guerra", escreve Teodoro Sampaio referindo-se ao primeiro século de colonização. "Os ricos-homens usavam para proteger as suas vivendas e solares por meio de duplas e poderosas estacas à moda do gentio, guardadas pelos fâmulos, os apaniguados e índios escravos, e servindo até para os vizinhos quando de súbito acoitados pelos bárbaros." (FREYRE, 2003, p. 36).

A estrutura fortificada da Casa de Moura é mais um resíduo que vem dos castelos fortificados que usavam suas fortalezas para se proteger dos ataques dos inimigos. Com o passar dos séculos, esses substratos ficaram cristalizados, foram inseridos no espaço nordestino e adaptados às estruturas das fazendas, como encontramos na de Moura. A seguir, podemos conferir um pouco sobre as fortificações na Idade Média:

A presença destes castelos artilheiros não significa por si mesmo uma análise crítica de índole castelológica mas sim uma compilação de carácter operativo: nas suas ilustrações Francisco de Holanda elegeu fortificações de vanguarda e, mediante isso, estaria assim adquirindo conhecimentos sobre a tecnologia de fortificação, de modo a transladá-los para Portugal. Isso significa que a eleição dessas estruturas fortificadas pressupôs já uma avaliação crítica da arquitetura defensiva, ainda que o valor fosse eminentemente funcional. (SANTOS, 2012, p. 109).

A cana de açúcar foi a primeira riqueza natural explorada pelos europeus no Nordeste. Esse ciclo econômico foi muito rico para o aspecto cultural do Nordeste. Nas grandes fazendas, havia o local de plantio, de criação do gado, a senzala e casa do Sinhô. No romance, identificamos fazendas canavieiras no momento que o padre Zé Maria, após passar por vários vilarejos, faz uma visita à Iria na fazenda Atalaia. O personagem menciona a existência do espaço da senzala dentro de uma fazenda:

— Eu não reconheci a fazenda. Está tudo diferente.

— O Sinhô novo é um moço cheio de invenção. Estudou no Rio de Janeiro. Já mudou tudo lá na Noruega e agora está mudando por aqui. A Dona Pite não gosta muito, mas já está velha e vai sempre pela cabeça do moço, deixa ele fazer o que quiser. Ele até comprou um lote de negro na Bahia, trouxe pra cá, fez essa senzala aí. Agora, até eu e o Simão dormimos lá, no quatinho mais perto da fazenda. (QUEIROZ, 1992, p. 314).

Pelo fato de a escravidão ter durado, infelizmente, por muitos séculos no Brasil, o espaço das senzalas ainda perdurou por muito tempo dentro das grandes fazendas açucareiras. Destacamos a semelhança entre as senzalas, que ficavam num local afastado da casa-grande, com as casas da cabroeira de Maria Moura que ficavam também nos arredores da Casa Forte. Temos, a seguir, uma explanação sobre o desenvolvimento das casas grandes no espaço Nordeste:

O tipo nobre de casa que ficou se chamando “casa-grande” desenvolveu-se na região dos engenhos de cana; e menos em torno da figura do homem, que do vulto gordo matrona portuguesa do século XVI. As Das Brites, as Das Genebras, as Das Franciscas. Mulheres casadas que acompanharam os maridos ao Brasil. (FREYRE, 2013-b, p. 85).

É importante destacar que as casas medievais também existiram como forma de abrigo, além das funções de proteção e ataque. Elas foram fundamentais para o avanço da estrutura arquitetônica das casas até os modelos de grandes castelos. Constatamos que havia diferenças entre as pequenas moradias e os castelos. No entanto, a Casa Forte guarda adaptações de ambas as estruturas, uma vez que ela é uma típica fazenda do Nordeste brasileiro construída seguindo os moldes das construções dos primeiros europeus. As casas tinham um modelo mais acolhedor abrigando os camponeses e seus familiares, assim como as casas da cabroeira eram as moradias dos jagunços e seus familiares. Diante disso, notamos semelhanças com as grandes fazendas canavieiras com as estruturas das senzalas:

Mesmo para aqueles que gozam de liberdade de ir e vir, a casa é o centro em torno do qual se organiza toda a vida do grupo familiar, é sua representação material e simbólica. Para o conhecimento desse elemento fundamental do ambiente de vida, a contribuição da arqueologia é determinante. Ela permite recolocar a habitação no conjunto natural e humano ao qual pertence e reconstituí-la em seus materiais, suas técnicas de construção, seu desenvolvimento, suas disposições. A preeminência da

madeira afirma-se durante a Alta Idade Média na arquitetura doméstica tanto na cidade como nos campos. Quer se tratasse de pequenas "cabanas" escavadas ou de grandes edifícios construídos ao nível do solo, o essencial da estrutura é constituído por traves de madeira que sustentam o vigamento e os vastos telhados de palha, sendo as paredes construídas em madeira ou barro. Tal modelo predomina em toda a Europa do Norte e até em uma parte do mundo mediterrâneo, onde rivaliza com a casa de pedra ou de taipa. (PIPONNIER, 2002, p. 286).

Moura guarda, em suas lembranças quando convivia com o seu pai, toda a estrutura da Casa que ele sonhava em construir na Serra dos Padres. No entanto, ele não conseguiu realizar esse sonho devido ao seu falecimento. Ao descrever toda a Casa, ele cita a existência de um “cubico” que é uma espécie de quarto secreto para esconder pessoas. A seguir, temos a narração da protagonista sobre esse quartinho:

Bem, era o seguinte: acontece que Pai, entre os casos da família que me contava, quando eu menina, falava muito no ‘cubico’ que existia na fazenda da avó dele. Era um quartinho disfarçado entre as paredes da salas e dos quartos, mas tudo tão bem encoberto, que o exame mais exigente não tinha como encontrar nem rastro do cômodo extra. A planta era mais ou menos assim, como estou mostrando aqui, já modificada por mim. Pai desenhou para eu ver e eu conservei o papel, junto com aqueles poucos outros guardados que pus na trouxa dos salvados do incêndio; junto com um bilhete que Mãe fez, durante uma viagem de passeio que dei com minha Madrinha. (Pouco depois dessa viagem Madrinha morreu e foi-se embora a única pessoa que tivesse alguma vez me tirado de casa.) E tinha também guardado junto um caderno onde Mãe quando moça copiava versos de modinha. E o manual que Madrinha me deu, no dia da minha primeira comunhão, lá na Vargem da Cruz. (QUEIROZ, 1992, p. 304-305).

O cubico faz parte da arquitetura militar da Casa Forte e é um resíduo medieval. Ao aceitar dar proteção a Cirino e a outros homens perseguidos, Moura assume o risco de ter a sua Casa invadida pelos inimigos do foragido. Tendo a estrutura do cubico como uma forma de esconderijo, Moura garante proteção para si e para outros que ela dava coito. Verificamos que a proteção das casas de engenho era tamanha que quase se configurava como uma prisão:

Ao contrário da casa de engenho e da de sítio – protegidas dos exageros de insolação direta pelas mesmas paredes grossas e pelos mesmos telhados de beiral acachapado, mas com os oitões todos livres e às vezes com alpendres ou copiares rodeando a casa e vigias rondando-lhe as imediações durante a noite – o sobrado de rua, de tanto se defender do excesso de sol, do perigo dos ladrões e das correntes de ar, tornou-se uma habitação úmida, fechada. Quase uma prisão. (FREYRE, 2013-b, p. 203).

O cubico é um dos locais que representa a segurança da Casa Forte. Nesse quartinho discreto, a protagonista dá coito às pessoas perseguidas da polícia e de seus inimigos. O caso de Cirino exemplifica a importância do quartinho para a proteção de Moura. Cirino é um personagem que desenvolve um romance às escondidas com Moura. Esse personagem não ama verdadeiramente, ele deseja apenas tirar vantagens dessa relação. Quando trai a confiança de Moura, ele vira um dos seus maiores inimigos e é colocado no cubico para receber uma

punição. Dessa forma, podemos perceber que o quarto secreto funciona como um espaço de segurança para Moura contra aqueles que a traem. Vejamos um pouco mais sobre as habitações protegidas na Idade Média:

Sem dúvida, não podemos começar a falar em arquitetura militar antes das construções em pedra ou, melhor dizendo, em materiais duros, pois nas regiões onde a pedra é rara recorre-se ao tijolo, como mostram os castelos de Bresse e de Dombes, ou as poderosas fortalezas dos cavaleiros Teutônicos na Polônia e na Prússia. A arquitetura militar busca responder a um certo número de exigências, sempre as mesmas - impedir a progressão do inimigo, mantê-lo sob fogo etc. - mas para as quais as respostas variam em função do nível técnico da construção, dos progressos do armamento (pensemos no canhão) e da poliorcética, das limitações exercidas pela tradição. (PESEZ, 2002, p. 161).

Além da influência das lembranças de seu pai para a construção das estruturas da Casa, Moura também recebeu indicações de Duarte no que se refere à construção de um moinho de pólvora. Produzir munição constantemente e ter boas armas era de muita importância devido ao estilo de vida perigoso do bando, uma vez que eles praticavam assaltos, tinham inimigos e chegavam a ferir as pessoas para conseguir o que queriam. A protagonista narra o momento que Duarte sugere a construção de um moinho de pólvora:

Duarte andava falando em arranjar um ‘moinho de pólvora’, feito um de que ele tinha ouvido notícia. Era do governo, e fabricava pólvora para fornecer em quartel. Deixei que ele desse uma viagem a Santana Mestra, uma vila onde havia grande guarnição de praça — tinha até sargento e tenente. E lá faziam pólvora. Mas quando Duarte chegou no lugar, a fábrica tinha sido fechada. A sorte foi que ele se meteu com um cabo, pagou-lhe umas cachaças e consegui ver como era a tal de fábrica tão falada. Bem, parece que o trabalho não era difícil. Primeiro, tinha-se que arranjar o material para fazer a pólvora: o salitre, o enxofre e o carvão. Pisava-se ou se moía cada um dos três, até virar pó, mas tudo em separado. Ao misturar, era preciso obedecer à receita, tantas partes disto, tantas daquilo. E no operar a mistura, havia que usar do maior cuidado para não estourar, porque aquilo já era pólvora. (QUEIROZ, 1992, p. 328-329).

O moinho de pólvora é mais um resíduo medieval. A construção desse moinho lhe proporciona uma produção estratégica, pois seus inimigos não sabiam o quanto de munição ela teria no momento de um combate. Podemos verificar que existiam estruturas primitivas, como as do moinho de pólvora, nos primeiros engenhos do período colonial:

Os engenhos deitados, de duas moendas de pau, acionadas a água ou por bois, foram os primeiros engenhos montados, no Sul, em São Vicente, como nos lençóis de terra gorda, na Bahia e em Pernambuco. Se em São Paulo se perdeu a tradição dos engenhos de moendas horizontais, - pondera Aluísio de Almeida, - foi porque a nossa indústria açucareira, "iniciada e forte, no litoral, no século XVI, desaparece quase e só no fim do século XVIII se reinicia no planalto. Nesse "intermezzo", o que havia eram as engenhocas e os bugios". A volta dos engenhos deitados, que eram os primitivos e de que se perdera a tradição, pareceu uma novidade no século XVIII, em que se divulgaram, no Sul, os engenhos de pé, que representavam um progresso na evolução da técnica dos banguês. (AZEVEDO, 1964, p. 165).

De acordo com a passagem anterior, notamos que as primeiras estruturas que compunham as fazendas canavieiras eram simples e rudimentares. Podemos considerar o moinho de pólvora como mais uma estrutura simples, uma vez que era a produção era a de pólvora comum sem o uso de tecnologias avançadas.

O moinho de pólvora é um elemento que representa o fator da autossuficiência produtora no período da Idade Média e no período colonial do Nordeste brasileiro. Ao produzir a própria pólvora, Moura estava fazendo uma grande economia, já que o estilo de vida deles exigia constantemente novas munições e conseqüentemente gasto com isso. Dessa forma, podemos considerar o moinho de pólvora como um dos elementos equivalentes à sobrevivência por meio da autossuficiência da terra:

No período carolíngio, os moinhos tinham-se tornado organizações senhoriais extremamente lucrativas, fornecendo, por exemplo, o despenseiro do mosteiro de Corbie de grande parte do que lhe era necessário. Mas continuavam a ser extremamente raros. Não existia mais do que uma dúzia nas trinta e tal aldeias que compunham o património da abadia de St. Riquier. Contudo, o Domesday Book já regista cerca de seis mil moinhos, de tal forma que em 1086 havia já, em média, um moinho para cada quarenta e seis famílias camponesas em Inglaterra. Mais tarde, o seu número cresceu com regularidade, nomeadamente em regiões menos desenvolvidas como, por exemplo, Devon. (DUBY, 1980, p. 203).

Concluimos que as fazendas nordestinas, como a Casa Forte, receberam novos polimentos ao serem construídas pelos primeiros colonizadores europeus que vivenciaram o período histórico da Idade Média com as grandes fortalezas medievais. Nesse polimento, podemos verificar a conservação e inovação de estruturas físicas das casas, dos feudos e de castelos medievais nos espaços internos e externos da Casa Forte. Foi por meio da aplicação do conceito operacional denominado cristalização que elaboramos a análise residual mencionada no cubico, no moinho de pólvora, nas casas da cabroeira, no local de plantio e criação de animais.

4 A AÇÃO JESUÍTICA E O DUALISMO CATÓLICO-MEDIEVAL EM *MEMORIAL DE MARIA MOURA*

A presente seção é dividida em duas subseções denominadas como 4.1 “A catequese medieval praticada pelo Beato Romano” e 4.2 “A luta entre Deus e o Diabo no imaginário medieval dos personagens da narrativa”. O estudo desenvolvido tem como objetivo aprofundar a análise religiosa, de cunho católico-medieval, iniciada na segunda seção da dissertação.

Na subseção 4.1 denominada “A catequese medieval praticada pelo Beato Romano” examinamos como o personagem Zé Maria repassa seus conhecimentos de cunho católico-medieval que foram adquiridos pelo processo de endoculturação de leituras religiosas. Ressaltamos que nossa análise também enfatiza a mudança de identidade sofrida pelo personagem que inicia como padre e posteriormente passa a ser um Beato. É por meio da identidade simples de Beato que o personagem Zé Maria representa a perpetuação da evangelização da fé cristã mesmo após o período de colonização do Nordeste com a partida dos padres e jesuítas de volta para a Europa.

Na subseção 4.2 chamada “A luta entre Deus e o Diabo no imaginário medieval dos personagens da narrativa” analisamos de que forma santos, anjos, Jesus Cristo, Maria e os milagres estão associados ao plano benéfico e como a feitiçaria, bruxaria e as superstições estão atreladas ao plano diabólico. O imaginário composto por duas forças sobrenaturais será considerado como a projeção idealista que os personagens têm da figura de símbolos representantes de Deus, por um lado e do Diabo, por outro lado.

4.1 A catequese medieval praticada pelo Beato Romano

Analisamos a catequese praticada pelo personagem Beato Romano com os personagens de origem popular na narrativa. Lembramos que esse personagem representa a continuação da propagação das crenças religiosas iniciadas pelos jesuítas que foi explorada na segunda seção. A catequese praticada pelo Beato é de cunho medieval, uma vez que ele aprendeu conhecimentos bastante remotos por meio do processo de endoculturação de leituras religiosas. Nesse processo contínuo, constatamos que há uma remanescência de resíduos: “O *resíduo* é pura *remanescência* que jamais se esgota. Tem élan criativo e pode exercer uma qualidade recessiva, isto é, entrar em recesso, mas conserva sempre uma força impulsionadora da cultura e, por decorrência, da literatura e das artes em geral.”. (PONTES, 2020, p. 34).

Após a tragédia das mortes de Dona Bela e seu esposo Anacleto na Fazenda Atalaia, José Maria foge de lá e fica vagando pelas estradas secas e quentes do sertão em busca de sobrevivência. A penúria sofrida por esse personagem em busca de água, comida, banho e abrigo é enorme. O período de peregrinação até encontrar um local seguro e tranquilo para fixar moradia é de muita reflexão sobre o sentido da sua vida:

— E o compadre foi dar aonde?
 — Também nem sei. Saí andando estonteado; mas sentia, apesar da cabeça zonha, que precisava me afastar dali. O velho tinha me dado um saquinho com farinha e rapadura e, por uns dois dias, eu tive o que comer. Andava de noite e de dia; se apontava alguém no caminho eu me escondia no mato, até a pessoa sumir. Em certos lugares, teve gente que me acudiu. Um casal novo, a moça me tratou o braço e o pescoço feridos. Depois em outros lugares... Ninguém escutara nada a respeito dos crimes da Fazenda Atalaia; eu tinha andado muito e as notícias custam a chegar por ali... E muito menos saberiam da minha cabeça a prêmio, oferecido por aquela velha ruim — o que eu também só fui saber hoje. (QUEIROZ, 1992, p. 208).

Constatamos semelhanças entre a história de vida de Antônio Conselheiro e a de Beato Romano. Conselheiro, após descobrir uma traição, abandona o estilo de vida bastante cômodo para prestar serviços humildes como caixeiro viajante. É oportuno lembrar que José Maria passa a vagar pelas estradas após se envolver amorosamente com Dona Bela, esposo de Anacleto. Cabe ressaltar que José Maria, para conseguir abrigo e comida nos locais onde consegue fixar-se temporariamente, oferece seus conhecimentos de escrita, leitura e operação de contas como forma de prestação de serviços. Conselheiro, com o trabalho de caixeiro, consegue viajar por todo o sertão:

Após a descoberta da traição, a vida antes sedentária de Antônio Conselheiro muda bastante de ritmo: ele passou a aceitar serviços de caixeiro viajante, que o levavam a correr todo o sertão. Não é infundada a suspeita de que tais viagens se fizessem na intenção de encontrar a esposa adúltera e se vingar dela e do amante, embora não exista qualquer declaração ou boato a esse respeito. (DOBRORUKA, 1997, p. 55).

O personagem José Maria, de forma não-intencional, adota uma prática medieval ao sair em peregrinação após a tragédia na Fazenda Atalia. Na época medieval, os monges buscavam fazer peregrinação até os montes sagrados como uma forma de refletir sobre suas fraquezas e pedir perdão pelos seus pecados. Deduzimos, portanto, que a peregrinação do Padre José Maria é uma atitude cujo resíduo é medieval:

Para a maioria dos homens medievais, que não se tornavam monges eremitas, a forma privilegiada de luta contra si próprio era peregrinação. Ou seja, ao deixar a segurança de sua casa em busca de um santuário distante, o peregrino sofria todas as dificuldades do caminho, realizando assim o exercício ascético e uma forma de penitência. Noutros termos, importava mais numa peregrinação a rota do que um objetivo: o sofrimento do caminho é que permite depois se receber a sacralidade emanada do corpo santo ou do local visitado. (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 163).

Peregrinando pelas estradas do sertão com muito sofrimento, personagem José Maria finalmente encontra uma fazenda como abrigo para ficar durante um tempo. Nesse local, ele ministrava aulas de alfabetização para as crianças da fazenda. Enfatizamos que esse é um conhecimento necessário para quem deseja ler os escritos da Bíblia cristã. Constatamos que os meninos tinham interesse em aprender os conhecimentos ensinados pelo padre:

A fazenda dos Nogueira foi a primeira morada decente, a primeira ocupação respeitável que alcancei depois da tragédia. Corrido como eu vivia, sem cama nem parapeito, fugindo à menor ameaça, me fazendo de pior do que era, vivendo como criminoso escapado, em qualquer lugar onde parasse, o medo andava atrás de mim. E eu estava tão bem naquela fazenda. Os meninos tinham interesse em aprender — ou pelo menos a ler e a escrever corrido. E fazer contas. (QUEIROZ, 1992, p. 183).

Diferente dos jesuítas de origem europeia, José Maria é o evangelizador da fé cristã originado no meio nordestino. É ele quem dá prosseguimento a propagação da doutrina católica no sertão. Para que as crianças da fazenda pudessem ler os escritos da Bíblia, elas tinham que ser alfabetizadas. Mesmo que José Maria e os jesuítas fossem de origens diferentes, a intenção de catequisar crianças e adultos permaneceu a mesma, isto é, de levar a salvação:

A catequese era o veículo da função salvacionista metropolitana, mas caso se mostrasse insuficiente, os naturais da terra deveriam ser afastados do espaço pecaminoso em que estavam submersos: a colônia era sempre um perigo, e, enclavado nela, o colégio jesuítico aparecia como oásis de salvação. (SOUZA, 1986, p. 77).

Desde a Idade Média era comum que autoridades religiosas, como padres e bispos, ensinassem outras matérias que não eram de cunho religioso. Como podemos observar na passagem anterior, o personagem José Maria também ensinava as crianças a fazer contas. Pelo fato de ser difícil encontrar professores naquela região, José Maria acabava por ser considerado uma pessoa dotada de conhecimento, uma vez que ele dominava o ensino de matérias que não eram da sua área religiosa. Podemos constatar a seguir, que na Idade Média, a relevância era dada à pessoa religiosa que tinha habilidade em repassar seus conhecimentos por meio da palavra:

O bispo deve ao sagrado um outro dom: o dom da sapientia, um olhar capaz de atravessar a cortina das aparências, para atingir as verdades ocultas. Só o bispo detém as chaves da verdade. Privilégio exorbitante, que deforma o dever que ele possui de difundir. De ensinar os que não sabem, de erguer os que caem. Pela palavra. O bispo é senhor da palavra. (DUBY, 1994, p. 27).

Após passar uma estadia na fazenda dos Nogueira, José Maria novamente passa a vagar pelas estradas até chegar no local chamado “as Bruxa”. Esse será mais um dos locais que ele alfabetizará crianças. No entanto, consideraremos esse processo de ensino diferente do anterior, pois na fazenda dos Nogueira havia uma criança que tinha proximidade com a religião

católica desejando ser padre. No novo local, as crianças não tinham proximidade com as doutrinas católicas, resistiam à presença de professores e não queriam frequentar escolas:

Eu me virei pra eles:

— Mas por quê? Que raiva é essa?

— Ela açoitava a gente com a palmatória! Dava bolo. Doía que a gente gritava. E era todo dia, todo dia, porque a gente nunca sabia a lição!

O velho esperou um pouco, depois se virou pra mim:

— Viu? São mesmo uns brutos! Não querem aprender nem um O. E com os pais ainda é pior. Eu — eu pelo menos aprendi a assinar o nome. Já o meu avô, que deu começo a este lugar, meu avô era homem de saber. Não tinha letra que ele não lesse.

Os meninos continuavam resmungando, Seu Franco levantou-se, bateu palmas e enxotou as crianças, como quem enxota cachorro:

— Fora daqui, seu bando de moleque! Vai ter escola, sim. Vou fazer tudo pra pegar esse moço. É só ele querer! (QUEIROZ, 1992, p. 277-278).

Na passagem anterior, podemos perceber que o processo de ensino era o tradicional: baseado na memorização, repetição e no uso da violência da palmatória. Esse método de ensino é arcaico e gerava consequências como o desestímulo em aprender por parte das pessoas e crianças que não tinham oportunidade de frequentar as escolas. Examinando isso de forma crítica, percebemos que a falta de um ensino pensante e reflexivo, no meio das grandes massas populares, favorecia os detentores de poder e dinheiro das grandes fazendas que se favoreciam com isso:

Como poderia, pois, haver alfabetização, instrução, educação popular? Além disso, para que? O interesse do grande proprietário da terra é manter no obscurantismo a população local. Ele quer braços servís e não cabeças que pensem. Ninguém necessita de saber ler e escrever para pegar numa enxada. O Governo do Estado ou do município não dispunha de verbas para gastar com escolas. As verbas iam para o bolso dos potentados locais, seus familiares e apaniguados. (FACÓ, 1976, p. 34).

Durante quase todo o período da Idade Média uma grande massa da população do campo não tinha a oportunidade de acesso às escolas do meio urbano. Esse quadro evidencia uma semelhança com o local “as Bruxa”, uma vez que os residentes moravam afastados da cidade também. O ensino da alfabetização praticado pelos padres nas Igrejas localizadas nas cidades explica o motivo pelo qual a população urbana era predominantemente católica:

Além do que, outro fator contribuiu para reforçar esse caráter urbano da Igreja: a cristianização estava estreitamente ligada à alfabetização, a Igreja tinha necessidade de escolas. Enquanto as escolas públicas continuaram a funcionar, ela não hesitou de servir-se delas, depois cuidou de dotar-se de suas próprias escolas nas igrejas episcopais, sempre em ambiente urbano. (ARNALDI, 2002, p. 570).

Mesmo com muita resistência por parte das crianças do local “as Bruxa”, o personagem Beato Romano consegue erguer a sua escola. Além das crianças não desejarem o ensino, o personagem teve que enfrentar inúmeros obstáculos relacionados à precarização da

estrutura escolar como: materiais escolares e espaço físico. Mesmo assim, ele resiste às dificuldades e consegue erguer a sua escola:

Na segunda-feira, 3 de julho, abriu-se a minha escola nas Bruxa. Naquela bodega do Bom Jesus, onde eu me abastecia, descobri um saldo de velhas cartas de ABC e tabuadas, esquecidas numa prateleira. Cadernos não havia; comprei meia resma de papel, que as mulheres costuraram em cadernos. Livro, nem pensar. Também, com aqueles alunos, não iria eu tão cedo carecer de livro nenhum. Se aprendessem a soletrar, a somar e a diminuir, já me dava por satisfeito. (QUEIROZ, 1992, p. 280).

A precarização da estrutura do espaço dificulta o processo de ensino praticado por José Maria. Ao vivenciar as inúmeras dificuldades, o professor desacreditava até mesmo na capacidade das crianças em aprofundar seus conhecimentos. Infelizmente, esse quadro de desigualdade social favorecia apenas os filhos dos grandes proprietários de terras que tinham condições de pagar um bom professor com métodos de ensino diferentes do tradicional em um espaço físico agradável e confortável. É o que constatamos a seguir:

Mesmo que fundassem escolas — a não ser uma ou duas, na sede do município, para os filhos dos ricos ou dos remediados — os filhos dos pobres não poderiam frequentá-las. Não podiam comprar as coisas mais elementares, como um par de sapatos ou uma roupa, quanto mais livros e material escolar. E quando seus pais tinham trabalho garantido ou um lote de terra para plantar, necessitavam de sua ajuda, desde a mais tenra idade, nos duros labores da terra. (FACÓ, 1976 p. 34).

No início da Idade Média, o conhecimento estava restrito às autoridades eclesiásticas. Isso ocasionava, conseqüentemente, uma enorme quantidade de pessoas sem o acesso ao letramento e à alfabetização. Diante desse quadro social, podemos perceber que durante algum tempo, na Idade Média, também havia uma enorme desigualdade de acesso ao conhecimento e instrução. Vejamos, a seguir, como se configurava a desigualdade social e intelectual naquela época medieval:

De tal modo que o cisma linguístico se resumia, afinal, na oposição de dois grupos humanos. Por um lado, a imensa maioria dos iletrados, confinados, cada um no seu dialecto regional, reduzidos ao conhecimento de alguns poemas profanos, que eram toda a sua bagagem literária e transmitidos quase unicamente por via oral, e às piedosas cantilenas compostas em linguagem vulgar por clérigos cheios de boas intenções, dirigidas às pessoas simples e que, por vezes, eram perpetuadas no pergaminho. Do outro lado, o pequeno punhado de gente instruída, que era bilingue e oscilava constantemente do falar quotidiano e local para a língua erudita e universal. (BLOCH, 1987, p. 99).

É importante destacar que durante o processo de catequese no meio nordestino a aparência física do personagem José Maria muda. A passagem da identidade de Padre para a de Beato envolve a aparência física do personagem. O personagem, diante daquela vida de penúria vagando nas estradas, deixa a barba e o cabelo crescerem para se tornar irreconhecível. Inicialmente, ele deixa os seus cabelos crescerem sem a intenção de assumir a identidade de

Beato. Somente após encontrar a Casa Forte e pedir asilo à Moura, ele intencionalmente associa a sua aparência física a de Beato:

Eu confiava nas mudanças da minha aparência para não ser reconhecido direito: o cabelo crescido quase até aos ombros, o bigode caído nas pontas, emendando com a barba escura, já bem riscada de branco. E a feição curtida de sol, de fadiga, de tristeza, tão diferente do Padre moço, animado, glabro, coroa raspada bem redonda e branca, como uma hóstia pregada no alto da cabeça. E vestido naquela roupa surrada, que não contava mais com Siá Mena para zelar. (QUEIROZ, 1992, p. 311).

Na passagem anterior é notória a imagem de sofrimento do personagem. Podemos verificar isso na descrição de sua aparência física desgastada, no seu abalo emocional e nas suas vestes precárias. Essas características são resíduos dos mendicantes do período da Idade Média. Podemos perceber de forma semelhante à presença desses mesmos resíduos em Antônio Conselheiro que é um dos mais conhecidos profetas do Nordeste brasileiro:

Conforme o cordel acima, à indumentária utilizada por Antônio Conselheiro nos remete residualmente as vestimentas dos peregrinos da Idade Média, utilizando um camisolão, a bíblia e um cajado, Antônio Conselheiro representa assim esses aspectos de peregrinação que atravessaram séculos e que se cristalizaram no imaginário do povo. (RAMOS; NASCIMENTO, 2019, p. 124-125).

A simplicidade é uma tônica frequente no que se refere aos traços físicos dos líderes religiosos do meio popular no Nordeste. A aparência simples e a humilde desses líderes são fatores importantes para se aproximarem do mundo popular com o intuito de propagar o ideal de um estilo de vida sem luxo, humilde e, conseqüentemente, próximo de Deus. A seguir, podemos conferir que as vestes e acessórios cristãos no período medieval foram essenciais para os momentos nos quais os religiosos tinham que usar da sua força espiritual para defender os cristãos dos inimigos de Deus:

O clero não apenas justificava a guerra contra os inimigos terrenos do cristianismo, e às vezes participava diretamente dela, como sobretudo era o encarregado de defender a sociedade contra os inimigos invisíveis. Para tanto, ele usava uma armadura simbólica, a batina, e diferentes armas, como os sacramentos*, os exorcismos*, o crucifixo, a água benta. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 149).

Após passar vários meses vagando pelas estradas secas, José Maria reencontra Maria Moura, mas de uma forma diferente. O primeiro contato entre os dois foi quando Moura ainda era uma sinhazinha do sítio no Limoeiro. Ela foi ao confessionário relatar que mandaria matar seu padrasto pelo fato de ter cometido “o pecado da carne” (QUEIROZ, 1992, p. 7). No entanto, quando soube que aquela sinhazinha tinha se tornado uma grande mulher, o personagem teve as seguintes reflexões sobre a sua situação de penúria atual:

E agora, tantos anos passados, tantos anos. O homem, o tal padraço, morreu mesmo, numa tocaia. E eu nem morri, como pensava. Sofri, penei, fugi. Corri tanto. E agora estou aqui, exausto de tanta fuga, de tanta correria desesperada.

Olhei para mim mesmo, ali, sentado no chão, a roupa de brim pardo, as grossas botas reíunas, o lenço no pescoço. Tudo surrado e encardido. Passei a mão pelo bigode de pontas caídas, pela barba, pelo cabelo que chegava quase aos ombros. (QUEIROZ, 1992, p. 8).

O fenômeno do beatismo é uma marca da história do Nordeste brasileiro. Analisando a história desse fenômeno, verificamos em nossos estudos que os Beatos são pessoas simples e humildes do meio popular fundamentais para propagar a fé cristã. Na crônica histórica a seguir, constatamos registros que evidenciam semelhanças físicas e diferenças emocionais entre Beato Romano, que tem uma personalidade introspectiva, e Beato Vicente de humor animado:

O Beato Vicente é homem calado, e, se bem que de humor alegre, deixando sempre escapar, expremido por entre os dentes amarelos, um sorriso incolor, não fala no passado.

Vive do salário do seu trabalho diário; come quando tem: não tem também não pede a ninguém.

Na sua humilde é nobre sem ser egoísta, e tem bastante amor próprio sem ser, entretanto, orgulhoso. (OLIVEIRA, 1920, p. 50).

A humildade dos Beatos, padres e religiosos populares do meio popular é um resíduo de origem medieval de um grupo de eclesiásticos que criticava o enriquecimento por meio da fé cristã. Esse grupo procurava se aproximar dos escritos bíblicos nos quais condenavam o estilo de vida pautado no luxo, dinheiro e na cobiça por bens materiais. Esse modo de viver era também uma forma de fazer a seguinte crítica:

Todas essas correntes baseavam-se na pobreza e na penitência, forma de criticar o enriquecimento e a institucionalização da Igreja. Mas aquelas que não desejavam afastar-se da ortodoxia com o tempo viam-se influenciadas pelo mesmo enriquecimento e institucionalização. Deturpados os propósitos iniciais de Cister, eles foram recuperados e levados adiante por um burguês que, por estar colocado no centro da nova economia comercial, sentia seus efeitos sobre a vida espiritual do cristão. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 79).

Além da aparência física, o significado da identidade que um Beato passa para a sociedade são importantes. Adquirir essa nova identidade instigou o personagem a ter muitas reflexões que mostram a diferença que ele passa a ter no meio social. Ele troca a posição de padre para ser a de um religioso simples do meio popular. Após Moura dar coito ao padre, Zé Maria assume verdadeiramente identidade de Beato e vive tranquilamente pelos arredores da Casa Forte. Vejamos, a seguir, as reflexões do personagem:

Ai, o homem descobre os seus caminhos de maneira misteriosa. Terá sido a minha vinda para cá uma graça direta de Deus? A verdade é que, para mim, que antes não encontrei paz nem perdão, vivo hoje numa ilha de paz, depois que assumi a identidade

do Beato. Que é a contrafação do sacerdócio, a sua imagem deformada pela ignorância dos simples; e isso é que é incrível: sendo eu hoje um rústico arremedo de Padre, os meus — digamos os meus 'fiéis' — me têm muito mais respeito do que tinham os outros, quando eu agia de acordo com o múnus, cumpria conscienciosamente os meus votos sacerdotais, me esforçando por ser um pregador fiel da Boa Nova do Senhor... (QUEIROZ, 1992, p. 423).

No discurso do personagem Beato Romano encontramos resíduos de origem portuguesa do fim da Idade Média. A ideia do profetismo da "volta da Boa Nova do senhor" estava associada ao sumiço do Rei D. Sebastião quando aconteceu a batalha de Alcácer-Quibir. A crença popular era a de que o rei iria voltar para retomar o governo de Portugal. Nesse intervalo de tempo em que Portugal ficou sem rei, o Brasil ficou sob o comando da Espanha que também governava a sociedade portuguesa. Esse discurso teve impacto aqui por meio da vinculação da crença na volta do rei com o discurso profético de Antônio Conselheiro:

A vinculação mais óbvia que se encontrou para ligar a figura e o discurso profético de Antônio Conselheiro foi através do sebastianismo, que de fato se encontrava e se encontra bastante difundido no folclore brasileiro. Esse sistema profético de origem portuguesa consiste, essencialmente, na crença no regresso do Rei D. Sebastião (monarca português desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir contra os árabes, em 1578). Existem muitas variantes acerca da forma que poderia adquirir esse retorno, mas de modo geral ele consiste numa espera escatológica que cessará com o retorno de D. Sebastião e o anúncio do fim dos tempos: crença assemelhada, portanto, àquela do retorno de outros heróis nacionais ou míticos como Frederico Barbarossa, Atila ou o Rei Artur. (DOBRORUKA, 1997, p. 58-59).

Na passagem anterior, percebemos que o Beato se preocupava em cumprir a sua função como um líder religioso que anuncia a “Boa Nova do Senhor” aos cabras de Maria Moura. A ideia desse pensamento era a de que o Senhor Jesus Cristo estaria prestes a voltar a qualquer momento e, por isso, todos deviam seguir os ensinamentos dele por meio dos escritos da Bíblia. A fé é um elemento muito necessário nesse processo. Além disso, ela foi um fator primordial que marcou o homem da Idade Média:

A Idade Média é com freqüência descrita como o tempo da fé. Os estereótipos mais difundidos evocam essa extrema força de convicção que construiu as catedrais, lançou os homens nos caminhos incertos da Terra Santa e acendeu as fogueiras da perseguição. Tal imagem procede essencialmente dos debates do século XIX, quando o refluxo das revoluções de 1848 quebrou, entre os historiadores, todo consenso sobre a interpretação da época medieval e opôs a nostalgia da união entre as monarquias e a Igreja a um progressismo inclinado a atacar o "fanatismo". (BOUREAU, 2002, p. 411).

Ao chegar à Casa Forte, Beato Romano passa a exercer algumas funções de quando era Padre. Essa era uma forma de prestar serviços à Maria Moura em troca de abrigo e proteção para não ficar vagando pelas estradas secas. A principal função do Beato é a de catequisar os jagunços que prestavam serviços militares à Moura. A seguir, a protagonista cita alguns dos

momentos do Beato com os seus homens e, além disso, menciona o fato de ele não abandonar alguns dos costumes que tinha como padre:

Por Deus que o Padre, mais depressa do que se podia esperar, se acomodou conosco, se acostumou à vida na Casa Forte. Gosta de se reunir com os homens. Fica conversando com eles, às noites, sentados ao sereno, no meio do terreiro, se tiver lua, conta pra eles a vida dos santos, a história Sagrada, as passagens de Nosso Senhor quando andou pelo mundo. Ensina alguma reza de mais virtude. Na verdade, minha impressão é que ele não deixou propriamente de ser Padre. Já o peguei rezando em latim, ajudando a morrer um homem baleado, que os companheiros tinham trazido numa rede. (QUEIROZ, 1992, p. 323-324).

Por meio da passagem anterior, percebemos que o personagem executa funções que exigem conhecimentos da formação de um Padre, como ministrar as missas em latim. Dessa forma, o Beato mantém seus conhecimentos da época do seminário assumindo uma nova identidade. Manter a bagagem de conhecimentos sob a nova identidade de Beato foi fundamental para facilitar o ensino dos dogmas das doutrinas cristãs no meio popular:

O cristianismo vivido pelo povo caracterizava-se por um profundo desconhecimento dos dogmas, pela participação na liturgia sem a compreensão do sentido dos sacramentos e da própria missa. Afeito ao universo mágico, o homem distinguia mal o natural do sobrenatural, o visível do invisível, a parte do todo, a imagem da coisa figurada. Na maior parte das vezes, a organização catequética tridentina não conseguiria senão a aprendizagem por memorização de poucos rudimentos religiosos, dos quais nem sempre se entendia o significado pleno e que, passados alguns anos, eram esquecidos. (SOUZA, 1986, p. 90-91).

José Maria, ao assumir a identidade rústica de Beato, se assemelha aos pregadores franciscanos que dedicavam as suas vidas a pregar a palavra de Deus de modo simples, ajudando os mais necessitados que passavam fome e miséria. Beato Romano, nos arredores da Casa Forte, ajudava espiritualmente aqueles que passavam miséria e encontravam uma forma de sobrevivência no mundo perigoso da jagunçagem. Podemos conferir sobre o papel dos franciscanos a seguir:

Os *inquisitores hereticarum pravitatis* ("inquisidores do vício da heresia") eram normalmente recrutados entre os dominicanos, depois, numa segunda fase, entre os franciscanos. Essas duas Ordens Mendicantes nasceram nos primeiros decênios do século XIII, fora da tradição monástica, consagrando-se à pregação itinerante (como os heréticos) e, no caso dos franciscanos - pelo menos enquanto permaneceram fiéis ao exemplo de São Francisco - praticando a vida vere apostólica e respeitando os votos de pobreza à maneira da Igreja primitiva. Estando a serviço do papado, que durante o século XIII acumulou-os de privilégios porque rapidamente compreendeu todas as vantagens que poderia tirar para sua política centralizadora, esses religiosos de um novo gênero com frequência entraram em conflito com o clero secular. (ARNALDI, 2002, p. 582).

As doutrinas católicas ensinadas pelo Beato Romano estavam pautadas nos mandamentos bíblicos. O fenômeno do fanatismo religioso acontecia quando o líder religioso

formava um grupo de seguidores que acreditavam na pregação da palavra de Deus pelo líder. Os novos convertidos passavam a seguir Beatos como penitentes, de modo submisso e cumprindo tudo como uma forma de serem perdoados pelos seus pecados. A seguir, temos uma passagem na qual o Beato ensina as doutrinas e Moura fica receosa em perder seus jagunços:

Eu quis aliviar o assunto e disse, meio brincando, meio séria:

— Bem, eu não sou contra o senhor ensinar catecismo aos rapazes, mas não vá longe demais. Se a minha cabroeira se converter, virar tudo penitente e sair atrás do Beato, tocando matraca — que é que eu faço?

Ele não achou graça. Era um homem que não achava graça em coisa nenhuma:

— Eu só ensino um catecismo muito simples. E os dez mandamentos.

— Sabe, Beato, falando em mandamentos — na escola também me ensinaram. A gente aqui, nesta vida, não tem como cumprir tudo. Pode ser que, na rua, com Padre, delegado, juiz, advogado, possa vogar a lei dos mandamentos. Mas aqui? O senhor mesmo é prova; matou para não morrer e anda caçado como se fosse um animal feroz. E matar um demônio ruim como o Anacleto, ou um inseto como o meu primo Tonho, isso poderá ser o pecado de que fala o mandamento?

— O mandamento só diz “Não matarás”.

— Mas é justo? É certo? E quando eles querem matar a gente?

O Padre ficou calado. E eu continuei:

— Pra mim, a lei que vale é a do “Ou ele ou eu”. (QUEIROZ, 1992, p. 369).

No período colonial, padres e jesuítas propagavam as histórias da Bíblia com o intuito de mostrar aos indígenas que havia forças maléficas e benéficas. Beato Romano tinha a preocupação de cristianizar os jagunços de modo que eles soubessem distinguir as condutas boas e más. Dessa forma, é por meio da evangelização dos escritos da Bíblia que se combatia o paganismo no Nordeste brasileiro. Vejamos, portanto, as estratégias utilizadas para se combater o paganismo que se aperfeiçoaram ao longo da Idade Média chegando às terras brasileiras no período colonial:

As estratégias de luta contra o paganismo e a idolatria (demonização, destruição, substituição) são mais milenares, enquanto as técnicas de aculturação mais eficazes se aperfeiçoaram ao longo da Idade Média (culto dos santos e das imagens, modelos de pregação e de confissão, mnemotécnica destinada à catequese), do mesmo modo que o cuidado em emboscar as “superstições”, logo assimiladas à feitiçaria e ao pacto com o diabo, no Antigo ou no Novo Mundo. (BASCHET, 2006, p. 286).

A Bíblia era um documento escrito e espiritualmente sagrado para o cristão medieval. O cristão-católico acreditava que se ele seguisse os escritos da Bíblia, ele estaria seguindo as leis e mandamentos de Deus. Dessa forma, o cristão acreditava que teria uma vida sagrada, livre do pecado do mal e seria salvo. A seguir, podemos conferir como os escritos da Bíblia eram importantes na era medieval:

Com o passar do tempo, a compilação da Bíblia tornou-se uma referência fundamental no Ocidente, ultrapassando seu primitivo papel de testemunho autêntico. A Torá, que representava a norma jurídica do antigo Israel e a principal herança do judeu-cristianismo, não tinha a menor chance de intervir no direito romano; ao contrário, a

compilação das Escrituras cristãs (Antigo e Novo Testamento) conquistou alguns espaços nos códigos do Império. (LOBRICHON, 2002, p. 109).

A passagem a seguir confirma que o Padre José Maria, ao se transformar no Beato Romano, não perde a sua essência de padre. Da mesma forma que ele ensinou as crianças do local “as Bruxa” a lerem, ele alfabetizou os jagunços de Moura também. Assumindo uma identidade rústica, ele propaga seus conhecimentos adquiridos na formação de padre, pois sabe que os jagunços precisam aprender a ler para conhecer e pensar sobre a palavra de Deus. Infelizmente, na voz dos personagens, a falta de instrução é associada à rudeza e brutalidade:

O Beato se pôs de pé, apontou com a vara para o chão: num pedaço de terra que eles tinham alisado, dava para se ver umas letras riscadas. Beato Romano se aproximou:

— Estou tentando ensinar a ler a estes rapazes.

Maninho e Alípio, que eram do grupo, se levantaram junto com os outros e falaram meio encabulados:

— A gente é muito rudo, tem cabeça dura...

Eu me dirigi ao Beato:

— Por que vêm se esconder a esta distância, pelos matos? Em casa tem muito quarto que pode servir de escola. (QUEIROZ, 1992, p. 368).

A atitude do Beato Romano ao ensinar os jagunços a lerem demonstra que ele proporciona o contato direto do homem com a interpretação das histórias e mandamentos bíblicos. Dessa forma, ele acabava por proporcionar a emancipação crítica e reflexiva deles. Em nossos estudos, constatamos que isso também aconteceu com Padre Mestre Ibiapina⁷. Esse Padre rompe o monopólio de interpretação do evangelho exclusivo da Igreja e passa a ensinar os evangelhos ao seu grupo de seguidores:

Demonstrando a indissociabilidade entre fé e prática, Ibiapina quebra o monopólio de interpretação teológica dos evangelhos por parte da alta hierarquia da Igreja e estabelece a vivência radical dos ensinamentos do evangelho como a vida Santa a ser alcançada pelos homens. Embora muitos sacerdotes engrossem as multidões que acompanham suas prédicas, Ibiapina não confia no corpo sacerdotal “engolfado com os gozos do mundo” e cria sua própria ordem de pregadores – os beatos, em sua maioria homens e mulheres das famílias mais pobres, analfabetos, ex-escravos e mulatos, que ele educa no trabalho, nas letras, na fé, na caridade e na humildade. (BARROS, 2019, p. 111-112).

Durante um intervalo de tempo, na Idade Média, os escritos eram raros e de difícil acesso. Os textos religiosos ficavam restritos aos padres, bispos, jesuítas e todas as outras autoridades eclesiásticas que tinham formação religiosa dentro da Igreja Católica. Em nossos estudos, constatamos que no ensino da história no período medieval, por exemplo, acontecia por meio da leitura na fonte dos escritos antigos:

⁷ Como informa Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (Ver BARROS, 2019), José Antônio Pereira de Ibiapina foi um Padre, também formado no curso da Faculdade de Direito do Recife, que ficou conhecido por suas obras de caridades realizadas aos mais necessitados no Nordeste brasileiro.

Muitas influências se conjugavam, na sociedade feudal, para inspirarem o gosto pelo passado. A religião, como livros sagrados, tinha livros de história; as suas festas comemoravam acontecimentos; sob as suas formas mais populares, alimentava -se de contos tecidos sobre santos muito antigos; finalmente, ao afirmar que a humanidade estava perto do seu fim, afastava a ilusão que arrasta as idades cheias de esperanças a interessarem-se apenas pelo seu presente ou pelo seu futuro. O direito canônico fundamentava-se em velhos textos; o direito laico, nos precedentes. As horas livres do claustro ou do castelo permitiam as longas narrações. Em verdade, a história não era ensinada nas escolas *ex professo*, mas por intermédio de leituras, em princípio, orientadas para outras finalidades: escritos religiosos, onde se procurava uma instrução teológica ou moral; obras da Antiguidade clássica, destinadas, acima de tudo, a fornecerem modelos de hem falar. (BLOCH, 1987, p. 111).

Lembramos que na nova identidade de Beato, Zé Maria cumpria a mesma função de quando era Padre: catequisava, rezava missas, batizava recém-nascidos e dava a extrema unção a todos que estavam prestes a morrer. Diante disso, o personagem Beato Romano cumpre a função de aproximar a fé cristã-católica dos personagens de origem popular, uma vez que os moradores dos arredores da Casa Forte são os jagunços de Moura e seus familiares:

Eu tive a idéia de chamar para a nossa ceia o Beato Romano, embora ele se fizesse cada vez mais arisco; parece que tinha encarnado mesmo no beato, cumprindo ao pé da letra a sua proposta de ser apenas o beato dos meus cabras. Rezava, ensinava a doutrina, ajudava doente a morrer. Não podia, e talvez nem devesse, lembrar o tempo em que tinha sido padre. Raras vezes, nas noites em que não havia ninguém de fora em casa, ele aparecia no alpendre, aceitava um chá de cidreira, me contava como andavam as coisas com os homens. Já vinha ficando com a barba toda malhada de branco, sempre magro e, agora, um pouco curvo. (QUEIROZ, 1992, p. 379).

Apesar de o personagem José Maria assumir a identidade rústica de Beato, ele possuía ainda os conhecimentos e leituras de quando era padre. Mesmo possuindo instrução, Zé Maria deixa voluntariamente no seu passado a identidade de Padre e assume a de Beato, mas leva consigo todo o conhecimento e todas as habilidades práticas que os rituais católicos exigem. A seguir, podemos perceber que é na ausência de padres, que surgem os Beatos no meio Nordesteño:

Desse modo, mesmo na ausência dos padres, o ritual é sempre cumprido, embora por oficiantes não consagrados que assumem a função “sacristão” como nas “excelências” (“incelências”) e “benditos”. Dentre as acomodações, a volta o sucesso de beatos, penitentes, santos, líderes religiosos leigos, tidos como representantes de Deus, que operam verdadeiras revivescências ético-religiosas no meio rústico. (VASSALLO, 1993, p. 62).

Além de agir como um monge medieval que sai em peregrinação em busca de penitência pelos seus pecados, Beato Romano se insere como mais um integrante da Casa Forte e abandona os dias de isolamento e sofrimento pelas estradas secas. O contato do Beato com os moradores da Casa, por meio da prática da evangelização, lhe proporciona a volta do convívio social. Ressaltamos que essa é mais uma atitude medieval:

O ofício dos monges não é trabalhar para aperfeiçoar as estruturas da sociedade carnal. Ocupando-se demasiado com isso, arriscar-se-iam a romper o voto de isolamento e a voltarem de novo para os esplendores que os fascinam e cuja imagem se esforçam por construir ao abrigo do claustro e a deixarem-se levar pelo movimento, a turbulência a que haviam decidido fugir. A única mudança que conta a seus olhos é à conversão, a passagem, uma ruptura; e a única missão que sentem dever assumir, para com os outros homens, é ajudá-los a franquear a porta, para se reunirem aos bons, durante a vida ou na morte. (DUBY, 1994, p. 203).

Uma das funções mais importantes assumidas pelo Beato Romano é a de catequizar os jagunços da narrativa. É nesse momento em que os homens de Moura entram em contato com o imaginário católico-medieval ensinado pelo Beato por meio das histórias da Bíblia que envolvem heróis, sacrifícios, vida dos santos, milagres e forças maniqueístas.

A seguir, temos o momento da narrativa que ilustra quais são as histórias da Bíblia contadas pelo Padre:

— Pensei que o senhor fosse ensinar a eles era o catecismo...

Alípio se meteu:

— Ele conta pra gente a História Sagrada de Nosso Senhor Jesus Cristo — e como Deus criou o mundo, e como o Caim matou o Abel, e o Rei Davi matou o gigante Golias...

Um dos outros, um tal de Manduquinha, recruta novo, interrompeu:

— O que eu gosto mais é da história da cobra e da Eva.

Eu me lembrei de um assunto e disse ao Padre:

— Beato Romano, por favor feche a escola por hoje, que eu preciso conversar com o senhor. (QUEIROZ, 1992, p. 368).

Vimos, anteriormente, que os jesuítas pregavam a fé católica-medieval com a intuição de salvar as almas da condenação eterna. Os jagunços, por viverem numa vida de conflitos, brigas e mortes também estavam em um caminho oposto aos princípios das doutrinas católicas. Vejamos, a seguir, quais eram as intenções da catequese ao propagar as suas “medidas normalizadoras”:

A catequese e as medidas “normalizadoras” das autoridades coloniais e dos dignitários da Igreja, a ação do Santo Ofício somaram esforços no sentido de homogeneizar a humanidade inviável, animalesca, demoníaca do Brasil colonial. Cumpria “corrigir o corpo do Brasil”, afastar as populações o demônio e aproximá-las de Cristo, amansando-as. (SOUZA, 1986, p. 71).

Por meio da voz narrativa de Maria Moura, podemos perceber que se instalou uma "escola" nos arredores da Casa Forte. Nesse “colégio”, o Beato Romano fazia a pregação dos ensinamentos católicos. Em nossos estudos, constatamos que na Idade Média, de forma semelhante à pregação do Beato, o bispo era a pessoa responsável por difundir o imaginário maniqueísta constituído por forças maléficas e benéficas no processo de ensino aos alunos:

Porque a sua posição é mediana, intermediária, o bispo deve especialmente cooperar na restauração da harmonia entre os dois mundos, esse acordo necessário que o Diabo,

sem cessar, se esforça por destruir. Auxiliado pelo clero que ordenou e ensina, o bispo deve constantemente mandar, separar o trigo do joio, repelir as trevas Esclarecendo o povo, admoestando-o; e para isso dirigindo-se, antes de tudo, directamente a essa personagem que lhe está associada, que é também prelatos, designada por Deus, pelas suas virtudes de sangue, colocada por Deus à frente dos outros para os guiar. (DUBY, 1994, p. 28).

Nessa subsecção, analisamos a propagação das crenças religiosas de cunho católico-medieval, em forma de resíduos, no meio popular. Verificamos o início desse processo, na segunda seção, com a chegada de jesuítas na Serra dos Padres e formação de José Maria como padre por meio do processo de endoculturação. Nesse processo, José Maria passa a propagar seus conhecimentos aos personagens de origem popular. Durante o processo de catequese no meio popular, verificamos a mudança de identidade que José Maria sofre de Padre José Maria a Beato Romano.

4.2 A luta entre Deus e o Diabo no imaginário medieval dos personagens da narrativa

Nesta subsecção analisamos resíduos do imaginário católico-medieval dos personagens de *Memorial de Maria Moura*. O imaginário aqui examinado é composto por símbolos representantes de Deus e do Diabo. No polo divino estão presentes todos os símbolos associados a Deus e a Jesus Cristo. Já no polo diabólico temos símbolos associados ao Diabo. Para iniciar a nossa análise, temos que compreender a definição de imaginário: “Somemos a estes mais um conceito, *imaginário*, conjunto de imagens que a sociedade faz de si mesma através de produções culturais, pelas quais podemos distinguir as épocas entre si.” (PONTES, 2020, p. 38).

O personagem Beato Romano, visivelmente, tinha preocupação com o fim das almas de Moura e de seus cabras. Essa preocupação existia por causa do estilo de vida bastante perigoso. Eles realizavam assaltos, feriam inimigos e capturavam seus opositores. Na passagem a seguir, o Beato demonstra insegurança em Moura ter a capacidade de ter fé em Deus e em discernir o Bem do Mal:

Até Maria Moura me tem respeito; ela, que não me respeitou quando mocinha e tentou me fazer cúmplice do seu premeditado crime. Foi um processo singular que se operou na cabeça dela; pois me parece que ela hoje ‘me perdoa’ por ter sido padre (que ela, naquele tempo, tentou manipular sem escrúpulo) por amor do Beato Romano. Hoje ela me aceita, às vezes relutante, como um homem de Deus. Embora eu nunca tenha descoberto a noção que ela tem de Deus — se é que ela tem alguma noção quanto a isso. Pior ainda: ignoro se alguma vez ela pensa em Deus, no bem e no mal, em inocência e pecado. (QUEIROZ, 1992, p. 424).

Com base na passagem anterior, constatamos a preocupação do Beato Romano com as crenças de Maria Moura. Podemos estender essa preocupação com os jagunços da protagonista, uma vez que o personagem busca catequisar os homens pois eles executam as ordens dela praticando ações maléficas. Beato Romano é, portanto, o personagem responsável por apresentar elementos do plano maléfico aos jagunços por meio dos ensinamentos da catequese. Temos, a seguir, um exemplo semelhante ao processo que aconteceu com os homens de Moura:

Num mundo não-racionalizado, tudo podia ser explicado pela ação de forças sobrenaturais: ou Deus, ou o Diabo. Nenhuma delas parecia anormal, e a mentalidade popular aproximava uma da outra.²³⁷ Conforme o cristianismo ia triunfando sobre as reminiscências pagãs e sobre a religião folclorizada, os diabos da teologia cristã perdiam a função de "forças operadoras da magia", tornando-se sobretudo tentadores e inimigos de Deus, "aqueles que procuram seduzir as almas para arrancá-las de Deus e arrastá-las para o inferno".²³⁸ (SOUZA, 1986, p. 137-138).

Na passagem anterior do *Memorial*, podemos perceber que o imaginário do Beato Romano é formado pela polarização entre forças do Bem e do Mal representadas pelas ideias opostas de "inocência e pecado" (QUEIROZ, 1992, p. 424). Isso se deve à incorporação das doutrinas católicas que deixavam o homem medieval e os posteriores pregadores da fé cristã em conflitos existenciais divididos entre as forças ligadas a Deus e ao Diabo. A seguir, temos o panorama no que se refere à configuração do imaginário católico-medieval, semelhante ao imaginário do Beato Romano:

Contudo, mesmo que se tenda a interpretar o universo como teatro de uma luta entre Deus e Satã, não se pode fazer do cristianismo medieval uma variante das religiões dualistas. Ao contrário, confrontado com as doutrinas de Mani e depois às do catarismo, o cristianismo sempre se esforçou por se distinguir do dualismo (que se pode definir por duas idéias essenciais: o princípio do mal não foi criado por Deus e é totalmente independente dele; o mundo material não foi criado por Deus, mas pelo princípio do mal). A doutrina cristã sustenta, ao contrário, que Deus é fonte e senhor de todas as coisas, enquanto Satã é uma criatura, um anjo decaído, submetido a Deus e que não pode agir sem sua permissão. No entanto, uma forte tendência centrífuga - uma tentação politeísta? - trabalha os estratos mais profundos do cristianismo medieval. As incessantes advertências da doutrina não impediram o desenvolvimento de uma faceta, sem dúvida vivida de forma muito sensível, que dá ao Diabo um vasto campo de autonomia. (BASCHET, 2002, p. 319-320).

No plano benéfico, temos a presença de anjos associados ao desaparecimento repentino de Maria Moura no incêndio do sítio do Limoeiro, quando a personagem estava em perigo de morte. Constatamos a presença do Anjo Gabriel e de suas trombetas no imaginário do personagem Duarte associando o sumiço repentino da protagonista a um acontecimento divino que está relacionado à salvação a vida dela do incêndio no sítio do Limoeiro:

Duarte estranhou a palavra:

— Retirou-se, Sinhazinha? Vocemecê saiu numa nuvem de faísca e fumaça, dizem eles que só faltava as trombetas do Anjo Gabriel!

— Está bem, até aí eu sei. Mas quero que me diga o que é que eles fizeram depois que eu me sumi de lá.

— No começo eles ficaram apavorados. O Irineu até dava uns ataques, dizendo que a prima devia de estar morta no meio do incêndio, que tinha de se procurar bem, ainda ia se achar os seus ossos queimados.

— Vá-se o agouro pra lá! (QUEIROZ, 1992, p. 302).

Na passagem anterior do *Memorial* constatamos a comparação entre um ser divino-celestial, do plano benéfico, com Maria Moura que é de origem terrena. Essa comparação acaba por associar a protagonista também ao plano divino cujas características são de pessoas consideradas boas. Quando algo de bom e inesperado acontece, os religiosos associam a uma benção enviada por um santo ou anjo que possui uma força semelhante para fazer determinada ação. É o que aconteceu com o surgimento de Moura comparado ao poder espiritual do Anjo Gabriel de ser o anunciador de Deus:

Nem era entre eles a religião o mesmo duro e rígido sistema que entre os povos do Norte reformado e da própria Castela dramaticamente católica, mas uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagas: os santos e os anjos só faltando tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo; os bois entrando pelas igrejas para ser benzidos pelos padres. (FREYRE, 2003, p. 84).

É essencial para a nossa análise examinar a função do Anjo Gabriel no contexto do incêndio do sítio de Moura. Em nossos estudos, constatamos que os anjos são seres divinos, enviados por Deus, para ajudar e enviar mensagens aos mais necessitados. Moura surgiu em meio ao fogo com vida parecendo, de forma simbólica, que estava ressuscitando e sendo anunciada pelas trombetas do Anjo Gabriel como um Deus. Em nossos estudos, constatamos que é comum, no cristianismo, ver Deus em forma de seres humanos, assim como Duarte viu Moura como um ser espiritual superior:

Essas imagens acostumam os fiéis a ver Deus sob a forma humana. Isso decorre com toda a naturalidade do dogma da Encarnação, central no cristianismo: Deus fez o homem, viveu entre nós.

Mas é preciso entender bem que a imagem, aqui, precede frequentemente a reflexão teórica. A piedade se exprime primeiro pela imagem, depois pelo discurso. (LE GOFF, 2008, p. 70).

Além da associação de anjos como seres mensageiros, temos a presença desse elemento no imaginário dos personagens como seres protetores.

O poder de proteção aparece no imaginário de Beato Romano quando sabe que Maria Moura se tornou uma mulher respeitada nas redondezas da Serra dos Padres. O

personagem relata que está sofrendo muito e que só está conseguindo sobreviver até o presente momento da narrativa pelo fato de ter um anjo da guarda lhe protegendo:

Havia contudo um vínculo entre nós dois — eu e ela. Havia um segredo, segredo que eu não poderia descobrir nunca, porque era segredo de confissão. Resolvi procurar Maria Moura. Tinha como pista esse nome e o nome da Serra dos Padres; muita gente poderia me dizer como chegar até lá. Ah, se alguém neste mundo estava carecido de asilo, esse alguém era eu. Não sei que anjo da guarda vinha me protegendo, pois que, ao fim do terceiro dia, ainda não tinha aparecido ninguém atrás de mim. (QUEIROZ, 1992, p. 319).

Os anjos são seres celestiais, divinos e próximos de Deus em diversos aspectos. Assim como Deus, eles possuem poderes milagrosos e podem assumir a forma física do ser humano. No entanto, os anjos se destacaram no imaginário popular como seres dotados da capacidade de proteger pessoas em momentos difíceis. Ancoramo-nos na seguinte passagem que constata a presença do Anjo Custódio no imaginário dos colonos brasileiros como mais um anjo associado à proteção:

Tão logo foram iniciadas as obras para a fundação de Salvador, Nóbrega tomou a iniciativa de construir a igreja de Nossa Senhora da Ajuda e sem demora tratou de reproduzir na colônia o calendário religioso português. Em junho de 1549 organizou a procissão do Corpo de Deus, principal festa da Igreja lusa desde a Idade Média. O cortejo, com “danças e invenções à maneira de Portugal”, percorreu ruas enfeitadas ao som de salvas da artilharia e introduziu na vida religiosa colonial uma tradição que seria realizada em outras cidades da América portuguesa, a cada oitava de Pentecostes, com o financiamento das câmaras municipais. No mês seguinte, os colonos participaram da procissão do Anjo Custódio (ou Anjo da Guarda), instituída em Portugal, em 1516, em resposta à solicitação feita por D. Manoel ao papa. (SANTOS; VAINFAS, 2017, p. 376-377).

Os “anjos da guarda” são associados, popularmente, à ideia de proteção, por isso verificamos a presença dessa expressão em momentos que indicam perigos na narrativa. Na passagem anterior do *Memorial*, Beato Romano não sabe explicar como conseguiu escapar dos momentos perigosos que estava vivendo nas estradas do sertão. Isso acontece porque no imaginário medieval coletivo ficou associado historicamente à ideia de que os anjos são seres ligados aos fenômenos celestiais, sem explicações concretas:

O anjo não é somente um modelo celeste, mas um companheiro e um iniciador. Vinda da tradição do deserto, essa concepção é valorizada na literatura hagiográfica, em particular de tradição anglo-irlandesa. O anjo é, ao mesmo tempo, um ideal espiritual e o agente de desvelamento dos mistérios celestes, portanto da aquisição de um conhecimento iluminante. A manifestação angélica é uma descida do Céu à terra que santifica o homem, o tempo e o espaço. A visita e a visão dos anjos aparece como signo da santidade do monge e de sua semelhança com os habitantes do Céu. (FAURE, 2002, p. 73).

Além dos anjos como seres espirituais de cunho protetor, também temos a associação dessa ideia à Nossa Senhora, que é no catolicismo, considerada como mãe protetora

de Jesus Cristo. Além de Maria, Deus também tem está associado à ideia de proteção. Ambos estão presentes no imaginário dos personagens mencionados de forma direta ou indiretamente pelos seus símbolos representantes. A seguir, podemos constatar que eles são mencionados de forma direta à ideia de proteção, assim como os anjos também são:

Estes meus caboclos já trabalhavam pra minha mãe, e os primos tinham raiva deles também. Arranjamos uns cavalos e chegamos até aqui. Andamos muito, léguas e léguas, nem sei quantas. Estamos com mais de mês de correria por essas matas além. Passamos por muito perigo — ladrão, bicho bravo — mas Deus e Nossa Senhora nos protegeram. (QUEIROZ, 1992, p. 116).

Por um lado, temos a presença de Nossa Senhora no imaginário popular como a Virgem Maria, mãe acolhedora, intercessora e protetora dos seus filhos. Maria é aclamada por seus fiéis em momentos difíceis pelo fato de as características anteriores estarem associadas a ela no imaginário popular. No período colonial, constatamos o pedido de misericórdia, por deportados, a Deus e à Nossa Senhora com as seguintes expressões:

O péssimo estado dos galés, o infortúnio dos deportados, encontramos-os nas petições de misericórdia que todos mandavam para o inquisidor em meio ao cumprimento das penas, ou até antes. Redigindo-as de próprio punho, quem sabe escritas por amigos e companheiros de desdita, reiteravam suas culpas e seus arrependimentos, narravam suas misérias e imploravam ao Santo Ofício o perdão e a comutação das penas “pelas chagas e paixão de Cristo”, “por Deus todo-poderoso”, “pelas lágrimas de Nossa Senhora” etc. (VAINFAS, 2011, p. 1495-1496).

Temos também a presença de Deus como um ser grandioso no plano espiritual sendo onipotente e onipresente. A ideia de proteção também está associada a Ele. No catolicismo, os poderes de Deus estão quase sempre associados a Jesus Cristo e à Virgem Maria. Eles dois possuem a capacidade de dialogar, interceder e pedir diretamente ao Ser Superior. Se voltarmos para a Idade Média, podemos perceber que a associação de Deus às qualidades espirituais poderosas é bastante longa. A Virgem Maria, por exemplo, chega a ser considerada como parte da trindade santa:

Além disso, a crescente insistência na humanidade do Cristo implicou na promoção da Virgem Maria em relação aos outros santos. Em algumas imagens, a Virgem Coroada aparece como uma quarta pessoa da Trindade, disponível para ser, como se preferir, a esposa mística, a mãe carnal ou a filha espiritual do Cristo, ou tudo ao mesmo tempo. Todas essas relações, expressas por textos e imagens, não são delírios gratuitos da imaginação religiosa. A escolha de uma relação ao invés de outra é sempre uma questão de estratégia individual ou coletiva. (SCHMITT, 2002-a, p. 316).

Após passar algum tempo fazendo morada em diversos locais e andando pelas estradas, Zé Maria sente saudade do local onde morava antes da tragédia na fazenda Atalaia. O personagem elabora um plano para visitar a Fazenda e rever a personagem Iria que acobertava

o amor dele com Dona Bela. Iria, quando viu Zé Maria, não acreditou no que estava vendo, a presença dele na sua frente parecia um milagre de Nossa Senhora das Dores:

Ela aí reconheceu a voz. Vi que estremeceu, abriu a boca, fechou, virou-se para o moleque:

— Que é que você está inzonando por aí? Vai varrer o terreiro, preguiçoso!

O moleque, curioso, querendo espiar o estranho, saiu de mau modo. Iria esperou que ele sumisse do lado do oitão, levou a mão à boca, gemeu:

— Minha Nossa Senhora das Dores! Será mesmo vocemecê, Sinhô Padre? E eu olhava para ela, sorrindo:

— Pensei que você não ia me reconhecer nunca. Por causa da barba.

— É que vocemecê está muito demudado. Mas a voz não mudou. Olhe, vá entrando. O Sinhozim não está em casa, ele mora aqui sozinho, diz que vai casar para o ano. (QUEIROZ, 1992, p. 313).

Na passagem anterior, consideraremos o aparecimento de Beato Romano como um milagre em forma resíduo no plano do imaginário dos personagens. O milagre é, inclusive, outro aspecto associado aos poderes de santos no imaginário dos personagens. Eles são fenômenos sobrenaturais que não possuem explicação científica para acontecerem. São associados ao plano divino por proporcionar ações benéficas como: curar doenças, proteger e ressuscitar pessoas. Essas ações se distinguiam da bruxaria que estava associada à magia maléfica. Essa diferença chega até à Idade Moderna:

Na Idade Moderna, o emprego da palavra *bruxaria* estava, quase sempre, associado a um tipo de magia maléfica produzida por um poder sobrenatural, extraordinário e oculto. A religião também estava relacionada ao sobrenatural, mas como uma forma de atividade organizada e reconhecida pela comunidade, que não se restringia a situações de crise. *Magia* implicada na transformação de um estado para outro, fosse permanente ou não. A Igreja também seria, em tese, capaz de gerar essas mudanças excepcionais através dos milagres, por exemplo. Entretanto, elas eram consideradas legítimas, pois emanam a força de Deus. (SILVA, 2013, p. 37).

A fé é um elemento imprescindível para a crença nos elementos divinos, especialmente nos poderes benéficos dos santos católicos. Os milagres operados pelos santos são fenômenos espirituais que necessitam da fé do povo cristão para acontecer. Esse fenômeno está no surgimento inesperado do Beato na frente de Iria e na forma com que ela reage, isto é, com surpresa. Podemos perceber a fé de Iria quando ela menciona Nossa Senhora das Dores no momento que José Maria aparece com vida. A seguir, podemos compreender como a fé é vista desde o período da Idade Média:

Uma das características do maravilhoso é, bem entendido, o facto de ele ser produzido por forças ou seres sobrenaturais mas que, precisamente, são múltiplos. Encontramos algo disto no plural *mirabilia* da Idade Média. É que o maravilhoso não somente encerra um mundo de objectos, um mundo de acções diversas, como por trás dele há uma multiplicidade de forças. Ora, no maravilhoso cristão e no milagre há um autor, mas único - Deus, e é aqui que precisamente se revela o problema do lugar do, maravilhoso não apenas numa religião mas numa religião monoteísta. (LE GOFF, 1994, p. 50).

As viagens fazem parte da história de vários personagens. Maria Moura viaja até chegar à Serra dos Padres e Beato Romano fica durante um bom tempo vagando pelas estradas do sertão. Além disso, temos a história de Valentim: um personagem que tira o seu sustento dos espetáculos realizados em diversos lugarejos, durante longas viagens, com a sua família pelo sertão. Nessas festas o personagem tinha a oportunidade de fazer as suas apresentações:

E, enquanto ele praticava, a gente continuava na estrada, de feira em feira. Chegamos ao Brejão a tempo de trabalhar na festa do Divino Espírito Santo, conforme a combinação com o Imperador daquele ano. Ele mesmo mandou fazer um cavalete para o trapézio de Valentim — dos nossos números era o que mais apreciava. E Valentim de novo voou nos ares, lindo e leve que era ver um pássaro. (QUEIROZ, 1992, p. 220).

São nos momentos de comemorações católicas que surgem diversos outros elementos residuais incorporados à cultura nordestina. Damos ênfase ao nome da festa “Divino espírito santo” pelo fato de os festejos estarem associados aos sentimentos de alegria, celebração e comemoração. De acordo com a passagem a seguir, constatamos o costume histórico de realizar festas com nomes de santos no Nordeste brasileiro:

Festa evidentemente já influenciada, essa de São Gonçalo, na Bahia, por elementos orgiásticos africanos que teria absorvido no Brasil. Mas o resíduo pagão característico, trouxera-o de Portugal o colonizador branco no seu cristianismo lírico, festivo, de procissões alegres com as figuras de Baco, Nossa Senhora fugindo para o Egito, Mercúrio, Apoio, o Menino Deus, os doze Apóstolos, sátiros, ninfas, anjos, patriarcas, reis e imperadores dos ofícios; e só no fim o Santíssimo Sacramento. (FREYRE, 2003, p. 329).

A festa popular é uma celebração de origem medieval. Encontramos inúmeras semelhanças das festas descritas no *Memorial* com as realizadas na Idade Média. A nomeação dos eventos com nomes de santos é uma dessas semelhanças, além de ter apresentações e espetáculos, como os de Valentim, em feiras e festas públicas. Nessas ocasiões, ele comercializava as suas apresentações, pedindo contribuição em dinheiro daqueles que estavam assistindo. Ancoramo-nos na passagem a seguir com base nas festas do *Memorial* descritas anteriormente:

Dessa forma, a cultura popular não oficial dispunha na Idade Média e ainda durante o Renascimento de um território próprio: a praça pública, e de uma data própria: os dias de festa e de feira. Essa praça entregue à festa, já o dissemos várias vezes, constituía um segundo mundo especial no interior do mundo oficial da Idade Média. Um tipo especial de comunicação humana dominava então: o comércio livre e familiar. (BAKHTIN, 2010, p. 133).

Lembremos que Zé Maria passa um tempo como professor de crianças na “Fazenda dos Nogueiras”. Nesse local, ele é chamado de “Zé de Sousa” pelos garotos. Ele oferece seus

serviços de professor ao dono da Fazenda. No início dos trabalhos, o padre descobre que o “mais novo” deles queria ser padre quando crescesse. No entanto, ele tenta tirar esse desejo da criança falando sobre desvantagens da vida de ser padre, como o celibato. A mãe do garoto descobre e vai tirar satisfação com o padre “Zé de Sousa”. Nesse momento, ele descobre o porquê do desejo do menino:

— Olhe, Mestre, se o senhor quer falar em responsabilidades, saiba que muito maiores são as minhas. Mestre Zé de Sousa, esse menino passou três dias pra nascer — sim senhor, três dias de dores de parto. E quando chegou a nascer, vinha todo roxo, custou demais a chorar, foi quase dado por morto. Aí, minha mãe tomou a criança das mãos da parteira, deu-lhe duas palmadas e prometeu em voz alta, a São Raimundo Nonato: se o menino escapasse, haveria de ser Padre. Por isso ele se chamou Raimundo Nonato, é afilhado do santo e, assim que o senhor declarar que ele está preparado para o seminário, vai para o seminário. Está entendido? Vai ser Padre e não se discute! (QUEIROZ, 1992, p. 184).

Na passagem anterior do *Memorial*, o leitor conhece a difícil história do parto de Raimundinho. Pelo fato de o menino nascer quase sem vida, sua avó prometeu a São Raimundo Nonato que, se seu neto nascesse com vida, ele iria ser padre como forma de agradecimento por essa graça concedida pelo santo. Dessa forma, o menino se tornou afilhado de São Raimundo. Temos aqui uma santidade associada à salvação da vida de uma criança. Constatamos que a prática de recorrer a um santo para ter um parto bem-sucedido no período colonial é de origem portuguesa:

Vindas de Portugal, desabrocharam aqui várias crenças e magias sexuais: a de que a raiz de mandrágora atrai a fecundidade e desfaz malefícios contra os lares e a propagação das famílias; o hábito das mulheres trazerem ao pescoço durante a gravidez “pedras de ara” dentro de um saquinho; o cuidado de não passarem, quando prenhes, debaixo de escadas, sob o risco do filho não crescer; o hábito de cingirem-se, quando aperreadas pelas dores do parto, com o cordão de São Francisco; o de fazerem promessas à Nossa Senhora do Parto, do Bom Sucesso, do Ó, da Conceição, das Dores, no sentido de um parto menos doloroso ou de um filho são ou bonito. Atendido o pedido por Nossa Senhora, pagava-se a promessa, consistindo muitas vezes em tomar a criança o nome de Maria; de onde as muitas Marias no Brasil: Maria das Dores, dos Anjos, da Conceição, de Lurdes, das Graças. (FREYRE, 2003, p. 407).

Mais uma vez, um santo é associado a um acontecimento benéfico. Podemos perceber que a avó do menino não pediu intercessão à Nossa Senhora, mãe de Jesus Cristo, conhecida por ser a Santa Mãe Misericordiosa. A escolha de São Raimundo, e não de Virgem Maria, para pedir uma graça mostra o quanto os santos se tornaram populares na habilidade de operar milagres quando comparados a Jesus, Maria e Deus. Isso aconteceu pelo fato de os santos terem a mesma capacidade que Deus para realizar milagres:

Como o milagre se opera por intermédio dos santos, estes encontram-se em tal situação que o aparecimento do milagre por sua intervenção é previsível. Creio poder

notar, apesar das mutações e dos recursos da hagiografia, uma espécie de crescente cansaço dos homens da Idade Média em relação aos santos porque, a partir do momento em que parece um santo, já sabe o que ele vai fazer. (LE GOFF, 1994, p. 50).

A feitiçaria é um elemento bastante presente no imaginário dos personagens e está atrelada ao plano maléfico. Destacamos uma passagem que ilustra a associação da feitiçaria ao plano diabólico. Tonho é casado com Firma e é um dos primos que desejava tomar a casa de Maria Moura, no Limoeiro, à força. Firma é uma personagem de personalidade grosseira, sem educação e de difícil convivência. Irineu, que é mais um dos primos de Moura, não acredita na capacidade de Tonho em enganar a sua mulher devido à difícil personalidade de Firma:

Aquela Firma não é uma mulher, é uma onça. O pobre do Tonho que o diga. Ai, enganar a Firma, só se ele fosse feiticeiro. E logo com a prima, novinha, bonitinha, os peitinhos empinados. E morando dentro de casa, ainda mais! Não, posso ficar descansado. Rival, no Tonho, eu não vou ter. (QUEIROZ, 1992, p. 50).

Na passagem anterior, Irineu só acredita na capacidade de Tonho em enganar a sua mulher, se ele utilizar poderes mágicos da feitiçaria. O personagem relaciona a força da feitiçaria como uma condicionante para conseguir enganar sua esposa. Podemos perceber nesse contexto que a finalidade da feitiçaria é praticar o Mal, isto é, a enganação. Para entender como a feitiçaria ficou atrelada às práticas e intenções ruins, temos que voltar para o momento de colonização do Brasil:

Os portugueses chegaram ao Brasil num momento em que a presença de Satã entre os homens era especialmente marcante. Monstros, animais, vivos seres diabólicos, os colonos foram também feiticeiros, as formulações se sucedendo e se desdobrando no imaginário europeu. Índios da América, negros da África e brancos da Europa se combinariam mais uma vez para agendar práticas mágicas e de feitiçaria extremamente complexos e originais. (SOUZA, 1986, p. 153).

Na passagem do *Memorial*, podemos constatar que a prática da feitiçaria está associada à enganação, mentiras e trapaceas. Irineu acredita que seu primo Tonho só conseguirá trapacear sua mulher se tiver poderes mágicos de cunho malignos. Associar o poder dos feiticeiros à capacidade de enganar e ludibriar as pessoas está presente no imaginário coletivo desde a era medieval. É o que constatamos a seguir:

A feitiçaria é característica de tipos de sociedade e de racionalidade distintos daqueles que prevalecem no mundo ocidental hoje. Ao contrário das nossas formas dominantes (mas, na verdade, não exclusivas) de lógica – as do pensamento científico, por exemplo, da medicina ou da meteorologia, ou as de nossos códigos e práticas judiciais - a feitiçaria oferece toda uma explicação dos acontecimentos (em particular do infortúnio) e dos meios de agir sobre eles que se configuram como inteiramente "simbólicos", isto é, relacionam-se à influência dos poderes sobrenaturais (por exemplo, os demônios ou Deus, pelo menos naquilo que concerne à feitiçaria na tradição européia) e ao "feiticeiros" ou poder oculto "feiticeiras" possuíam e usariam

contra seu próximo para provocar doença, impotência sexual ou morte, fazer cair neve e destruir colheitas, matar o gado e privar as vacas de seu leite. (SCHMITT, 2002-b, p. 423).

Além da feitiçaria associada a um personagem masculino, temos a figura da bruxa associada à personagem Firma. Bruxaria e Feitiçaria estão no *Memorial* associadas às más personalidades dos personagens. Como já foi mencionado, essa personagem tem um temperamento de difícil convivência. Firma manda em todos da sua casa, especialmente em Marialva que é vista como uma jovem frágil. Selecionamos um trecho que Firma é surpreendida por Marialva ao chamá-la de bruxa:

A Firma deu para me achar diferente, começou a dizer que eu devia estar com lombriga — assim amarela e desanimada! E eu, de repente, deu-me aquela raiva e gritei para ela, bem alto:
 — Lombriga terá a senhora sua avó!
 A Firma naturalmente ficou fura, saltou da banca onde fazia crochê e quis me agarrar pelos ombros:
 — Não sei como não lhe meto o relho!
 Mas fui eu que empurrei a bruxa e quase derrubei com ela:
 — Não me venha com essa ameaça de relho, que apanha de volta! Se bater, leva.
 Pra meu espanto, a Firma se assustou. Ficou longe de mim e começou a gritar:
 — Olha a cascavel! Olha a cascavel que eu criei! Me ameaçando!
 (QUEIROZ, 1992, p. 135).

Firma é chamada de bruxa por Marialva devido à sua personalidade má com intenções de prejudicar pessoas, ameaçá-las e puni-las com violência. Dessa forma, ao ser chamada de bruxa por Marialva, a personagem estava sendo considerada como a responsável por realizar práticas malignas. Com isso, associamos a bruxaria à pessoa da personagem Firma por ela ser a fonte do mal, uma vez que ela ameaça usar a violência para conseguir ser respeitada. Ancoramo-nos na passagem a seguir na qual faz uma explanação acerca da bruxaria considerando a pessoa como a fonte do mal:

Qualquer estudo sobre este tema - feitiçaria e magia - se debate com múltiplos contextos e heranças culturais, chegando-se por vezes a contornar questão através do resgate da sempre cômoda matriz indo-europeia: é a posição de Baroja. Este autor distingue dois tipos de magia maléfica: os encantos dos sortilégios, que supõe práticas individuais, e a bruxaria propriamente dita, de características coletivas e associadas a verdadeiro culto. O historiador inglês Norman Cohn adota a mesma posição: a bruxaria é coletiva, a magia é individual. Entretanto, preocupa-se também distinguir a feitiçaria (*técnica que induz ao mal*) de bruxaria (onde a *pessoa é fonte do mal*). (SOUZA, 1986, p. 154).

Nos nossos estudos, verificamos que a realização das mágicas de bruxaria e feitiçaria são práticas maléficas associadas ao plano diabólico. Os bruxos e feiticeiros medievais recebiam poderes mágicos do Diabo, por meio de pactos, para praticar o Mal contra seus inimigos. É por esse motivo que essas magias foram condenadas historicamente como práticas diabólicas. Constatamos que a diferença entre bruxaria e feitiçaria vem desde a Idade Média:

Igualmente discutíveis são as tentativas feitas por alguns de aplicar à Idade Média a separação antropológica entre feitiçaria (técnicas dominadas conscientemente por alguém) e bruxaria (poderes inconscientes, inerentes ao indivíduo). Para a visão popular medieval, aerofones ocorrem com frequência, mas dificilmente se pode saber de que tipo de poder elas provêm. Para visão clerical há uma fronteira, que porém não é de conteúdo e ideológica: à magia natural põe-se uma magia maléfica. (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 154).

No *Memorial*, notamos inúmeras passagens que remetem à bruxaria ao plano do Mal, isto é, ao plano diabólico. Moura, em alguns momentos, é associada ao plano diabólico por se diferenciar da maioria das sinhazinhas da sua cidade devido à sua coragem. Um exemplo disso é quando a protagonista incendeia a sua própria casa e surpreende os seus primos com tal atitude que demonstra tamanha bravura:

Que diabo estava se passando com aquelas mulheres?
Parecendo até resposta à nossa pergunta, de repente pipocou um tiro, logo outro. Como é que eles agüentavam ficar dentro daquele inferno, seriam raça de saramanta? Outro pipoco de tiro. E continuava sem se ouvir um grito. Meu Deus, o diacho da mulher teria mesmo pauta com o cão? (QUEIROZ, 1992, p. 67).

O imaginário aqui analisado é representado por uma guerra que envolve anjos e demônios; santos e o bruxas; céu e o inferno. Moura é associada à bruxa de forma indireta quando o personagem se questiona se ela tem “pauta com o cão?” (QUEIROZ, 1992, p. 67). Isso acontece pelo fato de o seu primo associar o surgimento do fogo no sítio a uma fonte de poderes mágicos de cunho maligno. Pela perspectiva dele, Moura teria poderes mágicos que a possibilitariam incendiar o sítio devido ao seu pacto com Diabo:

Os inquisidores dos domínios do Sacro Império também contrariam os pensamentos de céticos da época que insistiam em dizer que a bruxaria era um crime imaginário, sem fundamento na realidade. Segundo eles, o resultado da bruxaria não era fantasioso e nem ilusório, pois derivava de um pacto real com o Diabo, um contrato verdadeiro em que a bruxa se tornava sua serva, colaborando real e fisicamente com o demônio. E ainda acusaram de hereges os que não acreditaram nos bruxos, pois estariam negando a palavra de Deus, confirmada pelas Sagradas Escrituras. (SILVA, 2013, p. 43).

O sítio do Limoeiro repleto de chamas nos remete, simbolicamente, ao cenário do inferno, quando um dos primos utiliza a expressão "dentro daquele inferno" (QUEIROZ, 1992, p. 67). Diante disso, constatamos que o fogo no espaço do sítio do Limoeiro é, em forma de resíduo, um elemento simbólico associado ao plano do diabólico. As chamas é um dos inúmeros símbolos associados a esse plano. A seguir, podemos conferir as diversas formas que os símbolos podem ter em diferentes contextos:

O símbolo, pelo contrário, é um produto psíquico espontâneo, que exprime algo que não poderia ser formulado com precisão nem compreendido de outra maneira. [...]. O símbolo é inferior a realidade simbolizada, mas através daquele o homem se aproxima desta, restabelecendo a unidade primordial. Por isso ele está presente nas religiões, cujo sentido é extremamente este: *religio* vem de *religare* "unir, religar". Entende-se, dessa forma, que a relação do símbolo com a coisa simbolizada seja profunda, de essencialidade. Em função disso o símbolo não é para ser compreendido: ele afetivamente, intuitivamente, estabelece uma relação secreta com a realidade transcendente. Daí o significado (essência) ser nele e sempre mais rico que o significante (imagem). Ou seja, ele é polissêmico, pois cada significante pode apresentar vários significados. Por exemplo, para o ocidente medieval o leão como símbolo de poder era cristo, como símbolo de sabedoria o evangelista São Marcos, como símbolo de orgulho o Anticristo, como símbolo de Justiça ornamentava o trono dos Reis da França e dos bispos. (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 156-157).

O lugarejo denominado “as Bruxa” é um local bastante simbólico no que se refere ao plano diabólico. As pessoas que residiam nesse lugarejo eram humildes, não tinham acesso às escolas e eram fisicamente distintas da grande parte das pessoas mestiças que formavam o Nordeste brasileiro. Essas pessoas, pelo fato de viverem isoladas, não tinham conhecimento dos costumes da religião cristã, que era predominante naquela época. Pelo fato dessas pessoas não seguirem os costumes dessa religião, José Maria deduziu que elas não seguiam “a lei da Igreja”:

Peguei informação do caminho que levava até lá, e me toquei para o lugar que se chamava Bruxa — ou ‘as Bruxa’, como eles dizem. Contam também os vizinhos que eles mesmos escolheram esse nome: seria gente que não segue a lei da Igreja, mas a lei dos bodes, ou da bruxaria. (QUEIROZ, 1992, p. 273).

O Diabo assumia diferentes formas no imaginário popular. Na passagem anterior do *Memorial*, podemos perceber que os residentes do local chamado “as Bruxa” seguiam “a lei dos bodes”. O bode foi o animal mencionado para associá-lo ao plano diabólico. Isso acontece porque ele possui características físicas, como os chifres, que estão associadas no imaginário popular à imagem do Diabo. Além desse animal, podemos conferir que existem outros no imaginário popular:

O que se pode observar nos documentos da época é que os ingredientes relacionados ao sabá variavam de lugar para lugar e de época para época na Europa Ocidental. O Diabo assumia uma variedade incrível de formas, como humano, bode, touro, gato, cavalo, carneiro, dentro outras. O banquete e as descrições das atividades sexuais eram igualmente diversos. A constatação dessas diferenças, no entanto, não significa acusações contra bruxas não associassem uma série de características comuns, desenvolvidas pelos processos judiciais, por um lado, e pelas tradições literárias, por outro. (SILVA, 2013, p. 60).

Na passagem anterior do *Memorial*, o Beato menciona o bode e coloca como alternativa a esse animal “a lei da bruxaria”. Isso evidencia a multiplicidade de seres e elementos simbólicos que fazem parte do imaginário diabólico. Em nossos estudos,

constatamos que devemos considerar não só o Diabo no plano diabólico, mas todos os diversos elementos ligados a ele simbolicamente:

Não se deve considerar o Diabo de modo isolado; é preciso, ao contrário, levar em conta seu lugar no sistema religioso global e portanto descrever as redes de relações às quais está integrado. Além disso, é preciso explorar o âmago da consciência, onde a angústia do Diabo e suas múltiplas manifestações mergulham suas raízes, e, outro lado, relacionar a figura do Diabo com o conjunto das realidades sociais e políticas, em particular com os conflitos que agitam as sociedades medievais e nos quais o Diabo desempenha seu papel. (BASCHET, 2002, p. 320).

As superstições também fazem parte dos costumes dos residentes do local denominado “as Bruxa”. Elas também estão associadas ao plano diabólico. Várias são as impressões que o Padre José Maria tem quando conhece os costumes dos residentes desse local. Ele considera as superstições dos habitantes como “devoção grosseira” por elas não possuírem religião ou alguma relação com o catolicismo:

Não cultivavam nenhuma religião, só uma espécie de devoção grosseira. E eram muito supersticiosos, viviam impedidos por toda espécie de abuso — pra eles tudo ‘faz mal’. Beber água fria com o corpo quente, pegar em ferro cortante em dia de sexta-feira, comer fruta à noite; pato é reimoso, todo peixe de couro é reimoso, e preá, e punaré, e carne de porco. Ovo que dá arrote choco, pode matar. (QUEIROZ, 1992, p. 309).

As primeiras percepções do personagem José Maria se assemelham ao do colonizador europeu quando chegou às terras brasileiras e se deparou com crenças diferentes da religião católica. A catequese foi uma forma de aproximar os colonos das crenças dos europeus. Ancoramo-nos na seguinte passagem que utiliza expressões semelhantes às utilizadas pelo Beato Romano na passagem anterior do *Memorial*:

Não deve pois causar espécie que, na colônia, os padres ignorassem a ordem das pessoas da Santíssima Trindade, a maneira certa de se persignar, não soubessem se Cristo ressuscitaria ou não. Qualificando as práticas religiosas sincréticas da colônia de "desvios grosseiros" ou de "religiosidade deturpada", historiadores contemporâneos reeditam o estupor de Trento ante o que se considerava uma "cristianização imperfeita", e que teve também nos pregadores protestantes acérrimos adversários: o "sobressalto da consciência cristã", a "promoção do querer cristianizador", a vontade de "despaganização" foi comum às duas Reformas. (SOUZA, 1986, p. 90).

Os homens que seguissem outras crenças que não fossem as de cunho cristã-católica eram considerados como seres diabólicos, assim como suas práticas e crenças também. No meio da linguagem popular essas crenças eram chamadas de “grosserias”, como foram chamadas pelo Beato Romano. Na Idade Média, constatamos que elas eram proferidas em praças públicas:

Os elementos da linguagem popular, tais como os juramentos, as grosserias, perfeitamente legalizadas na praça pública, infiltravam-se facilmente em todos os

gêneros festivos que gravitavam em torno dela (até no drama religioso). A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de "exterritorialidade" no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra. (BAKHTIN, 2010, p. 132).

Além das superstições descritas pelo padre anteriormente, os residentes do local “as Bruxa” também acreditavam que os seus sonhos poderiam ter diversos significados. Quando acontecia do sonho se tornar um pesadelo, eles faziam uma “espécie de exorcismo” para expurgar os demônios do corpo e da mente durante a madrugada:

E eles também têm medo de sonhos. Não se importam com Deus, com Nossa Senhora ou qualquer outro santo. Mas ‘têm fé’ nos sonhos. Quando um sofre um pesadelo e acorda gritando, a família toda se junta ao redor e faz uma espécie de exorcismo, rezando estranhas jaculatórias, compostas de palavras sem nexos, decerto alemão deturpado. Prestando atenção a essas jaculatórias, não descobri nelas nenhum vestígio de língua de preto ou de índio, muito menos de português ou latim. Era só língua de bode, mesmo. Ou de bruxa? Benziam os pacientes com ramos secos de plantas ‘de virtude’, que cultivam no quintal. (QUEIROZ, 1992, p. 309).

O plano onírico nos remete a múltiplas interpretações, principalmente se forem analisadas com base em diferentes crenças e conhecimentos. No caso da passagem do *Memorial*, temos a interpretação do Beato sobre as “jaculatórias” proferidas pelos habitantes “das Bruxa”. Pelo fato de ele não ter encontrado semelhanças com os seus conhecimentos religiosos relacionados ao latim ou às histórias da Bíblia, o personagem fez a associação das “jaculatórias” à língua de bode, de bruxaria. Dessa forma, constatamos que o aspecto linguístico é importante para a nossa análise, pois ele também está no imaginário dos personagens de forma polarizada. Vejamos, a seguir, a importância da língua para o catolicismo:

Por determinação do provincial compôs A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil, que somente viria a ser publicada em 1595, mas foi usada desde o meado do século XVI. Sistematizada por Anchieta, a “língua geral” viabilizou a tradução linguística e cultural do catolicismo para a língua nativa e tornou-se instrumento fundamental dos padres da Companhia na conversão dos gentios. Os heróis da mitologia tupinambá foram transformados nas figuras santas da mitologia cristã: Tupã tornou-se Deus e Tupansy a Virgem Maria. A língua geral foi usada na composição dos primeiros manuais de confissão da colônia e nos autos teatrais de caráter pedagógico que exaltavam Jesus, os santos e Nossa Senhora e demonizavam os costumes indígenas reprovados pelos jesuítas, como a beberagem do cauim, a nudez e o ritual antropofágico. (SANTOS; VAINFAS, 2017, p. 378-379).

O homem da Idade Média vivia em constante conflito existencial, isto é, entre o céu e o inferno. O demônio o tentava dia e noite com a finalidade de conseguir sua alma. Acreditava-se que uma das formas que o demônio conseguia acessá-lo era por meio dos sonhos. É por isso que o padre Zé Maria, ao ver aquelas jaculatórias, as considerou como um elemento do plano maléfico. Leiamos a seguir sobre a questão dos sonhos associados ao plano diabólico:

O sonho, na Idade Média, é o grande meio de ultrapassar as fronteiras da experiência sensível e da contingência humana. O sonho figura a ausência (principalmente dos mortos da família), o passado, o que é transcendente (os anjos, os demônios, os santos), e permite antecipar o futuro. Como as imagens materiais, ele participa de um mundo visual, de um mundo imaginário, cujos poderes e condições ultrapassam de longe o plano único do visível e do sensível. É por que os modos de funcionamento das imagens materiais e das imagens oníricas apresentam várias analogias: umas e outras cultivam a ambivalência (um gesto, uma figura, raramente são unívocas, na maioria das vezes apresentam vários sentidos simultaneamente), prestam-se aos mesmos fenômenos de condensação (quando duas imagens se combinam para produzir uma terceira) e de descontinuidade (cada elemento concentrando uma seqüência narrativa completa). (SCHMITT, 2002-c, p. 596).

Finalizamos a seção com a presente subseção que foi destinada a analisar a luta entre os elementos representativos de Deus e do Diabo no imaginário dos personagens de origem popular na narrativa. Ao desenvolver nossa análise, observamos que esse imaginário é residualmente medieval, uma vez que ele foi inserido pelos jesuítas europeus e teve continuidade com a catequese medieval do Beato Romano.

No plano benéfico, constatamos a presença de Maria, Deus e Anjos da guarda relacionados a ideia de proteção divina. Ainda no plano divino, analisamos santos e seus poderes milagrosos. Já no plano maléfico, examinamos as práticas malignas da bruxaria e da feitiçaria, além de ter realizado a diferença entre as práticas e as imagens de bruxas e feiticeiros. As superstições também foram associadas ao plano diabólico, uma vez que elas foram examinadas pela perspectiva do personagem Beato Romano cuja formação é de padre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaborar o presente trabalho de dissertação, escolhemos os seguintes elementos da narrativa de *Memorial de Maria Moura*: a história de vida da personagem Maria Moura, os capangas da protagonista, a construção da Casa Forte, o Beato Romano e as crenças religiosas dos personagens populares. Esses elementos estão todos relacionados de modo a construir o enredo da vida de Maria Moura. Além disso, constatamos que cada um deles possui resíduos medievais que foram trazidos e adaptados à cultura nordestina pelos europeus. Respectivamente aos elementos destacados do *Memorial*, encontramos os seguintes sedimentos medievais: as relações de suserania e vassalagem, a cavalaria militar, os castelos medievais, padres, jesuítas e elementos da religião católica-medieval.

A escolha dessa obra literária para elaborar o presente trabalho deveu-se à sua importância quanto representação da complexa cultura nordestina de abrangência nacional. Há uma riqueza de detalhes dessa região no que se refere às descrições das paisagens físicas elaboradas por Rachel de Queiroz, assim como os outros traços culturais. Além da retratação das paisagens, podemos citar a linguagem regional, os coronéis, os beatos, os vaqueiros, as crenças populares e as histórias de superação de várias sinhazinhas que se tornam grandes mulheres. As histórias das protagonistas são narradas de modo a prender a atenção do leitor até o fim das últimas páginas. A nossa pretensão em analisar os elementos da cultura nordestina no *Memorial* foi a de mostrar que existe um mundo medieval guardado de forma inconsciente na mente da escritora e na própria construção da sociedade nordestina.

Iniciamos a nossa análise dividindo a segunda seção em dois planos: a construção do mundo de Maria Moura que tem raízes medievais e o plano religioso que também está em processo de formação e inserção no imaginário dos primeiros habitantes da chamada “Serra dos Padres”. O estudo foi iniciado com o intuito de dar ênfase à história de vida de Maria Moura, uma vez que ela é a protagonista do romance e o *Memorial* é construído com base na sua história de vida. Além disso, voltamo-nos para a análise das crenças religiosas, uma vez que elementos das crenças católica e popular são frequentemente mencionadas pelos personagens da narrativa que também fazem parte do mundo de Moura.

Ainda na segunda seção, investigamos a infância da protagonista para entender a progressão da sua personalidade de sinhazinha à senhora Dona Moura proprietária da fazenda Casa Forte. Nesse contexto, acompanhamos a evolução dos pensamentos da protagonista ao longo de sua vida e à medida que ela enfrenta diversas dificuldades. Constatamos por meio das lembranças que a protagonista, desde criança, se diferenciava das outras sinhazinhas, pois ela

tinha um espírito de liberdade na alma. Enquanto outras meninas da sua idade pensavam em casar-se, ter filhos e cuidar da casa, Moura sonhava em ser livre e viajar pelas estradas do sertão como vários homens faziam.

No segundo plano da análise da segunda seção, voltamo-nos para a formação e inserção das crenças e doutrinas católicas-medieval pelos padres e jesuítas que colonizaram o espaço denominado como “Serra dos Padres”. Verificamos que os indígenas foram os primeiros a terem contato com os europeus e com as doutrinas da fé cristã propagada pelos “padres da Companhia”. Destacamos José Maria como um personagem muito importante para a continuação da propagação da fé nesse espaço e, posteriormente, pelas estradas secas do sertão. Constatamos que a formação do personagem como Padre aconteceu por meio do processo de endoculturação. Esse processo consistiu na aprendizagem de uma cultura preexistente a ele, ou seja, José Maria aprendeu doutrinas católicas do período medieval, que é um tempo bastante remoto ao seu.

Aquele mundo medieval que foi, aos poucos, sendo construído por Maria Moura na segunda seção foi aprofundado em três planos na seção seguinte: as relações que ela estabelece com seus homens, os serviços militares prestados por eles e a estrutura física da fazenda Casa Forte. É na terceira seção que o mundo de Moura é erguido juntamente com a sua reputação de mulher temida pelas redondezas da Serra dos Padres. Ela comanda e impõe ordens aos seus homens e aos agregados da sua propriedade, além de zelar muito pelo espaço físico da sua Fortaleza.

No primeiro plano da terceira seção, evidenciamos que Maria Moura é um coronel nordestino, uma vez que ela possui poder sobre terras, homens e dinheiro. Além disso, identificamos que a personagem é uma matriarca que possui resíduos do patriarcalismo medieval. Constatamos a presença desses sedimentos por meio do autoritarismo presente nas palavras, ações e comportamento da protagonista. Demonstramos que isso aconteceu pelo fato de Moura, de forma inconsciente, ter em seu imaginário uma mentalidade eivada de sedimentos medievais de cunho mental. À medida que Moura constrói sua Casa, ela concede abrigo e proteção aos seus cabras em troca de serviços militares e lealdade deles, o que acabou por ocasionar uma relação de dependência entre a suserana Moura e seus vassallos. Ao analisar essa relação comprovamos a existência dos resíduos de suserania e vassalagem entre Moura e seus capangas, respectivamente.

Os capangas de Maria Moura foram essenciais para a nossa análise, pois eles simbolizam o auge da liderança dela. Em nossa análise, verificamos que na formação híbrida dos jagunços existem resíduos da cavalaria medieval. Os sedimentos militares foram

examinados nas estratégias de confrontos, nas características físicas e nas armas dos personagens. Explicamos que a presença desses resíduos aconteceu por causa de sucessivas miscigenações da sociedade nordestina entre as etnias indígenas, africanas e europeias. Além de prestar serviços militares à Maria Moura, os jagunços também faziam serviços braçais para construir a Casa Forte. Esses homens eram verdadeiros vassalos de Moura, pois precisavam fazer todos os serviços para permanecer no bando, além de ser extremamente leais e obedientes a ela.

A Casa Forte é mais um dos elementos da narrativa que foi analisado e está intrinsecamente ligado à história de vida de Maria Moura. Assim como os demais, a Casa Forte foi construída com a força de vontade e perspicácia da protagonista. A Serra dos Padres foi o local de construção da Fortaleza. Desde a infância, Moura escutava histórias do seu avô e do seu pai sobre esse espaço. Ela guarda todas as informações na sua memória: a história da colonização das terras, o trajeto para chegar até lá e o sonho que a sua família tinha de construir uma grande casa. Constatamos que a construção da Casa Forte e a posse de um lote de terra da Serra dos Padres foram essenciais para que Moura construísse a sua a sua grande reputação de mulher poderosa.

Em nossa análise, percebemos que essa propriedade se configura como uma fazenda canavieira do Nordeste brasileiro. A dimensão da Fortaleza, a forma com que é organizada e as suas estruturas comprovaram tal associação. A propriedade de Moura era composta pelas casas da cabroeira, pelo cubico, pelo moinho de pólvora, pelos materiais de reforço físico, pelo local de plantio e pastagem de animais. Nessas estruturas, encontramos resíduos de castelos medievais que foram cristalizados ao longo dos séculos, inseridos no Nordeste brasileiro e adaptados às estruturas das grandes fazendas canavieiras pelos colonizadores europeus. Constatamos que Moura agia como os colonizadores europeus quando chegaram às terras brasileiras, uma vez que ela fixou moradia levantando sua propriedade povoando o local com seus cabras.

Destinamos a quarta seção da dissertação para analisar a propagação das crenças religiosas que foram inseridas durante o processo de colonização da Serra dos Padres pelos “padres da Companhia” que chegaram lá e tiveram os seus primeiros contatos com os indígenas. Dividimos essa seção em dois planos: a catequese medieval praticada pelo Beato Romano e a polarização do imaginário católico-medieval dos personagens populares. Os conhecimentos adquiridos pelo processo de endoculturação analisados na segunda seção, foram examinados na quarta seção por meio da catequese medieval praticada por ele com os personagens dos locais onde ele fazia moradia. O segundo plano dessa seção foi destinado a analisar a polarização de

símbolos representantes de Deus e do Diabo, propagados pela catequese de Beato Romano, no imaginário católico dos personagens.

Na quarta seção, José Maria foi analisado como um elemento importante para a continuidade dessa propagação iniciada pelos padres da Companhia. Analisamos a difícil vida desse personagem que, durante a prática da catequese pelos diversos locais que ele reside, passa da identidade de Padre para a de Beato. Com base na história de vida de José Maria, constatamos que a transformação de padre a Beato acontece por meios dolorosos, uma vez que ele passa por perseguição, fuga, fome, sede e fica sem abrigo. Demonstramos semelhanças dessa forma de peregrinação do personagem com a de monges medievais. Além disso, identificamos no personagem José Maria a mesma função exercida por padres e jesuítas no período de colonização do Nordeste. Constatamos que a catequese acontecia por meio da alfabetização, da operação de contas, dos ensinamentos das histórias da Bíblia e dos ensinamentos dos mandamentos com personagens que eram crianças e adultos.

As crenças religiosas também foram fundamentais para a nossa análise, pois elas permeiam no imaginário de todos os personagens. De um lado, percebemos a enorme quantidade de associações às práticas de bruxaria e feitiçaria atreladas ao Diabo. Não só as práticas, mas constatamos associações diabólicas às personalidades dos personagens como bruxas e feiticeiros. Ainda nesse plano, analisamos o motivo pelo qual as superstições dos residentes do local “as Bruxa” são consideradas como “devoção grosseira” por Beato Romano.

No plano divino, temos um imaginário composto por símbolos representantes de Deus. Os santos católicos fazem parte desse plano pois foram associados a acontecimentos benéficos na vida dos personagens como sobrevivência a partos difíceis, festas populares e milagres. Já os anjos são elementos que passam a ideia de proteção e de guarda. Jesus Cristo e Maria também estão no imaginário dos personagens com associação espiritual a Deus, que é considerado o ser superior.

Esperamos contribuir para a área da Literatura Comparada com a elaboração de análises profundas da obra literária desde a segunda seção até a quarta. Comprovamos, com estudos profundos e de cunho interdisciplinar, que existe um mundo medieval nas páginas do *Memorial* que gira em torno da protagonista Maria Moura. A história de vida de Maria Moura e todos os obstáculos que ela enfrenta ainda são, na atualidade, muito discutidos no meio acadêmico e fora dele.

Com a produção desse trabalho de Mestrado sob um viés crítico e analítico, podemos concluir que existe padrões da Idade Média que foram repassados ao longo de todas as gerações estando presentes nos dias atuais.

É nessa perspectiva que planejamos trabalhar em futuras pesquisas a análise mítica da relação da Casa Forte com a história de Maria Moura, o aprofundamento dos aspectos memoriais do romance e a discussão acerca da relação entre realidade e ficção na obra literária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe. *In*: PAULA, Eurípedes Simões de. (Org.). **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. ANPUH: Aracaju, 1976. p. 483-510.
- ALMEIDA, Terezinha F. de. *Memorial de Maria Moura: a resistência feminina em terra de coronéis*. *In*: STIELER, Carlos E. (Org.). **IV Fórum de Educação e Diversidade: Diferentes, (des)iguais e desconectados**. Livro digital. UNEMAT. 2010. p. 1-13. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/terezinha.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.
- AMALVI, Christian. Idade Média. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 537-551.
- ARNALDI, Girolamo. Igreja e papado. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 567-589.
- AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenho na vida política do Brasil: ensaios sociológicos sobre o elemento político na civilização do açúcar**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: Leach, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Francois Rabelais**. 7. ed. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; 2010.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O mundo dos beatos: a força da utopia no Nordeste sertanejo. *In*: **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 3, n. 25, p. 106-121, jul. – dez 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/12621/9489>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.
- BASCHET, Jérôme. Diabo. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 319-331.
- BATANY, Jean. Escrito/Oral. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 383-395.
- BITTENCOURT, Guilda Neves da Silva. A literatura comparada diante dos avanços tecnológicos. *In*: José Luís Jobim et al. (Orgs.). **Sentidos dos lugares**. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2005. p. 42-51.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **A sociedade feudal**. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1987.

BOUREAU, Alain. Fé. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 411-422.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Trad. Sandra Chaparro Martínez. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 373-487.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. São Paulo, SP: Ática, 1986.

CORREIA, Luís Miguel Maldonado. **Castelos em Portugal** – Retrato do perfil arquitetônico [1509-1949]. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Dezembro de 2007.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Américas S.A.: EDAMERIS, São Paulo, 1961. *E-book*. Disponível em: <https://latim.paginas.ufsc.br/files/2012/06/A-Cidade-Antiga-Fustel-de-Coulanges.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CUNHA, Susana Sofia Silva Santos Barbosa. **As fortificações de Estremoz**. História, Arquitectura e Restauro. A adaptação do castelo a pousada. Dissertação. Universidade de Évora, Évora, 2004.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DOBROUKA, V. Antônio Conselheiro, profeta do sertão? *In*: **Programa de pós-graduação em História da UnB**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 51-68, 1997. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5805>. Acesso em: 14 jul. 2023.

DUBY, Georges. **A Europa na Idade Média**. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DUBY, Georges. **A Sociedade Cavaleiresca**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1989.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Trad. Maria Helena Costa Dias. 2. ed. Paris: Estampa, 1994.

DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses**. Trad. Elisa Pinto Ferreira. Lisboa: Estampa, 1980.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FAURE, Philippe. Anjos. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 69-81.

FISCHER, Ernst. **A Necessidade da arte**. Trad. Leandro Konder. Lisboa: Ulisséia, 1963.

FLORI, Jean. Cavalaria. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 185-199.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Raízes Medievais do Brasil. *In*: USP, São Paulo, n. 78, p. 80-104, 2008.

FREUD, Sigmund. O inconsciente. *In*: **Internacional de psicanálise médica**. v. 3, n. 4, 2016, p. 76-225. Disponível em <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2016/04/freud-o-inconsciente.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023. (Originalmente publicado em 1915).

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2013-a. *E-book*. Disponível em: <https://grudars.files.wordpress.com/2019/02/nordeste-gilberto-freyre.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2013-b. *E-book*. Disponível em: <https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/livro-completo-sobrados-e-mucambos-gilberto-freyre-1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GUERREAU, Alain. Feudalismo. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 437-455.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Trad. José Antônio Pinto Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: 70, 1990.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Trad. Terezinha Marinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 68-83.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. *In*: LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Trad. Marcos de Castro, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 51-85.

LLULL, Ramon. **O livro da ordem de cavalaria**. *On-line*, s.d. Disponível em: <https://www.gnosisonline.org/wp-content/uploads/2010/06/O-Livro-da-Ordem-de-Cavalaria.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023. (Obra originalmente escrita em catalão entre 1274 e 1276).

LOBO, Luiza. O oral e o popular em Memorial de Maria Moura, de Rachel de Queiroz. *In*: COUTINHO, Fernanda (Org.). **Rachel de Queiroz**: uma escrita no tempo (ensaios). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015. p. 101-120.

LOBRICHON, Guy. Bíblia. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 105-117.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas Jesuíticas I – Cartas do Brasil do padre Manuel da Nóbrega. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e o apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**: Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2006.

OEXLE, Otto Gerhard, Monique. Guilda. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 489-501.

OLIVEIRA, Antônio Xavier de. **Beatos e cangaceiros**: história real, observação pessoal e impressão psychologica de alguns dos mais celebres cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro: Revista dos tribunais, 1920. Disponível em: <https://cariridasantigas.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Beatos-e-Cangaceiros.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

OLIVEIRA, Elane. **Uma cartilha para combater o preconceito contra indígenas**. *On-line*, 23/03/2023. Disponível em: <https://dev1-piaui.folha.uol.com.br/uma-cartilha-para-combater-o-preconceito-contra-indigenas>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres. O Sertão de Ojuara: espaço e identidade. *In*: **Letras Escreve**. Macapá, n. 1, v. 5, p. 108-128, 2015.

PESEZ, Marie-Jean. Castelo. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 153-172.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Sociologia e Política**, Curitiba. v. 18, n. 36, p. 15-26, jun. 2010.

PINTO, Liliane Faria Corrêa. Coronelismo: uma análise historiográfica. **História**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 361-382, 2017.

PIPONNIER, Françoise. Cotidiano. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval**. Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 283-299.

PONTES, Roberto. A propósito dos conceitos operacionais da Teoria da Residualidade. *In*: PONTES, Roberto et al. (Orgs.). **Residualidade e Intertemporalidade**. Curitiba: CRV, 2017. p. 13-18.

PONTES, Roberto. Cristalização estética como polimento na literatura e na cultura. *In*: PONTES, Roberto. MARTINS, Elizabeth. (Orgs.). **Residualidade ao alcance de todos**. Fortaleza: Expressão, 2015. p. 111-124.

PONTES, Roberto. **Entrevista sobre a Teoria da Residualidade com Roberto Pontes, concedida à Rubenita Moreira**, em 05/06/06. Fortaleza: (digitado), 2006.

PONTES, Roberto. Pródromos conceituais da Teoria da Residualidade. *In*: LIMA, Francisco Wellington Rodrigues *et al.* (Orgs.). **Matizes de sempre-viva: residualidade, literatura e cultura**. Amapá: UNIFAP, 2020. p. 13-44.

PONTES, Roberto. Residualidade e mentalidade trovadoresca no Romance Clara Menina. *In*: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares (Org.). **Atas III Encontro Internacional de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999. p. 513-516.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida privada e outros ensaios**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ, Rachel de. **Dôra, Doralina**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

QUEIROZ, Rachel de. **Memorial de Maria Moura**. São Paulo: Siciliano, 1992.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 90. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RAMOS, Cláudia Socorro Simas; NASCIMENTO, Cássia Maria Bezerra do. A literatura de cordel no evento de Canudos. *In*: MARTINS, Elizabeth Dias *et al.* (Orgs.). **Todas as idades são contemporâneas**. Macapá: UNIFAP, 2019, p. 121-132.

RIBEIRO, Edilene. **Fragilidade e força: personagens femininas em Charles Perrault e no mito da donzela guerreira**. Brasília, DF: [s. n.], 2006.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográficas, histórica e ambiental.** Uberlândia: EDUFU, 2020.

SANTOS, Georgina Silva dos. VAINFAS, Ronaldo. Igreja, Inquisição e religiosidades coloniais. *In*: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Brasil Colonial** [recurso eletrônico]: volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos. A casteologia portuguesa e a evolução dos estudos sobre fortificações medievais em Portugal. *In*: **Portvgalia**, Nova Série, vol. 33, Porto, DCTP-FLUP, 2012, p. 107-143.

SCHMITT, Jean-Claude. Deus. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval.** Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002-a, p. 301-317.

SCHMITT, Jean-Claude. Feitiçaria. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval.** Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002-b, p. 423-436.

SCHMITT, Jean-Claude. Imagens. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. (Orgs.). **Dicionário Temático Medieval.** Trad. Hilário Franco et al. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002-c, p. 591-605.

SILVA, Carolina Rocha. **O sabá do sertão: feitiçarias, demônios e jesuítas no Piauí colonial (1750-58).** 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal Fluminense/ Departamento de História, Niterói, 2013.

SILVA, Cássia Alves da. A teoria da residualidade e sua sistematização. *In*: MARTINS, Elizabeth Dias *et al.* (Orgs.). **Todas as idades são contemporâneas.** Macapá: UNIFAP, 2019, p. 99-120.

SILVA, Cristina Maria da. Segunda travessia – Paisagens humanas e uma biografia romanceada em Rachel de Queiroz. *In*: **Rachel, Rachéis: travessias entre saberes.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.

SOARES, Thais; MIRANDA, Leonildo; MARTINS, Elizabeth. Dagoberto: senhor de engenho, senhor feudal. *In*: DAMASCENO; VIEIRA; ARAÚJO; NUNES. (Orgs.). **Anais VIII Encontro Interdisciplinar de Estudos Literários.** Fortaleza: UFC, 2012. p. 165-173.

SOUSA, Marivalda Guimarães. **O rio Cachoeira aquém da sua poesia: imaginário das águas e sustentabilidade ambiental através do turismo litorâneo de Ilhéus -BA.** 2005. Dissertação. (Mestrado em Cultura & Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAMARU, Angela Harumi. **A construção literária da mulher nordestina em Rachel de Queiroz**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2004.

TORRES, José William Craveiro. **Além da cruz e da espada: acerca dos resíduos clássicos d’A Demanda do Santo Graal**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados** [recurso eletrônico]: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. *Epub*. Disponível em: <https://vdeofunk.files.wordpress.com/2015/08/216351099-177125825-tropico-dos-pecados-ronaldo-vainfas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VASSALLO, Lígia. **O sertão medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

VESPÚCIO, Américo. **Novo mundo: as cartas que batizaram a América**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

VIDICA, Letícia. **Criado-mudo é expressão racista?**: entenda a polêmica e o mistério por trás do termo. *On-line*, 21/01/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/criado-mudo-e-expressao-racista-entenda-a-polemica-e-o-misterio-por-tras-do-termo/#:~:text=O%20termo%20criado%20ganhou%20conota%C3%A7%C3%A3o,n%C3%A3o%20escravos%20pela%20elite%20oitocentista>. Acesso em: 12 fev. 2024.

VITORIANO, Maria Alda Vieira. Os Caminhos da fé em *Memorial de Maria Moura*. In: **Letra: Especial 100 anos de Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2010. p. 16-17.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.